

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MOVIMENTO DE FUNCIONÁRIOS E DOCENTES DA
UNICAMP ENTRE 1978 E 2000

AUTORA: TÂNIA MARIA GRANZOTTO

ORIENTADOR: PROF. DR. SALVADOR ANTONIO MIRELES SANDOVAL

CO-ORIENTADOR: PROF. DRA. SAMIRA KAUCHAKJE

Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação defendida por Tânia M. Granzotto
e aprovada pela Comissão Julgadora.

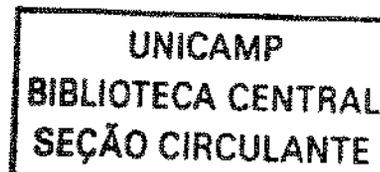
Data: 15/08/2002

Assinatura: _____

Comissão Julgadora: _____

Juanjo Berto

2002



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	11417411
	G. 784m
V	EX
TOMBO BC/	52044
PROC.	16-124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	12/02/03
Nº CPD	

CM00179216-2

B ID 278405

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecária: Rosemary Passos - CRB-8ª/5751

G767m	Granzotto, Tânia Maria. Movimento de funcionários e docentes na Unicamp entre 1978-2000 / Tânia Maria Granzotto. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002. Orientador : Salvador Mireles Sandoval. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Universidade Estadual de Campinas. 2. Sindicalismo. 3. Greves gerais. 4. Universidades e faculdades. 5. Movimento trabalhista. 6. Serviço público. I. Sandoval, Salvador Mireles. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	02-120-BFE

RESUMO

Este estudo trata das greves e paralisações de funcionários e docentes da Universidade Estadual de Campinas no período entre 1978 e 2000.

Apresenta aspectos do sindicalismo do operariado, funcionalismo público e das Universidades, descrevendo sobre a origem das associações sindicais de funcionários e docentes.

Com a posse do primeiro reitor de oposição à todas as gestões anteriores da Universidade rompeu-se um ciclo de trinta anos, sendo que se buscará apreender os avanços, limites e expectativas dessa gestão através da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas com ex/dirigentes das Entidades sindicais de funcionários e de docentes da Universidade, bem como levantamento da documentação sindical existente no período referido para compor o cenário das lutas.

ABSTRACT

This study analyzes the strikes and work stoppages of employees and professors of the Universidade Estadual de Campinas for the period between 1978 and 2000.

The study discusses aspects of work-class union movement, public employees and public universities' employees, describing the origin of the union associations of university employees and professors.

With the inauguration of the first university president elected by the opposition to all the previous administrations of the university, a cycle of thirty years was broken. This study attempts to look at the advances, limits and expectations of this administration.

Interviews were conducted with ex-leaders of the union associations of university employees and professors of the University, as well as a study of the union documentation for the period referring to the workers' struggles.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma pesquisa como esta exige do pesquisador muito empenho, tanto intelectual quanto prático, uma vez que foi necessário meses de pesquisa nos boletins da ASSUC/STU e ADUNICAMP desde 1967 até o final do ano 2000, bem como a realização das entrevistas e estudo da bibliografia existente, para que fosse possível a elaboração de toda a história e evolução dos movimentos de funcionários e docentes na UNICAMP. Gostaria de agradecer a contribuição e boa vontade de diversas pessoas sem as quais esta pesquisa não seria possível:

Ao Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval por ter acolhido meu projeto e também pela incansável atenção e orientação prestada.

À Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza por ter contribuído com importantes sugestões em meu exame de qualificação.

À Profa. Dra. Samira Kauchakje pela contribuição e solicitude com que me coorientou.

Ao Prof. Dr. Ricardo Antunes pelos comentários enriquecedores e sugestões de bibliografia.

À Profa. Dra. Olga Von Sinsom pelas sugestões de grande importância para o encaminhamento da pesquisa.

Às diretorias do STU e ADUNICAMP por terem contribuído com informações e terem autorizado a pesquisa na documentação interna.

Ao Márcio da ADUNICAMP, Glória do STU e Hellen do CECOM por terem contribuído com a inserção das fotos.

Ao Gilberto e Karen pela colaboração e apoio operacional.

Ao Giovani pela compreensão e paciência.

Aos funcionários e docentes entrevistados pelas informações de grande valor prestadas.

A Deus por ter me dado forças para não sucumbir nos momentos difíceis.

*... “Eu diria que a greve passada
(2000) quem chamou o movimento foram
os reitores porque o movimento não tinha
capacidade de mobilização; quem
mobilizou foi o secretário de Ciência e
Tecnologia que numa reunião com o movimento
coloca a polícia lá dentro e a polícia entra e
confronta com o movimento. Ai faz com que
até aqueles conservadores que não querem saber de greve se
sentissem desrespeitados...”*
(Lino Castellani Filho, ex-dirigente ADUNICAMP)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I – CENÁRIO DAS GREVES PAULISTAS ENTRE 1966 E 2000.	
1- O movimento sindical.....	07
2- O movimento sindical no setor público.....	17
3- O movimento grevista nas universidades públicas.....	25
CAPÍTULO II – RESGATE DA HISTÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS DA UNICAMP.....	37
1- A Associação dos Servidores da UNICAMP - ASSUC e Sindicato de Funcionários da UNICAMP – STU.....	38
2- A Associação dos Docentes da UNICAMP – ADUNICAMP.....	40
CAPÍTULO III – MOBILIZAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS E DOCENTES DA UNICAMP ENTRE 1978 E 2000.	
1- O universo das lutas.....	43
2- A trajetória das greves na UNICAMP.....	53
3- A dinâmica das lutas por detrás dos números.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
BIBLIOGRAFIA.....	113
ANEXOS	127

TABELAS

Tabela 1- Número de greves e paralisações na UNICAMP, 1978-2000.....	44
Tabela 2- Tipos de ações judiciais.....	45
Tabela 3- Instituições e segmentos envolvidos nas greves e paralisações, 1978-2000.....	46
Tabela 4- Ações de intimidação e repressão.....	47
Tabela 5- Ações coletivas dos grevistas.....	48
Tabela 6- Tipos de mobilização policial.....	49
Tabela 7- Reivindicações dos movimentos na UNICAMP.....	50
Tabela 8- Número de greves e paralisações na UNICAMP ano a ano, 1978-2000.....	51
Tabela 9- Número de greves na UNICAMP por reitorias, 1978-2002.....	52
Tabela 10- Inserção no movimento sindical.....	73
Tabela 11- Iniciativa dos movimentos.....	76
Tabela 12- Dificuldades para a mobilização das categorias.....	79
Tabela 13- Principais reivindicações dos movimentos da UNICAMP.....	84
Tabela 14- Movimento mais importante ocorrido na UNICAMP.....	88
Tabela 15- Elemento mais importante para a mobilização.....	91
Tabela 16- Relacionamento entre as Entidades e a reitoria Hermano Tavares.....	96
Tabela 17- Relacionamento entre as Entidades e as reitorias anteriores.....	105
Tabela 18- Média de dias parados na UNICAMP.....	159
Tabela 19- Número de greves por grandes setores (Brasil, 1978-1997).....	160
Tabela 20- Média de dias parados por grandes setores (Brasil, 1978-1998).....	161
Tabela 21- Média de grevistas por grandes setores (Brasil, 1978-1998).....	162
Tabela 22- Média anual de greves no Brasil por períodos político-econômicos.....	163

FOTOGRAFIAS

Foto 1- Greve de 1979.....	56
Foto 2- Greve de 03/10/1981.....	57
Foto 3- Greve da intervenção Maluf – 1981.....	60
Foto 4- Greve de 1988 (autonomia universitária).....	64
Foto 5- Greve de 1994.....	67
Foto 6- Greve de 1996.....	68
Foto 7- Greve de 2000.....	71

ABREVIATURAS

- ADUNICAMP- Associação dos Docentes da UNICAMP.
- ADUSP- Associação dos Docentes da USP.
- ADUNESP- Associação dos Docentes da UNESP.
- ANDES-SN- Associação dos Docentes do Ensino Superior Sindicato Nacional.
- APEOESP- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.
- ASSUC- Associação dos Servidores da UNICAMP.
- CDU- Comissão de Defesa da Universidade.
- CEAS- Centro de Estudos e Ação Social.
- CECOM- Centro de Saúde da Comunidade da UNICAMP.
- CDU- Comissão de Defesa da Universidade.
- CGT- Confederação Geral do Trabalho.
- CESIT- Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.
- CLT- Consolidação das Leis do Trabalho.
- CONCLAT- Confederação das Classes Trabalhadoras.
- CRETUESP- Conselho de Representantes dos Trabalhadores nas Universidades Estaduais Paulistas.
- CRUESP- Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas.
- CUT- Central Única dos Trabalhadores.
- DESEP- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos.
- DGRH- Diretoria Geral de Recursos Humanos.
- DIEESE- Departamento Inter-Sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.
- DOPS- Departamento de Ordem Política e Social.

ESUNICAMP- Estatuto dos Servidores da UNICAMP.

FASUBRA- Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras.

FHC- Fernando Henrique Cardoso.

FMI- Fundo Monetário Internacional.

FUNCAMP- Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP.

FUNDAP- Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IFCH- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

NEPP- Núcleo de Estudos e Políticas Públicas.

SIARQ- Sistema de Arquivos da UNICAMP.

SINTEPS- Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Ensino Tecnológico Paula Souza.

SINTUNESP- Sindicato dos Trabalhadores da UNESP.

SINTUSP- Sindicato dos Trabalhadores da USP.

STU- Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP.

UNESP- Universidade Estadual Paulista.

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas.

URP- Unidade de referência de Preços.

USP- Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Entender as mobilizações dos funcionários e docentes da Universidade Estadual de Campinas é o que norteia esta dissertação, a qual foi desenvolvida tanto pelo interesse teórico pelo tema, como pelo interesse decorrente de minha experiência profissional como assistente social do Centro de Saúde da Comunidade da Unicamp (CECOM) e, portanto, também participante dos movimentos de trabalhadores desta Universidade. A pesquisa foi desenvolvida junto aos funcionários e docentes da UNICAMP.

O propósito da pesquisa foi descrever o movimento grevista na UNICAMP e analisar as ações coletivas à luz das duas categorias envolvidas: funcionários e docentes. Nosso estudo busca mapear e refletir sobre as greves da UNICAMP relacionando-a às greves das demais universidades públicas e ao contexto de outras lutas sindicais brasileiras, bem como refletiremos suas causas, significados e desencadeamentos. Resgatar a memória das greves poderá trazer elementos que nos permita compreender a singularidade das greves numa universidade.

Considerando-se que de 1978 até 2000 os funcionários e docentes da UNICAMP realizaram muitas greves e paralisações, proponho fazer uma retrospectiva histórica sobre a organização dos funcionários e docentes da UNICAMP, tendo como pano de fundo o cenário sócio - político de cada época marcante destes movimentos.

A importância deste tema caracteriza-se por haver poucas pesquisas e estudos sobre ele e por ser inédito em relação a não existir um estudo ou levantamento pormenorizado sobre a quantidade de ocorrências de greves e paralisações de docentes e funcionários da UNICAMP. É importante também para poder trazer contribuições para futuros estudos sobre o tema e para o próprio movimento. Essa pesquisa torna-se mais interessante ainda tendo-se em vista que após 30 anos (1998), foi eleito um reitor apoiado formalmente pelo Sindicato de funcionários e apoiado informalmente pela Associação de docentes da UNICAMP, representando isso uma ruptura com as gestões passadas. Esse fato atinge um significado muito importante para a Universidade no sentido de que todas as gestões da reitoria desde a época do reitor José Aristodemo Pinotti foram realizadas por um mesmo grupo político. A gestão do reitor Hermano Tavares rompeu com a continuidade desse “reinado”, tendo seu programa de gestão nascido no interior da ADUNICAMP.

Resgatar a história das paralisações e greves na UNICAMP significa obter a possibilidade de compreensão dos limites e alcances desse tipo de lutas, além de preservar o passado em relação às tendências de mudanças que se apresentam no presente. O caráter desses movimentos é em sua essência conjuntural, político e dinâmico e devido a esses fatores é imprevisível. Durante o exercício da política, ocorrerá a definição das ações, os meios e o instrumental para a obtenção dos objetivos. Esses objetivos dependerão das forças em jogo, das estratégias e da competência política das partes envolvidas, bem como das negociações possíveis e necessárias a qualquer conflito.

Discutiremos a questão dos movimentos na Universidade como um instrumento de luta na obtenção de salários mais justos, melhores condições de trabalho para docentes e funcionários e em defesa da Universidade pública e gratuita, além de relações com a política nacional mais ampla.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender historicamente o processo de organização e mobilização dos funcionários e docentes da UNICAMP através das paralisações e greves ocorridas entre o período de 1978 a 2000. Os objetivos específicos são: compreender as especificidades das mobilizações e greves numa universidade; resgatar e preservar a memória das lutas e organização do Sindicato de funcionários e Associação de docentes da UNICAMP; mapear e organizar os dados dispersos sobre os movimentos de funcionários e docentes; refletir sobre os dados dos movimentos ocorridos através de entrevistas com ex/dirigentes docentes e funcionários; perceber as tendências de mudanças entre as relações da Associação de Docentes e Sindicato dos Trabalhadores com as gestões da reitoria em diversos períodos.

Alguns questionamentos no decorrer da pesquisa fizeram-se presentes e são eles:

Em quais aspectos o sindicalismo docente interno a UNICAMP se diferencia do sindicalismo dos funcionários dessa mesma universidade?

Os docentes da UNICAMP vêm-se como trabalhadores assalariados?

Quais foram os alcances e limites da gestão de Hermano Tavares em relação as anteriores ?

Até que ponto a categoria docente une-se à categoria dos funcionários na luta por melhores condições de vida?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste estudo, parte-se da hipótese de que o movimento de funcionários e docentes da Universidade Estadual de Campinas ocorre à semelhança do movimento do operariado. Apesar da categoria docente apresentar um trabalho permeado por especificidades próprias, elas utilizam-se do instrumento de greve em conjunto com outras categorias de trabalhadores, sendo que há diferenças significativas entre os movimentos de funcionários e os movimentos de docentes. Outra hipótese seria a de que os movimentos na UNICAMP sofreram influência dos movimentos populares e do movimento sindical do ABC no combate a ditadura, sendo que há diferenças nas raízes da militância dos funcionários e docentes.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, foi utilizado o método qualitativo e quantitativo para aprofundamento da análise dos aspectos específicos do tema e contribuir com a construção de uma visão histórica e geral dos movimentos grevistas na UNICAMP.

A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: no primeiro foi realizada a coleta de dados através da documentação disponível no acervo histórico do Sistema de Arquivos da UNICAMP (SIARQ), no Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU) e na Associação dos Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP), a qual demandou um intenso levantamento. Trabalhamos a partir de um roteiro, o qual encontra-se no anexo II. Todos os documentos foram interrogados quanto as datas de greves e paralisações, as categorias envolvidas, a duração do movimento, reivindicações e resultados, se ocorreu violência, ações coletivas, mobilização policial, ações judiciais, demissões, prisões e outros. Houve situações em que os documentos apresentavam poucos dados, mas a grosso modo possibilitou ao pesquisador mapear as greves.

No segundo momento foram realizadas entrevistas com funcionários e docentes (ex/dirigentes das Entidades) que estiveram presentes nas diversas lutas ocorridas no período pesquisado. A técnica utilizada foi a entrevista semi-estruturada por proporcionar que o entrevistado discorra livremente sobre o tema proposto. O critério de seleção dos entrevistados foi por indicação de membros do Sindicato de funcionários e da Associação de Docentes, sendo que procuramos entrevistar militantes dos diversos períodos, procurando retratar qualitativamente através de amostra a composição do grupo docente e do grupo de funcionários. De um total de vinte e três entrevistas serão apresentadas as

análises temáticas referentes a sete temas cobrindo vinte entrevistas; faremos a sistematização dos dados e a reflexão sobre os mesmos, utilizando algumas contribuições da técnica de análise de conteúdo. Os temas do roteiro de entrevistas (anexo III) são: inserção no movimento sindical, iniciativa dos movimentos, dificuldades para a mobilização, reivindicações, qual foi o movimento mais importante na visão dos entrevistados, elemento mais importante para a mobilização e relacionamento entre as entidades de funcionários e docentes com as reitorias no período entre 1978 e 2000. O conjunto dos entrevistados, como poderá ser observado, são na maioria homens, o que parece indicar que o movimento sindical é masculino, dentre as principais lideranças indicadas havia apenas duas mulheres¹. Considerando que a dissertação não possui recorte de gênero, não foram trabalhados nesta dissertação. Os anexos compõem-se de: roteiro de coleta de dados, roteiro de entrevista, relação de entrevistados, identificação dos entrevistados, diretorias da ADUNICAMP e ASSUC/STU, tabela da média de dias parados na UNICAMP, bem como algumas tabelas fornecidas pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT.

Considerando-se que este estudo possa suscitar novas pesquisas sobre o tema, esta pesquisa será acessível a todos da comunidade da UNICAMP, uma vez que serão doadas cópias da dissertação para a ADUNICAMP, STU, SIARQ e as fitas com as entrevistas gravadas, bem como as transcrições e o projeto de pesquisa para o Centro de Memória da Faculdade de Educação da UNICAMP.

A dissertação será apresentada da seguinte forma:

Capítulo I- Cenário das greves paulistas entre 1966 e 2000. Neste capítulo pretendemos proporcionar, inicialmente, uma visão dos movimentos do operariado e para tanto utilizaremos os estudos de Noronha (1992) e Sandoval (1994), bem como, levantamentos do Núcleo de Estudos e Políticas Públicas - NEPP, DIEESE e outros. Mencionaremos também a trajetória dos movimentos do funcionalismo público e das universidades públicas, abarcando também o movimento docente.

¹ Conforme Pochmann “no conjunto de dirigentes sindicais em exercício, percebe-se que é escassa a participação feminina. Em cada dez dirigentes sindicais há apenas uma mulher”(POCHMANN, 1996, p.286).

Capítulo II- Resgate da história das Associações e Sindicatos da UNICAMP, elaborado para compor o cenário político e social em que ocorreram as paralisações e greves na UNICAMP.

Capítulo III– Mobilizações de funcionários e docentes da UNICAMP entre 1978 e 2000, apresentando a trajetória das greves e paralisações ocorridas, as características das greves, pautas de reivindicação, os ganhos, etc. De 1978 a 2000 os docentes e funcionários da UNICAMP participaram de mais de setenta movimentos, entre os quais greves longas e paralisações de curta duração. Sendo assim, tentaremos retratar a trajetória desses movimentos pormenorizadamente. Apresentaremos também neste capítulo a pesquisa empírica realizada junto às lideranças dos movimentos de funcionários e docentes.

Considerações finais, onde serão explicitados os principais dados revelados pela pesquisa, as contradições dos movimentos na UNICAMP e suscitando desafios para futuras lutas no âmbito das Universidades públicas.

CAPÍTULO I

CENÁRIO DAS GREVES PAULISTAS ENTRE 1966 E 2000.

1- O MOVIMENTO SINDICAL.

No Brasil, as greves provêm de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político e demandas reprimidas pelo período de autoritarismo, bem como consolidação de novos líderes sindicais. A maioria das reivindicações são de caráter salarial, devido as grandes perdas salariais dos diversos planos econômicos; outras reivindicações apontam as más condições de trabalho, a exploração do ritmo de produção, incluindo também reivindicações de redução de jornada de trabalho (NORONHA , 1991).

A partir da metade dos anos 60 e no decorrer dos anos 70, durante a expansão da economia brasileira, os movimentos sociais ganham visibilidade, tomam novos contornos, se diferenciam respondendo ao contexto histórico. O movimento sindical sofreu profunda desarticulação durante a ditadura militar. Foi no Estado de São Paulo que os movimentos sociais se desenvolveram mais acentuadamente (SADER, 1987). É no bojo da reorganização do movimento sindical da segunda metade da década de 70 que emerge um novo sindicalismo.

Segundo Noronha (1992), as greves no Brasil a partir da década de 60, estão delineadas em três períodos, os quais são definidos a partir de fases políticas, ou seja; o primeiro período entre 1964 e 1977; o segundo entre 1978 e 1984 e o terceiro entre 1985 e 1989. Acrescentamos também um quarto período a partir de 1990 até hoje.

De acordo com Sandoval, o primeiro período, de 1964 a 1977 foi caracterizado pela inviabilidade das greves devido a forte repressão do Estado, intervenção nos sindicatos, prisão de líderes políticos e o controle dos reajustes salariais por parte do governo. Noronha (1992) também refere em seu estudo que a ausência de greves no período 1968-1977 ocorreu devido a repressão do Estado. Devido a extrema perseguição e vigilância os sindicatos passaram a ter permitidas somente atividades assistenciais e de lazer, pois a militância explícita poderia resultar em prisão. Os sindicatos e associações então, com a lei anti-greve (promulgada após o golpe militar) e muita repressão política, se despolitiza transformando-se em grande parte, num instrumento para atender as demandas dos

empregadores. Durante a ditadura militar (de 1968 a 1978) os sindicatos eram controlados pelo governo, sendo que após esse período o controle do governo sobre os sindicatos diminuiu progressivamente. De 1969 a 1977 ocorreu o período de maior repressão das tentativas de greves pelo regime militar, com censura geral das informações sobre as queixas da população, inviabilizando as greves e ocorrendo apenas manifestações de desmotivação nas fábricas (SANDOVAL, 1994). Uma das razões que pode explicar a diminuição do controle por parte do governo é que a partir de 1979 ocorre o início do período de distensão do governo dos militares, além das mobilizações e movimentos sociais do período, destacando-se os movimentos grevistas sindicais e movimentos populares.

Durante os primeiros governos militares a repressão do Estado se concentrou na classe trabalhadora que era certamente o grande opositor do novo regime (ADUNICAMP, 1979).

Após o golpe nos três anos seguintes, os salários se desvalorizaram em 35%, além do que, a super-exploração do operariado e a inflação galopante degradaram em muito as condições de vida dessa classe, tais como condições sub-humanas de moradia, transporte, alimentação, educação, etc. (HIRATA, 1980).

O regime político autoritário acarretava o enfraquecimento dos mecanismos de participação nas decisões da sociedade civil. Nesse contexto, com a estratégia do desenvolvimento dependente, verifica-se a inexistência de uma política social em termos de ação global e sistemática, ocorrendo apenas algumas medidas setoriais e amenizadoras de situações de crise social. Os salários da classe trabalhadora tiveram seu maior declínio entre 1964 e 1969.² Durante o "milagre econômico" (1970) subiram um pouco e em 1974 voltaram a cair. Entre 1970 e 1978 os trabalhadores perderam aproximadamente 30% do poder aquisitivo. O arrocho salarial do período ocorreu independentemente do crescimento de vários setores da economia (SANDOVAL, 1994).

Galvão (1995), também refere em seu estudo que no final de 1968 foi decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5), tornando-se mais difícil a organização dos trabalhadores e transformando a ação dos sindicatos em assistencialismo. Na época os salários foram deteriorados não acompanhando a inflação.

²Segundo o DIEESE, o salário mínimo entre 1964 e 1977 caiu 36,7% (CEAS, 1977)

Vale observar que a repressão atingiu partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, associações de profissionais e liberais, entidades estudantis, associações de moradores e, inclusive, as liberdades individuais. A doutrina de segurança nacional (expressa pelo AI-5) justifica e legitima a repressão, a censura e a supressão da participação coletiva como condição necessária para a proposta de desenvolvimento nacional do regime militar.

Durante o período de 1974 a 1978, no Governo Geisel, os problemas para a reprodução do modelo implantado afluíram e as crescentes dificuldades no plano econômico induziram a uma revisão da política geral da ditadura (JUNQUEIRA, 1980). Sobre isso, Fernandes ao se referir ao ano de 1985 escreve que:

“O “desengajamento” dos militares do comando do governo e da chefia do Estado processou-se da pior maneira possível. Eles não foram derrubados; prepararam uma retirada estratégica da qual e sobre a qual mantém um controle direto e quase intocável até hoje ” (FERNANDES, 1986, p.21,22).

Vale observar também o que Sader escreveu sobre isso:

“Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído” (SADER, 1988, p. 313).

Neste sentido, durante os anos 70 e 80 os sindicatos eram organizações submetidas ao poder do governo com o controle realizado através do Ministério do Trabalho, que intervia em todas as suas atividades. A intervenção do Estado ocorria de várias maneiras. O Estado poderia apoderar-se das sedes e dos recursos sindicais quando o Ministério do Trabalho julgasse necessário. Os sindicalistas poderiam ser substituídos por pessoas indicadas pelo governo, bem como poderiam ser demitidos, ter suspensão por trinta dias e ter cassados seus direitos de participação no sindicato (SANDOVAL, 1994).

No segundo período, de 1978 a 1984 os sindicatos, principalmente no ABC Paulista, retomaram gradativamente sua função básica, ou seja, a de defender o interesse dos trabalhadores, visto que devido a distensão do regime militar, isso tornou-se possível. Essa movimentação positiva dos sindicatos, sem dúvida ocasionou uma crescente mobilização

dos trabalhadores, fazendo com que os sindicatos se articulassem com os trabalhadores proporcionando um ciclo de grandes movimentos grevistas, exceto de 1980 a 1982 como veremos a seguir.

Noronha subdivide este período em três fases, sendo a primeira de 1978 a 1979 onde surgiram várias greves no setor privado e o início da mobilização no setor público; na segunda fase, de 1980 a 1982 os movimentos se retraíram devido a mudanças políticas e econômicas com o surgimento da recessão e presença de reações por parte do governo e empresas como resposta aos sindicatos e a terceira fase compreendendo de 1983 a 1984 apresentando o ressurgimento das greves na área privada e se estendendo definitivamente para o setor público (NORONHA, 1992).

Conforme Boito Jr., o movimento sindical de massa ressurgiu em 1978 e isso agravou a crise do regime militar (BOITO Jr., 1991). Nesta época surge o “novo sindicalismo” representando uma descontinuidade com o corporativismo controlado pelo Estado, que foi predominante até 1964. Em 1978 também teve início a prática de negociações coletivas e a extensão de direitos trabalhistas (GUEDES, 1994).

O modelo implantado anteriormente, ou seja, o “milagre econômico”³, veio agravar consideravelmente a situação social dos brasileiros devido a concentração da renda e ao final da década a crise brasileira, além de econômica, é também social e política. Essa realidade ficou aparente pelo crescimento do movimento popular em bases comunitárias, bem como pelo ressurgimento de atividades sindicais.

A partir de 1978 o modelo econômico agravou a concentração de riquezas nas mãos de poucos e concedeu a economia nacional aos investidores estrangeiros dando visibilidade ao que já vinha ocorrendo anteriormente. Observou-se a “existência de uma mão de obra barata e submissa” proporcionando aos investidores remeter os lucros para seus países. A população foi sacrificada tendo seus salários corroídos pela inflação galopante, acarretando baixo poder aquisitivo dos trabalhadores, tanto do setor privado como do setor público (CEAS, 1978).

Ainda a partir dessa época, o movimento grevista do operariado contribuiu para o início de uma nova etapa na nossa história, com o governo sendo obrigado a mudar de

³ “O chamado “milagre econômico” refere-se ao período de 1968 – 1973, quando a economia brasileira apresentou taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, bastante elevadas, em torno de 10% ao ano” (GALVÃO, 1995, p.43).

táticas no seu tratamento com os trabalhadores e com a sociedade em geral. O governo elaborou uma nova política salarial, alterou a lei contra greves tornando-a mais dura e procurou dividir as oposições, mudando a lei orgânica dos partidos, concedendo anistia parcial e outras medidas (JUNQUEIRA, 1980).

No interior do movimento sindical, ao mesmo tempo em que os trabalhadores ganharam em organização, foram também se dividindo no modo de conduzir a luta. Os diretores sindicais aliados do governo faziam demagogia em torno das reivindicações dos trabalhadores, mas na prática defendiam os interesses dos empregadores. Mas existiam também, os sindicalistas autênticos, ou seja, aqueles que defendiam os interesses dos trabalhadores e que tiveram um papel importante na constituição de um novo sindicato, não atrelado ao governo.

Durante o início dos anos 80 o último governo militar instalou uma política econômica que reduziu os salários dos trabalhadores, elevou a taxa de juros e desvalorizou o câmbio promovendo uma recessão no país sem precedentes (CESIT, 1992). Sobre esse fato Guedes também mencionou que:

“... no início dos anos oitenta, com o esgotamento do padrão de crescimento, o endividamento e a crise cambial, a política recessiva levada a cabo pelo ministro Delfim Netto afetou as estatais com cortes de investimento e custeio” (GUEDES, 1994, p. 415).

O movimento popular, a partir daí, avança qualitativamente, alcançando novas dimensões a nível de sua organização e de exercício de pressão. Não se pode deixar de salientar o papel decisivo exercido pela Igreja Católica em diversas frentes, no processo de conscientização popular. Quando, no final da década de 60, a repressão aumentou, a Igreja Católica serviu de opção oferecendo apoio para os movimentos de trabalhadores e estudantis, se posicionando contra o regime militar (SANDOVAL, 1994).

Os anos 80 marcaram significativas mudanças no sindicalismo brasileiro. Com o movimento grevista no ABC Paulista em maio de 1978 até o final dos anos 80, muitas mudanças ocorreram: a retomada dos movimentos sociais, o aparecimento do sindicalismo rural e o surgimento das centrais sindicais (ANTUNES, 1995). As greves de 1978-1979 contém um perfil inaugural levando a ampliação das greves para outras categorias de

trabalhadores. “Em 1979, destacaram-se, além dos metalúrgicos, os trabalhadores da construção civil, médicos e professores” (NORONHA, 1994, p. 344).

Em face das crescentes conquistas pela sociedade civil em geral e também em virtude da ditadura estar em crise (deterioração do governo militar), o Governo inicia uma distensão do regime autoritário, com a amenização do sistema repressivo, representado pela redução da censura, anistia a presos políticos e introdução do pluripartidarismo.

A sociedade brasileira organizou-se de várias formas para defender a volta ao Estado de direito. Os trabalhadores também puderam ousar lutar, reforçando com isso o movimento democrático (OLIVEIRA, 1994).

Em 1981 ocorreu a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), fundando em 1983 a Central Única dos Trabalhadores – (CUT⁴) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), sendo a CUT combativa e classista e a CGT conciliadora e moderada. Em 1991 foi criada a Força Sindical e as demandas deslocaram-se para esta central e a CUT. Sendo assim, o sindicalismo brasileiro está dividido entre o novo sindicalismo, representado pela CUT e o sindicalismo representado pela Força Sindical, que articula as entidades atreladas a estrutura sindical corporativista (NOGUEIRA, 1996). Conforme Boito Jr., a Força Sindical foi criada por um setor da direita sindical brasileira auto denominada “sindicalismo de resultados”, sendo esta central sindical defensora das políticas neoliberais e caracterizada pelo peleguismo. “A Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo conseguiram milhões de dólares do governo Collor para montar seu aparelho sindical” (BOITO Jr., 1999, p. 185).

No período 1980-1982 ocorreu a retração do movimento grevista devido o início da recessão, com a elevação do desemprego, instabilidade na transição política, etc.

A partir de 1983 as greves do setor privado ressurgiram e também se estenderam para o setor público, sendo que a partir de 1987 os movimentos grevistas foram maiores neste setor, devido a maior compressão dos salários e desequilíbrios das estatais.

⁴ A CUT é hoje a principal força em oposição ao governo FHC e o órgão que mobiliza o Fórum Nacional de Lutas, o qual reúne a maioria dos movimentos sociais do país. A CUT teve importância no apoio à estruturação dos sindicatos dos servidores públicos e ambos estabeleceram relações recíprocas (NOGUEIRA, 1996).

Segundo Sader, em 1983 e 1984 as greves alcançaram uma dimensão imensa devido as crescentes dificuldades dos trabalhadores com o aumento do desemprego e a perda do poder aquisitivo dos salários (SADER, 1987).

O terceiro período, entre 1985 e 1989 foi marcado pelo grande aumento das greves. O aumento do conflito aconteceu principalmente no setor público, o qual foi responsável por 80,4% do total das jornadas perdidas no ano de 1987. *“Os servidores estaduais foram os principais grupos grevistas em 1987, cujas 277 paralisações implicaram a perda de quase 60 milhões de jornadas”* (NORONHA, 1991, p.119)

A partir de 1985, com o fim do governo militar, lembrando que para Florestan Fernandes a ditadura ainda não havia terminado totalmente ocorrendo uma “transição conservadora” com aliados políticos do antigo regime militar (FERNANDES, 1992). Nesse momento, o movimento grevista ressurgiu com maior força e o Brasil passa a ser um dos países de maiores índices de greves, principalmente na categoria do funcionalismo público. A paralisação do trabalho foi um recurso que os funcionários públicos utilizaram como forma de pressão, apesar de estarem proibidos por lei constitucional (NEPP, 1986).

No governo do presidente Sarney (1985 a 1990), predominou a presença ativa de forças políticas ligadas a ditadura com rearticulação dos setores mais conservadores proporcionando uma política econômica recessiva e mantendo uma gestão desgastada, com falta de credibilidade e numa total impopularidade.

Em fevereiro de 1986 o Plano Cruzado⁵ diminuiu o conflito sindical, sendo que o movimento sindical tomou nova força quando o plano econômico fracassou. Até 1986 os trabalhadores do setor privado estavam a frente dos movimentos grevistas, mas a partir de 1987 o setor público passou a ser o de maiores índices de greves. No início de 1987 a decepção quanto ao Plano Cruzado acarretou a intensificação das paralisações. “Em 1987 o número de greves atingiu seu recorde (2.193), bem como o de jornadas não trabalhadas (132 milhões)” (NEPP 1987, p.113).

Em 1989 ocorreu uma greve de ordem nacional e a mais expressiva de nossa história em termos de amplitude. O movimento sindical impôs-se, a partir de então, como o único

⁵ “O Plano Cruzado implicava no congelamento de preços e taxa de câmbio; reforma monetária com desindexação e “tablitas” de conversão dos cruzeiros na nova moeda; congelamento de salários previamente ajustados pelo salário real médio dos últimos 6 meses, acrescidos de abono de 8% e 16% para o salário mínimo; escala móvel (gatilho salarial) caso a inflação superasse 20%; seguro desemprego” (ALMEIDA apud GALVÃO, 1995, p.24-25).

interlocutor dos assalariados capaz de negociar e reivindicar pautas de âmbito nacional (ANTUNES, 1995). Essa greve nacional ocorreu em protesto contra o Plano Verão⁶ que constituía-se num novo plano de estabilização econômica.

Ressalta-se que “ *no final dos anos 80, o volume de greves no Brasil estava entre os mais altos do mundo, sendo que há pouco mais de uma década elas praticamente inexistiam*” (NORONHA, 1994, p. 323).

Vale observar que, segundo Antunes, na década de 80 ocorreram muitas transformações no mundo do trabalho, tais como o desenvolvimento tecnológico, a robótica, a automação e a micro-eletrônica. Os direitos do trabalho então, são desregulados a partir de novas formas de trabalho adotadas, tais como a flexibilização, a terceirização⁷, etc. (ANTUNES, 1994).

Apesar da luta em defesa dos salários ser econômica ela também é uma luta anti-recessão e anti-neoliberalismo⁸, em defesa do emprego, reposição das perdas salariais, pressão para o não pagamento da dívida externa e tornando-se assim, uma luta política mais ampla. Essa percepção do fator político intrínseco a todas as greves também é apontado por Antunes e Nogueira conforme segue: As greves da década de 80 tiveram, como característica principal, a luta contra a super-exploração do trabalho e, em particular, contra a crescente degradação salarial a que estão submetidos os trabalhadores assalariados em nosso país. Apesar das reivindicações dos trabalhadores terem natureza econômica, possuem também nítida dimensão política (ANTUNES, 1995).

Durante a década de 80 as greves gerais praticadas pelos trabalhadores constituíram-se numa importante forma de protesto contra a longa crise da economia de inflação e estagnação que permaneceu por toda a década (SANDOVAL, 1994). O sindicalismo dos anos 80 é na realidade um movimento de resistência à destituição dos direitos dos trabalhadores.

⁶ O Plano Verão caracterizava-se pela redução dos salários e medidas recessivas.

⁷ Terceirização é a prática de contratar externamente serviços ou produtos necessários à sua produção. As atividades terceirizadas são, geralmente, atividades complementares numa empresa (SANDRONI, 1999).

⁸ O neoliberalismo é um movimento ideológico com abrangência mundial e vem produzindo um enorme retrocesso social com o agravamento das desigualdades sociais em todos os países em que foi implementado. É caracterizado por um modelo hegemônico de Estado, ou seja, um modo de dominação das classes adequado às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas (SADER, 1995). Ver também Boito Jr., 1999 sobre neoliberalismo.

No quarto período, ou seja, a partir de 1990 com o governo Collor, o sindicalismo brasileiro viveu momentos difíceis, sendo que com a política econômica neoliberal o país mergulhou numa profunda crise recessiva, proporcionando altos níveis de desemprego. Há que se mencionar a reforma do Estado, caracterizada por um processo de delimitação do papel regulador deste, cortes no gasto público que reduziu investimentos e salários, privatização de empresas estatais, fracasso das políticas de estabilização da economia em decorrência dos diversos planos econômicos e também implementação dos processos de desregulamentação ⁹(PEREIRA, 1998). Conforme Guedes, a proposta neoliberal implica em necessidade de redução do Estado, bem como do funcionalismo e das estatais (GUEDES, 1994).

A recessão representa uma ameaça aos trabalhadores levando o movimento sindical a permanecer numa posição defensiva, ocasionando um refluxo nos movimentos sociais e desagregação da base sindical. Com as demissões em massa a luta sindical se desloca do enfoque aos salários e condições de trabalho para o fator garantia do emprego (DESEP, 1990). Tudo isso ocorre também em virtude do desemprego e da precarização do trabalho, incluindo-se nessa precarização os contratos terceirizados, as más condições de trabalho, a má remuneração, etc.

Vale lembrar que *“... em 1990 os trabalhadores tiveram o maior arrocho salarial desde os anos 70, e a reação popular foi de perplexidade, de frustração e de desilusão”* (COELHO, 1996, p.168).

Superado o início do governo Collor (1990), o qual confundiu o movimento sindical, e percebendo que esse governo também era autoritário, a sociedade civil conseguiu se mobilizar aos poucos para a obtenção da democracia, com a reorganização dos trabalhadores, apesar da recessão e do desemprego e, concomitante com a queda do governo (COELHO, 1996).

No início da década de 90 houve um refluxo do movimento grevista em comparação com períodos anteriores devido aos impactos da recessão no movimento sindical (DESEP, 1991). O cenário brasileiro nas últimas décadas, no que se refere aos movimentos sociais

⁹ “A desregulamentação dos direitos trabalhistas é o processo pelo qual os mesmos são derogados, perdendo

acumulou um crescente saldo positivo após muitas lutas, como afirmou Souza:

"É preciso registrar que, após duas décadas de ditadura militar, o país, em dez anos, liberou a organização partidária, produziu uma nova constituição, o movimento sindical se reorganizou, constituíram-se três centrais sindicais nacionais, elegeu-se e destituiu-se, democraticamente, um presidente acusado de corrupção" (SOUZA, 1997, p. 123).

De acordo com Sader, fica evidenciado que o programa neoliberal dos últimos governos objetiva a destruição da capacidade de luta e organização do sindicalismo brasileiro, ou seja, a destruição dos movimentos sociais e organizações sindicais e populares (SADER, 1995).

Se as greves predominaram no setor privado até meados da década de 80, a partir daí as greves no setor público começaram a tomar vulto, como veremos a seguir.

2- O MOVIMENTO SINDICAL NO SETOR PÚBLICO.

De acordo com Nogueira, o funcionário ou servidor público é considerado como um trabalhador assalariado de classe média¹⁰, porém não como assalariado de produção e sim do setor de serviços. A transição de servidor para trabalhador decorre da crescente deficiência econômico-social acarretada pelas constantes perdas salariais, concomitante com a degeneração das condições de trabalho dessa categoria profissional, que se assemelha cada vez mais ao movimento do operariado. Porém,

“... pode-se inferir a existência de uma certa especificidade do sindicalismo no setor público brasileiro, marcada pela longevidade das greves e por movimentos gerais de categorias, em vez de movimentos locais e de curta duração, pelas negociações demoradas e difíceis e por longas jornadas de trabalho perdidas”(NOGUEIRA, 1993, p. 75).

O autor também citou em seu estudo duas outras características pertinentes ao sindicalismo do setor público: a liberdade e pluralidade sindicais e a não obrigatoriedade da contribuição sindical.

“À partir de 1978, de modo crescente, os sindicatos da classe média assalariada especialmente de funcionários públicos, médicos e professores, começaram a disputar com os trabalhadores industriais a liderança das categorias profissionais que mais vem deflagrando greves no país” (RODRIGUES, 1990, p. 52).

O sindicalismo de classe média seria:

“... o sindicalismo de assalariados de serviços que não efetuam tarefas manuais, não operam máquinas para a realização de um produto, não estão submetidos a controles de tempo e movimento, não efetuam habitualmente tarefas repetitivas e padronizadas e recebem por mês e não por hora” (RODRIGUES, 1990, p. 46).

¹⁰ “As classes médias são compostas de assalariados ou de empregados que recebem salário mês e que não tem mais a possibilidade de acesso à propriedade independente” (MILLS apud NOGUEIRA, 1996, p.21).

Boito Jr. também menciona que o sindicalismo de classe média possui particularidades que o distinguem do sindicalismo do operariado conforme segue:

“O ponto crítico na relação entre o sindicalismo operário e o sindicalismo meritocrático de classe média é a defesa, pelo sindicalismo de classe média, do salário relacional, isto é, da hierarquia salarial que empurra para baixo o salário dos trabalhadores manuais” (BOITO Jr., 1994, p.212)

Em relação às greves no setor público, após 1978 os movimentos dos trabalhadores tiveram um papel decisivo na construção de um novo padrão associativo e na reconquista do espaço público para o movimento sindical, apesar desses movimentos serem alvo de muitas críticas (OLIVEIRA, 1994). A esse respeito Nogueira refere que:

“... a incorporação definitiva dos servidores públicos no movimento sindical e grevista deu-se durante a transição política da ditadura à democracia, em que os segmentos sociais intermediários, desde o final da década dos 70 e início dos anos 80, tem avançado em seus processos de organização e mobilização coletiva” (NOGUEIRA, 1993, p. 7)

O sindicalismo do setor público se constrói no bojo da reorganização sindical do final dos anos 70, com as diversas associações se reorganizando. Esta época (1978), caracterizou-se por uma prática sindical mais mobilizadora buscando uma articulação nacional. Segundo Souza (1997), o sindicalismo de professores públicos constituiu-se no então “sindicalismo combativo” ou de “confrontação” cuja característica era enfrentar o governo através de prolongadas mobilizações e greves e ações coletivas de rua (aspas do autor). De acordo com Guedes:

“A proibição da existência de sindicatos e do direito de greve no serviço público fez com que a iniciativa e a prática sindical tivessem aí um tom altamente politizado. Estavam em questão a liberdade de organização e expressão, a luta pelas liberdades democráticas” (GUEDES, 1994, p. 409).

Desde o início da década de 80, aumentaram as greves e as jornadas (período) de trabalho perdidas no funcionalismo público. Durante os anos 80 o Brasil figurou como um

dos países de maiores taxas de greves em todo o mundo. O movimento sindical se fortaleceu muito ao longo dos anos 80 com a criação de muitos sindicatos oficiais e associações de caráter sindical, sobretudo no setor público (NOGUEIRA, 1993).

No decorrer dos anos 80, a recessão e os sucessivos planos econômicos ocasionaram uma diminuição dos salários, principalmente do setor público em razão da crise das finanças do Estado e do aumento da inflação (GUEDES, 1994). Conforme o IPEA, no Brasil a taxa média de evolução da renda per capita foi de 6% em 1970, de 0,9% em 1980 e no período de 1990 a 1998 caiu para 0,6% (ANDES-SN, 2001). Em 1987 o desemprego foi um inibidor de greves para diversas categorias, porém para o funcionalismo público foi o ano de maior volume de greves.

"Os servidores (federais, estaduais ou municipais) deflagraram 838 greves, o que representa não só o maior número já realizado num ano, mas a maior participação percentual no total (38,2%) desde 1978, e suas paralisações foram mais duradouras e mais abrangentes" (NEPP, 1987, p. 119).

Conforme Noronha, em 1987 mais de 60% dos grevistas e 80% das jornadas perdidas correspondem ao setor público (NORONHA , 1991).

No primeiro bimestre de 1987 o número de grevistas do setor público foi de 290 mil trabalhadores, sendo que, no mesmo período de 1988 as paralisações neste setor cresceram para 548 mil trabalhadores, ou seja, 89% mais (DESEP, 1988). O aumento das greves do funcionalismo público ocorreu em virtude do fracasso do Plano Cruzado e do Plano Bresser¹¹, numa tentativa de recuperação das perdas salariais e consequente queda do poder aquisitivo dessa classe, bem como pela capacidade de mobilização das associações e sindicatos de servidores e docentes nas diversas instituições. As greves dos funcionários públicos são mais longas devido a estabilidade no emprego e à demora e rigidez nas negociações por parte do Estado.

¹¹ "Este plano econômico editado em 1987, pelo então ministro da Fazenda Luis Carlos Bresser Pereira contemplava: reajuste de preços e tarifas públicas; congelamento de preços e tarifas por três meses; aplicação de reajuste automático aos salários; abolição da escala móvel e estabelecimento da livre negociação salarial; pagamento dos resíduos; entre outras medidas" (GALVÃO, 1995, p.51).

Segundo Galvão (1995), o Plano Cruzado reduziu drasticamente a capacidade de poupança do setor público, levando muitos funcionários públicos para a realização de greves objetivando a recomposição salarial.

Sobre isso observa-se que:

“... num ano de dificuldades econômicas deixadas como saldo do fracassado Plano Cruzado, os trabalhadores do setor privado sentiram as ameaças do desemprego, enquanto no setor público, onde há relativa estabilidade, os trabalhadores intensificaram as mobilizações a fim de recuperar as perdas acumuladas ao longo do ano” (DESEP, 1988, p. 07).

De acordo com Noronha, o maior percentual de jornadas perdidas no período 1978/1987 está entre os professores de escolas e universidades públicas com 33,1%; as greves dos servidores públicos: 16,7%; o operariado: 9,2% e os demais servidores públicos: 8,2% (NORONHA, 1992).

No início de 1988 a atividade industrial retraiu-se, fazendo aumentar as taxas de desemprego e, conseqüentemente, dificultando a luta sindical. No setor público o funcionalismo enfrentou um profundo arrocho salarial, medida que o governo utilizou para controlar o déficit público e realizar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O crescimento das greves do funcionalismo ameaçou a política do Presidente José Sarney para conter o déficit público acarretando o endurecimento das negociações, repressão às mobilizações dos trabalhadores e demissão de grevistas, fazendo com que ocorresse um declínio das paralisações no segundo bimestre de 1988. Conforme dados do DIEESE, o congelamento dos reajustes salariais do funcionalismo público acarretou 40% de perdas, acumuladas em abril e maio de 1988 (DESEP, 1988).

Conforme Nogueira, apesar da crise, nos anos de 1987, 1988 e 1989 ocorreu um aumento das greves do funcionalismo público e com isso o Brasil figurou num dos primeiros lugares em jornadas não trabalhadas (NOGUEIRA, 1996).

Salienta-se que a Constituição Federal promulgada em 1988 assegura o direito de greve e amplia a decisão a respeito da conveniência e dos motivos da greve, tornando legítimas as greves políticas, greves de solidariedade e outras, caracterizando-se num avanço pelo fato da greve deixar de ser crime para tornar-se um direito (DESEP, 1988). Em

seu estudo, Sandoval referiu que a promulgação da Constituição de 1988 acarretou a redução do controle estatal sobre os sindicatos e a extinção das intervenções sobre os mesmos (SANDOVAL, 1994). *“As greves, sobretudo salariais, mas também políticas, revelam a busca, pelos empregados do setor público das formas históricas de luta operária e dos demais assalariados”* (NOGUEIRA, 1996, p.74).

Segundo Noronha:

“... a posse dos governadores eleitos pelo voto direto foi um marco para as greves do setor público. Os discursos democráticos dos novos governadores foram interpretados como indício de que as demandas trabalhistas poderiam ser discutidas e negociadas. A greve passou a ser vista como um recurso viável e menos sujeito à repressão” (NORONHA, 1994, p. 335).

Os servidores públicos também sofreram o impacto da reforma administrativa aplicada pelo governo Collor em 1989, a qual gerou o aumento da crise econômica, altas taxas de inflação, recessão intensa, juntamente com um arrocho salarial sem precedentes (OLIVEIRA, 1994).

A respeito disso verificamos que a partir dos anos 90 o desemprego, a precarização e a desregulamentação do trabalho passam a afetar os movimentos grevistas no setor público também, à semelhança dos trabalhadores do setor privado. Neste período ocorre um declínio do movimento grevista acarretado pelo agravamento da crise econômica e social e devido ao desemprego.

Observa-se nesta última década, o enfraquecimento do funcionalismo público, quer seja através das demissões e arrocho salarial, quer seja através da extinção e privatização de órgãos públicos. É o setor profissional mais desvalorizado durante os últimos vinte anos, acarretando sérias consequências para os serviços oferecidos à população (SOUZA, 1997). Podemos concluir que o governo vem se utilizando das greves do funcionalismo público para defender a idéia de privatização das estatais e criar a visão de que o funcionário público é um ser que trabalha pouco e, portanto, não é merecedor de um bom salário.

Sobre isso, Guedes em seu estudo também afirmou que:

“... o serviço público tem sido alvo de críticas como se ali estivesse resguardado um conjunto de trabalhadores privilegiados que não oferecem contrapartida à

sociedade que lhes sustenta. Estas críticas são injustas em sua base, pois, mesmo levando em conta o achatamento salarial e o sucateamento do serviço público, assim como a redução dos investimentos das estatais, aí se encontra uma base de serviços e produção de insumos cuja extinção representaria um retrocesso para a economia e a sociedade brasileiras” (GUEDES, 1994, p.418).

No que se refere aos determinantes, segundo Nogueira, as greves no setor público são econômicas e políticas, sendo a primeira causa econômica e salarial e a segunda política, no que se refere à dimensão pública, pois interfere nos interesses da sociedade em geral (NOGUEIRA, 1996). Nós entendemos que as causas políticas e econômicas são imbricadas; apesar da motivação primordial ser de ordem salarial, os movimentos sociais urbanos adquirem uma grande dimensão política. Neste sentido Graciolli (1997), refere que existe uma inter-relação das dimensões econômica e política de uma greve e que portanto o movimento sindical não pode restringir-se à dimensão econômica, mesmo havendo predominância das questões econômicas. Penso que os movimentos sociais nascem na dinâmica das necessidades econômicas prementes das camadas excluídas da sociedade ascendendo numa perspectiva de mobilização social mais ampla e abarcando também uma dimensão política.

Numa greve de funcionalismo público é muito importante que a população seja sensibilizada, pois o apoio da sociedade civil facilita a abertura de negociações por parte do Governo, já que atualmente a maioria das greves se concentra nesse setor, sendo que “*no setor público predominam as greves dos funcionários estaduais e, ainda por outro ângulo, os das administrações diretas*” (NORONHA, 1994, p.342).

A deterioração das condições de vida e trabalho da maioria dos funcionários públicos e a crise do Estado tem contribuído para que a sociedade tenha uma imagem negativa do serviço público e, conseqüentemente, do funcionalismo. A sociedade tem também uma visão de que o funcionalismo público faz greve em demasia (NOGUEIRA, 1993). O direito de greve no serviço público é um recurso muito polêmico atualmente, mas necessário para que o conjunto do funcionalismo defenda seus interesses enquanto cidadãos.

“No aspecto político-organizacional, a direção do movimento sindical no serviço público é praticamente toda ela sintonizada com a Central

Única dos Trabalhadores (CUT), tanto nas organizações de base, quanto nas federações.” (GUEDES, 1994, p. 413).

A respeito disso Galvão (1995), também mencionou em seu estudo que a organização sindical do funcionalismo público se pautou na linha política da CUT, tendo sido objeto de preocupação desta central.

Segundo Nogueira, “... *a dinâmica do movimento grevista no Brasil teve relação com o processo de transição política: os passos dados no sentido da democratização corresponderam ao ascenso dos movimentos*” (NOGUEIRA, 1996, p.183). A meu ver, essa dinâmica também relaciona-se com os períodos de recessão e crise ocasionados pelos vários planos econômicos, acarretando períodos de descenso dos movimentos.

Apesar de todas as dificuldades com a implementação de políticas neoliberais, acarretando a exclusão da população no que se refere aos aspectos econômicos, sociais e políticos: “*o essencial é travar a luta política, pois são decisões políticas que determinam salários aviltantes e destruição dos serviços públicos essenciais*”... “*a greve é o instrumento mais eficiente de luta coletiva*” (MIRAGLIA, 1996, p. 24 e 25).

3- O MOVIMENTO GREVISTA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.

O sindicalismo interno às universidades é recente, iniciando-se no final dos anos 70, concomitante com o chamado “novo sindicalismo”. Porém vale mencionar o panorama nas universidades antes dessa época, quando havia um sindicalismo ainda em fase de gestação.

Durante os anos de 1968 a 1976, durante o regime militar, houve repressão policial nas universidades brasileiras com prisões, sequestros, torturas, desativação dos órgãos estudantis e afastamento de líderes docentes. Sendo assim, as greves nas universidades, bem como em todo o país, foram inviabilizadas fundamentalmente pela repressão do Estado (ADUNICAMP, bol. 1979).

A reforma universitária decretada pelo governo em 1968 foi caracterizada por atos de contenção política e mudanças na organização das universidades. Para se evitar os movimentos de docentes e alunos, bem como da sociedade como um todo, decretou-se o Ato Institucional número 5 e através do decreto lei número 477 de 1969, ficaram proibidas as atividades políticas de protesto nas Universidades brasileiras (NEPP, 1985). Constituiu-se assim um verdadeiro controle político e ideológico nas universidades brasileiras.

O Estado aprofundou o processo de transformação das Universidades em instrumento de reprodução de ideologia dominante e de formação de mão-de-obra que atendesse o capital monopolista. A discussão sobre o sistema universitário foi reprimida, havendo pouco espaço para ações, discursos de contestação e crítica do regime vigente, dificultando uma práxis renovadora frente aos interesses do país. Esse autoritarismo por parte do Estado se realizou através da centralização do poder, de instrumentos de cooptação e da própria organização burocrática das universidades (ADUNICAMP, bol. 1979).

No ano de 1979 os professores de primeiro e segundo graus e os docentes universitários foram alguns dos segmentos que iniciaram os movimentos no setor público, transformando-se em um dos principais grupos grevistas de assalariados de classe média.

No final da década de 70 ocorre o avanço da luta por liberdades democráticas, por anistia ampla, geral e irrestrita e a luta para se obter uma constituinte que apagasse da sociedade brasileira o autoritarismo promovido até então. Nesta época multiplicaram-se as organizações da sociedade civil, algumas com caráter sindical e outras não. Essa luta foi

fator importante para que o governo militar iniciasse um projeto de abertura política; foram lutas de toda a sociedade civil (OLIVEIRA, 1994).

Durante o final da década de 70 e início dos anos 80, as Universidades Estaduais Paulistas sofreram uma profunda crise. Neste período, houve um grande descaso por parte do governo estadual e federal com a educação, sendo que, devido ao corte de verbas, as Universidades Estaduais Paulistas passaram por momentos muito difíceis, quase indo a falência. O corte de verbas produziu a crise que teve como consequências a evasão de professores e técnicos, o rebaixamento dos salários e da qualidade do ensino e desestímulo à pesquisa.

Em virtude disso, bem como também de fatores conjunturais, em 1980 houve um movimento das associações de docentes e funcionários das três Universidades Públicas Paulistas, ou seja, UNICAMP, USP e UNESP; objetivando pressionar o Estado a garantir a existência de padrões satisfatórios de pesquisa, bem como o ensino superior gratuito, que atendam as demandas da sociedade. Na época, este movimento não se restringiu ao ambiente acadêmico, mas chegou a mobilizar grandes seguimentos da sociedade civil. Sendo assim, realizou-se em outubro de 1980, em Campinas, o Simpósio “Universidade, Estado e Sociedade” em que foi abordada a problemática da crise das Universidades Estaduais Paulistas (ADUNICAMP, 1980).

Curiel (1997), referiu que a crise da UNICAMP ocorrida no início dos anos 80 foi originada por dois fatores: o impacto da queda de recursos para a pesquisa e a perda do “idealizador” Zeferino Vaz. Portanto, desde a década de 80 observa-se uma perda do poder aquisitivo dos salários de funcionários e docentes, concomitante com a deterioração das condições de trabalho.

Em outubro de 1981 o governo Maluf decretou uma intervenção na Unicamp exonerando oito diretores e demitindo 14 membros da ASSUC, causando com isso uma grave crise na Universidade. A intervenção ocorreu antes das eleições para reitor porque a democratização na Universidade contrariava as práticas anti-democráticas vigentes no regime autoritário da época. Porém, a comunidade universitária não acatou a intervenção e realizou inúmeras manifestações de repúdio com um estado permanente de mobilização (ADUNICAMP, 1997). Em seu depoimento Fernandes refere que: *“Lacramos todas as salas, fechamos a Universidade para os interventores não entrarem”* (FERNANDES apud

ADUNICAMP, 1991, p. 54). No capítulo III voltarei novamente a falar sobre a questão da intervenção Maluf.

Na década de 80 houve a continuidade do processo de distensão do regime autoritário concomitante com a recuperação da autonomia universitária, surgindo o processo de sindicalização nas universidades, após a Constituição Federal de 1988. O direito de greve no serviço público regulamentado pela Constituição Federal de 1988 tornou-se objeto de discussão e polêmica. A liberdade de associação sindical e o direito de greve são importantes fundamentos do patamar das relações de trabalho no serviço público (NOGUEIRA, 1993). Neste sentido podemos observar que:

“... a situação de crise econômica e de transição política da ditadura à democracia no contexto brasileiro foram determinantes para despertar nos trabalhadores dos serviços públicos a busca pelas formas clássicas de associação e organização sindical e também de novas identidades de classe com os demais trabalhadores” (NOGUEIRA, 1996, p.75).

A partir de 1982 tem início o processo de institucionalização na Universidade, com a reforma dos estatutos, criação do Conselho Universitário, etc. Segundo alguns entrevistados, o processo de institucionalização foi um movimento de mobilização muito forte na Universidade.

Em 1986 o Plano Cruzado congelou os salários quando estava ocorrendo a recuperação da pior fase salarial do período 1960-1986, e fazendo com que nós, das Estaduais Paulistas, não alcançássemos sequer o salário médio de 1981 (antes da última crise econômica), mesmo não considerando a inflação residual e os efeitos reais dos compulsórios (ADUNICAMP, bol. 05/09/86).

O Plano Cruzado representou um grande golpe contra a classe trabalhadora (operariado e funcionalismo público) por ter produzido um confisco nos salários e também porque seu impacto político diminuiu a tendência crescente dos movimentos populares.

Em 1989, graças a mobilização de docentes e funcionários, as Universidades Estaduais Paulistas conquistaram a autonomia universitária, ou seja, a autonomia institucional e financeira do Governo do Estado, através do repasse de 9,47% da arrecadação do ICMS. Com isso, os docentes e funcionários passaram a negociar salários

diretamente com os reitores. Essa negociação direta vem favorecendo as Universidades Estaduais Paulistas em relação aos outros seguimentos do funcionalismo público estadual no tocante aos reajustes salariais. As lutas de funcionários e docentes pelo aumento do repasse do ICMS (hoje de 9,54%) continua até hoje.

A autonomia universitária preserva a especificidade da vida acadêmica e evita a interferência de outros interesses. Estão previstas no artigo 207 da Constituição Federal as funções universitárias: o ensino, a pesquisa e a extensão (ADUNICAMP, 1999). No capítulo III falarei sobre os aspectos negativos da autonomia universitária.

Também em 1989 foi criado o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP), para que se discutisse, face a autonomia, a política salarial com as associações de docentes e funcionários e no mesmo período, com o interesse de unificação entre docentes e funcionários para se discutir questões sociais e reajustes salariais, criou-se o FÓRUM das Seis Entidades que constitui-se das associações e sindicatos de funcionários e docentes das três Universidades Estaduais Paulistas, ou seja: Associação dos docentes da USP (ADUSP), Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP), Associação dos Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP), Sindicato dos trabalhadores da UNICAMP (STU), Sindicato dos trabalhadores da UNESP (SINTUNESP), Sindicato dos trabalhadores da USP (SINTUSP). Desde 1993 participa também do FORUM o Sindicato dos trabalhadores do Centro Estadual de Ensino Tecnológico Paula Souza (SINTEPS). Desde o início, o FORUM constituiu-se capaz para articular em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, bem como do serviço público (ADUNICAMP, 1999). A criação do Fórum das Seis Entidades foi uma importante conquista para a união entre funcionários e docentes no setor das lutas sindicais. Podemos afirmar que as lutas da categoria organizadas pelo Fórum tiveram papel decisivo para que o arrocho salarial não fosse mais acentuado nos últimos anos, após a autonomia universitária.

“ É nesse quadro de destruição dos serviços públicos, miséria, desemprego e reformas que suprimem direitos, que o FORUM tem desenvolvido esforços para tentar se integrar, se articular de maneira mais orgânica, seja com as bases das entidades que o compõem e vem desenvolvendo atividades, seja como um novo elemento de intervenção política no quadro mais geral da sociedade” (ADUNICAMP, 1999).

"A partir do decreto da autonomia, em 1989, a luta pelos salários se dá em duas frentes: pressão junto aos reitores pelo comprometimento de 85% dos recursos repassados às universidades com folha de pagamentos e, junto à Assembléia Legislativa do Estado, pela ampliação do percentual destinado ao ensino superior". (FANTINATTI, 1998, p. 143).

A partir da criação do CRUESP e do FÓRUM, passou a existir uma relação de interlocução e debates no jogo de forças de poder vinculados respectivamente a administração das Universidades e Entidades representantes dos interesses dos funcionários e docentes. Porém antes disso, de acordo com Galvão (1995), no início docentes e funcionários reuniam-se com o CRUESP em separado, pois havia uma resistência dos docentes em se discutir em conjunto com os funcionários. As associações de funcionários então, constituíram o Conselho de Representantes dos Trabalhadores nas Universidades Estaduais Paulistas (CRETUESP), para que pudessem se articular de forma mais ampla e negociar com o CRUESP. Após uma discussão sobre a necessidade da união das duas categorias, as associações e sindicatos passaram a se reunir com o CRUESP em conjunto originando então o FÓRUM das Seis Entidades.

As grandes mobilizações da década de 80 constituíram um poder sindical e associações de diversas categorias que o governo e a sociedade não poderiam mais ignorar; pois atualmente elas participam da política e da negociação sócio-econômica do país. Vale observar que, de acordo com Nodari:

"A década de 80 foi o despertar dos movimentos de lutas que estiveram "adormecidos à força" durante a ditadura militar e, assim, era normal a mobilização em massa, tentando reconstruir a democracia no país. Muitos dos que são docentes hoje participaram dessas mobilizações como estudantes universitários. Todos estes movimentos grevistas que se expandiram ao longo dos anos 80 e entraram na década de 90 foram, em síntese, a luta dos professores universitários contra a dilapidação salarial e a constante ameaça de privatização da Universidade" (NODARI, 1996, p. 80).

A questão da estabilidade no setor público diminui consideravelmente as chances de ocorrer a demissão ao se realizar greves longas, sendo que os funcionários públicos

estaduais, dentre os quais os docentes, são a categoria que mais pratica greves no país (SOUZA, 1997). Não concordo com Gianotti quando refere que docentes e funcionários *“podem assim entrar em greves demoradas, cujo perigo, todavia, consiste em mostrar que a sociedade pode muito bem passar sem essa universidade que aí está”* (GIANOTTI, 1986, p. 64). A meu ver, as greves das universidades causam uma perda e um custo para a sociedade, uma vez que podem atrasar os períodos letivos, as pesquisas, os atendimentos na área da saúde, etc.

Segundo Coelho, a Universidade brasileira vive um conflito interno, o qual a impede de contribuir mais eficazmente à transformação democrática da sociedade. As verbas deficitárias para a pesquisa e o arrocho salarial causam a perda de qualidade do ensino, induz ao surgimento de fundações privadas dentro das universidades públicas, a busca de outras fontes de renda pelos docentes, etc. (COELHO, 1996).

No campo do ensino superior, mais recentemente, o governo federal está propondo uma reforma universitária na qual as instituições públicas de ensino superior teriam áreas de atuação privatizadas. Para complementar o orçamento, as universidades públicas necessitam cada vez mais de prestar serviços e consultorias à empresas privadas ou estatais.

Vale lembrar que existe há muito tempo uma discussão de se cobrar mensalidades dos alunos para aumentar o orçamento e, como consequência, isso traria uma maior elitização do ensino superior. Outra proposta seria de se implantar a gratuidade seletiva, já que o acesso à universidade pública é feito por alunos de classe social mais elevada em sua grande maioria. O Banco Mundial preconiza que na América Latina o ensino superior seja responsabilidade do setor privado, pois a demanda por este nível de ensino é crescente. O governo FHC pretende desobrigar o Estado em relação ao ensino público universitário.

“A Luta pelo ensino público e gratuito é muito antiga. A ditadura militar, em 1965, definiu o pagamento das anuidades nas Universidades Federais. O movimento estudantil, naquela época forte e contestatório, resistiu “a implantação do sistema, então, considerado simbólico, mas abrindo o caminho para a universidade paga” (PINHEIRO, 1994, pg. 70).

Na perspectiva do momento, para que essas propostas sejam revertidas e as Universidades Públicas sejam preservadas, é necessário uma luta conjunta das instituições públicas de ensino superior em conjunto com a organização de toda a sociedade.

Fica evidenciado pelo estudo de Coelho que as Universidades brasileiras estão em situação difícil, pois o poder político autocrático-patrimonialista está conduzindo as instituições públicas à falência e sucateamento, com iniciativas do governo que visam acabar com direitos conquistados, tais como a estabilidade dos servidores públicos, a aposentadoria integral, etc (COELHO, 1996).

Também Kauchakje (1997), referiu em seu estudo que nos anos 90, as universidades brasileiras tem sofrido medidas do governo que desestruturam e constroem a educação. A política do governo FHC nos últimos anos com a adoção do projeto neoliberal, tem sido a de um constante processo de desobrigação por parte do governo em manter os serviços públicos de caráter social, proporcionando que estes sejam transformados em fonte de renda pelo setor privado. Essas práticas neoliberais do governo dificultam os movimentos sociais, não só dentro das universidades como na sociedade em geral, como observamos na citação a seguir:

“O ano de 1996 se manifesta como um ano particularmente difícil para o Movimento Docente nacional, pela ingerência danosa da ideologia neoliberal no funcionamento e na autonomia da Universidade brasileira e na luta dos movimentos sociais organizados para manter as conquistas sociais garantidas pela Constituição de 1988 e para avançar no processo de construção da cidadania neste país” (BEZERRA,1996, p.03).

Este fato também foi salientado no estudo da Associação de Docentes da UNICAMP, como segue:

“... estamos assistindo a uma vasta transformação na universidade brasileira, como consequência da implantação do modelo neoliberal. Uma universidade econômica e rentável, prestadora de serviços e formadora de mão-de-obra especializada, segundo as demandas flutuantes do mercado; um modelo operacional de universidade, é o que se nos impõe “ (ADUNICAMP, 1999).

É importante salientar também que há algum tempo os governos do país vem questionando o funcionamento das Universidades públicas. Propaga-se pelo governo, que a universidade pública é ineficiente e que precisa ser privatizada para melhorar. Esse discurso de ineficiência serve como desculpa para que se arroche os salários e diminua-se as verbas (ADUSP, set/1998).

Nos últimos anos os funcionários públicos tem sido os “bodes expiatórios” da crise do Estado, atribuindo-lhes as culpas pela deterioração das contas do governo, sendo que a maioria destes recebem baixos salários e cada vez mais arrochados, em virtude de uma política de muita recessão dos últimos governos. É essa imagem que a mídia retrata com o apoio de grande parte da população, embora não conhecendo a realidade do setor público no Brasil (ROCHA apud NOGUEIRA, 1996).

O quadro que se delineia atualmente nas universidades poderia ser explicitado na seguinte afirmação:

“... a carência de recursos nas universidades e a aviltante diminuição dos salários geram atualmente um processo acelerado de privatização da Universidade Pública por dentro dela mesma. Em seu interior e ao redor, montam-se estruturas privatizantes, mediadas por Fundações de Apoio, criadas associativamente como empreendimentos privados com o objetivo de “suprir” as deficiências de recursos públicos e uma suposta agilidade na gestão de recursos. Em consequência cria-se um clima favorável à desagregação do ambiente acadêmico, favorecendo o individualismo, o empresariamento de docentes e pesquisadores, transformando-os prioritariamente em gerentes do ensino, da pesquisa e da extensão” (ANDES-SN, 1996, p.10).

Neste sentido observa-se que:

“... o compromisso da universidade com a sociedade se dará na medida em que haja um projeto nacional de desenvolvimento soberano, com a existência de políticas públicas que atendam as necessidades da população e levem a universidade a formar cidadãos na perspectiva deste projeto, permitindo que na vida profissional atuem de acordo com ele, seja no setor público ou no setor privado” (BALDIJÃO, 1991, p. 11).

No setor universitário foram criadas a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior Sindicato Nacional (ANDES-SN) e a Federação das Associações dos Servidores Universitários Brasileiros (FASUBRA) que desde 1989 e 1991, respectivamente, foram transformadas em sindicatos nacionais. Na UNICAMP, o STU é filiado à FASUBRA e a ADUNICAMP à ANDES-SN.

O Movimento Docente inserido no processo de construção do “novo sindicalismo”, convictos pela necessidade de reagir à repressão e às intervenções dos governos nas universidades; organizaram-se à nível nacional no início dos anos 80 fundando a já citada ANDES-SN. As motivações para a criação da ANDES-SN foram essencialmente:

“... a luta pela democratização da universidade e da sociedade, que se conecta quase sempre à busca de construção de alternativas sociais transformadoras, por sua vez relacionadas ao cotidiano de trabalho dos docentes e aos desafios colocados pela política educacional (oficial) brasileira, particularmente os relativos ao ensino superior” (NAVARRO, 1999, p.66).

A ANDES-SN constitui-se em um importante instrumento de luta em defesa da universidade pública em dois aspectos: o primeiro é a respeito das campanhas contra o arrocho salarial, melhores condições de trabalho e direitos dos docentes e o segundo aspecto é lutar pela universidade pública e gratuita, autonomia universitária, etc.

“A ANDES-SN defende a universidade pública, gratuita, autônoma, laica, democrática e de qualidade por entender que o Estado deve garantir a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos” (BALDIÃO, 1991, p. 10).

Segundo Ridenti (1995), a atuação da ANDES-SN extrapola o conjunto de reivindicações docentes dentro das universidades participando também de vários momentos da política nacional, tais como a luta pelo fim da ditadura, campanha das “Diretas Já”, movimento pelo *impeachment* de Collor, etc.

Em novembro de 1981 ocorreu a primeira greve sob a coordenação da ANDES-SN. O que evidenciou-se nestes movimentos entre 1980 e 1984 foi a vitória dos movimentos a nível de união da categoria e referente a questão econômica, bem como a garantia da universidade pública e gratuita (NODARI, 1996).

De acordo com Navarro, existem duas dificuldades básicas que estão presentes na trajetória do Movimento Docente: o relacionamento com o movimento sindical brasileiro (especificamente com a CUT) e os desequilíbrios com os “setores institucionais” onde estão os docentes do ensino superior organizados na ANDES-SN, o qual filiou-se à CUT em 1989 (NAVARRO, 1999).

Vale lembrar que Ridenti (1995), aponta que o Movimento Docente tem características comuns com o movimento estudantil, sendo que os primeiros dirigentes da ANDES-SN eram quase todos vinculados ao Movimento Estudantil nos anos 60 e 70. O Movimento Docente herdou também como característica do Movimento Estudantil, a união entre o conjunto das reivindicações com a luta política. Essa questão de que as lideranças de entidades tiveram sua inserção nos movimentos sociais desde a época estudantil ficou evidenciada também nesta pesquisa, quando da realização das entrevistas com militantes da ADUNICAMP e alguns do STU.

Fantinatti (1998), refere que o sindicalismo docente caracteriza-se pelo corporativismo profissional que segmenta-se pela profissão, caracterizando-se numa identificação coletiva e restringindo-se ao aspecto sindical e ao setor particular da profissão.

Outra questão que se faz presente é que existe uma situação de contradição vivida por ex-dirigentes do Movimento Docente, que hoje ocupam cargos de comando na universidade, como diretores de institutos ou faculdades, pró-reitores e até reitores, eleitos diretamente pela comunidade acadêmica. Aqueles que resistem à atitude fácil de acomodação a ordem estabelecida vêm-se desafiados a propor mudanças de fundo na universidade, e para tanto precisam de apoio e mobilização dos docentes, cujos interesses imediatos eles por vezes se vêm na contingência de enfrentar. Devem, então, negociar com o movimento em nome do Estado. Trocam de lado, mas permanecem:

“... agentes técnicos da administração da medida” ...”mas tendo de negociar com todas as forças sociais, não podendo simplesmente acatar o conjunto das reivindicações dos movimentos de docentes, funcionários e estudantes – os quais às vezes passam a tratá-lo como traidores, justamente ou não” (RIDENTI, 1995, p. 71).

Percebemos que esse fato vem ocorrendo em várias universidades, inclusive aqui na UNICAMP.

Existe um outro fator que ocorre no sindicalismo docente. Com a massificação e a concorrência ocorre a deterioração da identidade profissional dos docentes, empurrando-os para a condição de trabalhadores assalariados e isso implicando em uma redefinição desta identidade (COELHO apud NAVARRO, 1999). Segundo Fantinatti (1998), a condição de trabalhadores assalariados não seria percebida pelos docentes por serem intelectuais, pesquisadores, etc, percebendo-se então como categoria neutra frente às contradições de classe do capitalismo. No trabalho docente a figura do patrão fica diluída, propiciando um sentimento de autonomia e isolamento nas atividades, proporcionando uma resistência, num primeiro momento, para assumir as lutas coletivas, não se percebendo na condição de um conjunto de trabalhadores assalariados.

Pude constatar também, através das entrevistas realizadas nesta pesquisa, com docentes militantes, que a categoria docente não se vê na condição de trabalhadores assalariados, provavelmente em virtude de serem portadores de conhecimentos especializados e de um certo status adquirido no decorrer da carreira acadêmica.

Conforme refere Oliveira, existe no interior das universidades, docentes a que refere de “direita anti-universitária” que criticam o Movimento Docente (OLIVEIRA, 1994). Tais docentes recusam-se a utilizar a ferramenta de luta dos demais trabalhadores, isto é, a greve.

Ainda sobre a possível resistência dos docentes em realizar greves, de acordo com Fantinatti (1998), as associações de docentes recusam-se a ações de caráter radical, preferindo as negociações através do diálogo, com intenção de “sensibilizar” a opinião pública e os alunos e que a greve é um último recurso na ausência de negociações. Quando se deseja chamar a atenção da sociedade para os problemas internos da universidade é utilizada pelo movimento docente a valorização da educação, da ciência, etc, essenciais para o desenvolvimento do país, objetivando o apoio da sociedade aos propósitos da greve com a intenção de resgate do valor profissional dos docentes. Sobre essa afirmação, penso que vincular às greves salariais a defesa do ensino universitário público e gratuito, seria porque os docentes são mais politizados em relação às outras categorias, suas pautas reivindicatórias propõem um projeto de Universidade, de política universitária, de pós

graduação e pesquisa, propõem uma postura mais crítica e autônoma frente à normatização do governo Federal , propõem a defesa da qualidade e compromisso social dessa universidade; tudo isso é mais do que impedir a sua privatização.

CAPÍTULO II

RESGATE DA HISTÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS DA UNICAMP.

A Universidade Estadual de Campinas nasceu em 1966 com o propósito de atender as demandas tecnológicas da época e suas diretrizes estavam em consonância com o modelo de desenvolvimento econômico do país e com a postura tecnocrática baseada na racionalidade, produtividade, eficiência e economia. Com isso atendia os interesses do governo da época: “... a emergência da UNICAMP em 1966 vinha satisfazer especialmente aspirações de ordem técnica, industrial e de especialização qualificada” (UNICAMP, 1996, n.115). Na época de sua criação, apesar da ditadura, a UNICAMP possuía relativa autonomia institucional graças ao então reitor Zeferino Vaz gozar de prestígio junto às autoridades da época (MENEGUEL, 1994). Zeferino Vaz apoiou o golpe militar e foi interventor na Universidade de Brasília.

A UNICAMP é uma autarquia do Estado de São Paulo com ampla autonomia, garantida pela Constituição de 1988 e seu orçamento anual provém do Governo Estadual. Atualmente a UNICAMP concentra 12% de toda a produção científica brasileira e cerca de 10% da pós-graduação nacional, mantendo áreas de compatibilidade científica e tecnológica com os principais centros de pesquisa do mundo e uma centena de convênios (UNICAMP, 2001).

Na Universidade existem três regimes de contrato de trabalho: regime estatutário (ESUNICAMP), regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os contratos terceirizados (FUNCAMP, Limpadora, etc) Atualmente¹² o número de funcionários regime ESUNICAMP é de 2.654; CLT: 5.006, FUNCAMP: 2.290 e demais terceirizados aproximadamente 380. Os docentes regime ESUNICAMP totalizam 1953 e CLT: 182, sendo que não há docentes contratados via FUNCAMP. Nota-se que o fato do número de funcionários regime CLT ser muito maior em relação ao número de docentes neste regime e a inexistência de haver docentes contratados pela FUNCAMP, indica que a Universidade faz diferença entre as duas categorias. Encontra-se no anexo I os níveis salariais das carreiras dos docentes e dos funcionários da UNICAMP.

¹² Dados de junho/2002 – DGRH/FUNCAMP/DGA.

Todos os cargos administrativos de coordenação e direção nos diversos institutos e departamentos da UNICAMP são ocupados por docentes, sendo que este fato contribui para reforçar a posição de poder e superioridade do docente em relação aos funcionários.

1- A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNICAMP (ASSUC) / SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP (STU).

Nas Universidades Estaduais Paulistas observamos que foram criadas inicialmente associações de caráter assistencial e de lazer com sua diretoria com grande possibilidade de ser pelêga. No final dos anos 70 essas associações passaram a desempenhar as atividades propriamente sindicais (GALVÃO, 1995).

De acordo com o Projeto Memória do STU, a Associação dos Servidores da UNICAMP (ASSUC), foi fundada em 23/09/1967 com a finalidade de promover a união da classe, a defesa dos direitos e interesses dos associados e assistência aos mesmos e suas famílias, conforme registrado em seu estatuto. Ainda, conforme seu primeiro estatuto, dedicava-se exclusivamente à promoção do bem estar físico, espiritual e social de seus associados. Esse objetivo perdurou até 1979, sendo que a partir dessa época a ASSUC passou por transformações em sua diretoria e tiveram início as atividades de luta em defesa dos interesses dos funcionários e, inclusive, levando para a comunidade externa as discussões geradas no ambiente universitário (STU, 2001). Diversos entrevistados informaram que a ASSUC foi fundada por iniciativa de alguns funcionários do alto escalão da Universidade, tais como o Procurador Geral e o coordenador da DGRH, conforme depoimentos abaixo:

“...sempre a Associação foi ligada à reitoria, os altos funcionários é que criaram a ASSUC, eram todos diretores, sócio não podia participar da diretoria; a oposição à diretoria da ASSUC iniciou em 77...”
(Reginaldo Bispo Pereira, ex-dirigente ASSUC).

“... A Associação promovia bailes, promovia confraternizações, fazia convênios com farmácia, supermercados; tinha um papel

muito forte nessa área social dos funcionários... a Associação trabalhava muito de comum acordo com a reitoria, ela não tinha um papel reivindicatório..." (Arly de Lara Romeo, ex-dirigente ASSUC).

Ainda conforme Galvão:

"Os funcionários públicos, proibidos de se organizarem através de sindicatos desde 1931, criaram inicialmente associações de caráter assistencial, com baixo nível de politização e, em muitos casos, a serviço do tráfico de influências dentro do aparelho do Estado" (GALVÃO, 1995, p.126).

No início, a ASSUC contava com pouco mais de duzentos associados¹³ sendo que, na época, a Universidade tinha, entre funcionários e docentes, aproximadamente cerca de quatrocentos servidores. Atualmente o STU conta com 5.498 sindicalizados, incluindo 200 docentes aproximadamente, conforme informação da diretoria atual¹⁴. Nota-se que é um alto índice de sindicalização, acima da média nacional.

A ASSUC transformou-se em sindicato, ou seja, Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU) durante o I Congresso dos trabalhadores da UNICAMP realizado em 21, 22 e 23 de junho de 1991. Conforme Antunes, *"... os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação e fiscalização dos salários, da jornada de trabalho e da legislação social"* (ANTUNES, 1980, p. 14).

Segundo os entrevistados, o Sindicato atualmente é independente em relação à reitoria, possui uma diretoria colegiada, realiza eleições com proporcionalidade direta na base, faz assembleias, congressos e possui Conselho de Representantes superior a diretoria. Conforme o depoimento de um dirigente sindical:

"...isso, na minha opinião, é a implantação do projeto da CUT no movimento sindical, que é um movimento desatrelado do Estado, financiado pelas próprias vias dos trabalhadores" (José Luis Pío Romera, dirigente STU).

¹³ Conforme Jornal Noticiassuc de 03/03/69.

¹⁴ Dados do STU de setembro/2002.

Pudemos observar que no interior do Sindicato existem militantes de diversos partidos políticos, sendo que é permitida a sindicalização tanto de funcionários quanto de docentes. Encontra-se no anexo VII as diretorias da Entidade desde o início até hoje.

2 – A ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNICAMP (ADUNICAMP).

A Associação dos Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP), foi fundada em 12/05/1977 oriunda da necessidade dos professores da Universidade em defender seus interesses. Desde o início a ADUNICAMP debatia as questões que envolviam a conjuntura político-econômica do país. As discussões da entidade abrangiam também questões como a democratização da UNICAMP, bem como a melhoria das condições de trabalho. Apresenta uma relação estreita com o movimento sindical, participando do FORUM das Seis Entidades, da ANDES-SN e também atuando junto à CUT¹⁵ para o encaminhamento de projetos relacionados a educação e aos serviços públicos (ADUNICAMP, 1997). Vale observar que o surgimento da ADUNICAMP ocorreu na época da ditadura e contra esta, no processo de acompanhamento dos movimentos populares pela democratização do país (ADUNICAMP, 1991).

Neste sentido, apesar da ADUNICAMP ter sido fundada em 1977 já existia uma mobilização interna na UNICAMP por parte de docentes e funcionários, conforme depoimento a seguir:

“Acho que logo depois da morte do Vladimir Herzog, em 75, houve um ganho de consciência muito forte dentro das universidades sobre a necessidade de combate à ditadura militar. Neste processo foi criada a ADUSP (Associação de Docentes da USP) – a ADUSP foi retomada na verdade em 76 – e, por tabela, em 77 já foi criada a ADUNICAMP” (SCHNEIDER apud ADUNICAMP, 1991, p.16/17).

A ADUNICAMP foi criada a partir de uma assembléia com 370 docentes, sendo que a UNICAMP possuía 900 docentes. Na época, a sociedade estava se reorganizando e se

¹⁵ A ADUNICAMP filiou-se à CUT em fevereiro de 1997.

manifestando contra a ditadura militar e estava ocorrendo a reorganização e criação de várias instituições docentes de ensino superior por todo o país.

“... em torno de 76 é que começa a ganhar cores a necessidade de haver uma Associação de Docentes. E é interessante notar que esta questão não foi unicamente na Unicamp. Começa-se a perceber que isso espoca por todo o Brasil, em diversas universidades: a necessidade de retomar associações que foram massacradas pela ditadura, foram postas todas no ostracismo, foram desmontadas e tornadas ilegais, etc” (FERNANDES apud ADUNICAMP, 1991).

Conforme Fantinatti (1998), a criação das Associações de Docentes da UNICAMP, USP e UNESP deveu-se aos seguintes fatores: combater os baixos salários após o “milagre econômico”, resistência à ditadura e necessidade de democratização interna da universidade. Com a obtenção do direito a sindicalização, as associações de docentes da USP e UNESP passaram a ser seções sindicais do ANDES-SN.

A ADUNICAMP sempre esteve em sintonia com os movimentos da sociedade em geral, tais como a luta pela anistia e contra a ditadura militar, campanha pelas Diretas em 1984, participou do Fórum de Educação na Constituinte, participou sobre questões como o pagamento da dívida externa e reforma agrária, na eleição para presidente em 1989 a entidade apoiou Lula, analisou e criticou pacotes econômicos, apoiou a campanha pelo *Impeachment* de Collor e atualmente critica o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e confere apoio às lutas para a Reforma Agrária (FANTINATTI, 1998).

Ainda, segundo Fantinatti, estão inseridos na atuação da ADUNICAMP alguns aspectos do corporativismo profissional, ou seja, o assistencialismo, greves não agressivas, salário relacional, apego ao legalismo, etc.

“A ação sindical dos docentes universitários se desenvolve assim, nos limites da ideologia meritocrática da qual são portadores, o que permitiria situá-la no quadro geral dos sindicatos de “classe média”, marcadamente meritocráticos” (FANTINATTI, 1998, p. 137).

Embora a ADUNICAMP possua características sindicais ela não é um sindicato e nem seção sindical do ANDES-SN, pois de acordo com alguns dos entrevistados, a categoria docente, em sua maioria, prefere que a ADUNICAMP permaneça como associação. Essa questão dos docentes resistirem a idéia de transformar a ADUNICAMP em sindicato pode ser interpretada como sendo o fato de que estes não se sentem como trabalhadores assalariados e sim como intelectuais, uma categoria diferenciada; conforme indicou os depoimentos abaixo:

“... eu acho que é um pouco de preconceito; sindicato é coisa de trabalhador e apesar dos professores muitas vezes fazerem greve e utilizarem métodos da classe trabalhadora, eles não se consideram trabalhadores igual os outros. Como sindicato é coisa de trabalhador, eles preferem associação “ (José Vitório Zago, dirigente ADUNICAMP).

“Cada categoria tem seu perfil, tem características próprias. A categoria docente tem algumas características e uma delas, em geral os docentes não se reconhecem muito como trabalhadores; trabalhador no sentido produtivo, são intelectuais... isso é um complicador; então quando a categoria docente entra em greve é porque a situação tá muito complicada” (José Roberto Zan, dirigente ADUNICAMP).

Outra hipótese para a ADUNICAMP ter permanecido como associação seria porque tornar-se sindicato significaria atrelar-se a estrutura sindical oficial.

Conforme informações do atual presidente da ADUNICAMP José Roberto Zan, faz parte do programa da diretoria atual a mudança dos estatutos da entidade para a sua transformação em seção sindical do ANDES-SN, como são a ADUSP e ADUNESP, sendo que atualmente a ADUNICAMP possui 2.073 docentes associados¹⁶. Podem filiar-se à Associação somente a categoria docente, conforme consta em seu estatuto. Encontra-se no anexo VIII as diretorias da ADUNICAMP desde sua fundação até hoje.

¹⁶ Conforme dados da ADUNICAMP de outubro/2002.

CAPÍTULO III

MOBILIZAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS E DOCENTES DA UNICAMP ENTRE 1978 E 2000.

Neste capítulo buscamos desenhar a trajetória dos movimentos na UNICAMP procurando identificar, quantificar e caracterizar esses movimentos, suas causas, os personagens envolvidos, a forma de organização sindical, as estratégias de luta, enfim, essa etapa da pesquisa é o retrato das lutas na Universidade. Para tanto, dividimos o capítulo em três partes: o item 1- **Universo das lutas**; corresponde aos dados quantitativos das ocorrências, os quais dispomos em tabelas para que o leitor tenha uma visão geral do todo. No item 2- **A trajetória das greves na UNICAMP**; descreveremos a história das greves e paralisações pormenorizadamente e no item 3- **A dinâmica das lutas por detrás dos números**; procuramos sondar diversos aspectos das lutas no intuito de desvendar como essas lutas ocorreram e continuam ocorrendo, seus limites, perfil dos dirigentes e relacionamento entre as entidades de funcionários e de docentes com as várias reitorias da Universidade no período 1978-2000.

1- O UNIVERSO DAS LUTAS.

Nesta seção do capítulo analisaremos os movimentos de funcionários e docentes na perspectiva dos dados quantitativos sobre a ocorrência de paralisações e greves na UNICAMP e identificando também movimentos das demais Universidades Estaduais Paulistas e funcionalismo público quando estes foram mencionados nos documentos pesquisados.

A seguir apresentaremos as tabelas da trajetória das greves e paralisações na Universidade, procurando destacar seu papel nos movimentos que também abarcavam os demais setores do funcionalismo público e greves nacionais. Os limites da ação grevista serão identificados, bem como as transformações porque passaram as Entidades sindicais de docentes e de funcionários. Este estudo nos permitirá dimensionar os elementos de mudança e as práticas que ainda permanecem nos dias atuais inseridas no universo das lutas.

TABELA 1 - NÚMERO DE GREVES E PARALISAÇÕES NA UNICAMP

	1978 – 1984		1985 - 1989		1990 - 1994		1995 - 2000	
	PARAL.	GREVES	PARAL	GREVES	PARAL	GREVES	PARAL	GREVES
FUNC.	08	05	15	06	11	04	14	03
DOCENTE	10	04	10	04	12	04	11	03
TOTAL	18	09	25	10	23	08	25	06

Fonte: Boletins ASSUC/ STU e ADUNICAMP.

Segundo os dados da Tabela 1 podemos observar que vem diminuindo o número de greves ao longo dos anos. As paralisações estão mantendo-se na média. O período de maior número de movimentos de funcionários na Universidade foi entre 1985 e 1989. Em relação aos docentes, o período de maior número de movimentos foi entre 1990 e 1994. Observa-se que os funcionários paralisaram um maior número de vezes que os docentes. Ao refletirmos sobre as características de cada período, podemos dizer que o período entre 1978-1984 foi marcado pelo início do sindicalismo no setor público e nas universidades, mesmo sob o regime da ditadura militar. Isso explica o período de menor número de movimentos por parte dos funcionários. O período entre 1985-1989 é caracterizado pela redemocratização brasileira, sendo que a partir de 1985 cresceu muito a luta grevista no setor público. O período 1990-1994 foi o pós autonomia universitária, com o início das terceirizações e abrangeu uma das reitorias mais autoritárias da UNICAMP. No último período, ou seja, entre 1995-2000 continua a implantação das políticas neoliberais na sociedade, refletindo em terceirizações na Universidade. Em 1998 é eleito o primeiro reitor de oposição a todas as gestões anteriores.

TABELA 2 - TIPOS DE AÇÕES JUDICIAIS

	1978 -1984	1985-1989	1990 -1994	1995- 2000
DECRETAR ILEGALIDADE				
GREVE	-	01	01	-
DECRETAR LEGALIDADE				
GREVE	-	-	01	-
ORDENS DE PRISÃO	02	01	-	-
READMISSÃO DE				
FUNCIONÁRIOS	04	01	02	01
SEM MENCIONAR*	14	16	19	16

Fonte: Boletins ASSUC/STU e ADUNICAMP.

*Muitos documentos não mencionaram ocorrências; dados subestimados.

Na Tabela 2 podemos verificar que a maioria dos documentos não mencionaram a ocorrência de ações judiciais, o que não significa que elas não existiram. Há ocorrência de duas prisões no período da ditadura militar e uma prisão no período da Nova República. As ações judiciais para a readmissão de funcionários ocorreram em todos os períodos, principalmente entre 1978 e 1984.

TABELA 3 – INSTITUIÇÕES E SEGMENTOS ENVOLVIDOS NAS GREVES E PARALISAÇÕES DA UNICAMP

	1978 – 1984		1985 - 1989		1990 – 1994		1995 – 2000	
	PARAL	GREVES	PARAL	GREVES	PARAL	GREVES	PARAL	GREVES
UNICAMP	12	05	14	05	14	04	14	03
USP	03	04	05	04	09	05	06	02
UNESP	04	04	05	03	09	05	09	02
UNIV. EST. PAULISTAS	02	04	06	03	09	04	06	02
FUNC. PÚBL. ESTADUAL.	02	04	09	04	02	01	04	-
FUNC.PÚBL. ENSINO.	01	03	01	02	-	01	-	-
UNIV. PÚBL. BRASILEIRAS.	01	-	01	01	-	01	-	-
OPERARIADO/ MUNICIPAIS	-	-	03	01	01	01	02	-

Fonte: Boletins ASSUC/STU e ADUNICAMP.

*Foi quantificado o número de greves e paralisações da USP e UNESP apenas quando estas eram referidas nos documentos consultados, portanto o número de movimentos nestas Universidades pode não estar correto. Idem para as demais categorias.

De acordo com a Tabela 3 podemos ver que ao longo dos anos mantiveram-se numa mesma média os movimentos na UNICAMP. O período entre 1985 e 1989 foi o de maior número de frequência de movimentos, certamente porque houve muitas perdas salariais durante toda a década de 80 em decorrência da implementação dos diversos planos econômicos.

TABELA 4 - AÇÕES DE INTIMIDAÇÃO E REPRESSÃO

	1978 -1984	1985 - 1989	1990 -1994	1995 -2000
MOBILIZAÇÃO POLICIAL	02	03	03	03
AÇÕES JUDICIAIS	03	01	02	01
VIOLÊNCIA CONTRA TRAB.	03	02	02	01
PRISÕES	-	01	-	-
DEMISSÕES	22	02	15	06
FERIDOS	02	01	01	02
SEM MENCIONAR *	13	14	17	14

Fonte; Boletins ASSUC/ STU e ADUNICAMP.

*Muitos documentos não mencionaram ocorrências.

Dos dados disponíveis nos documentos podemos observar na Tabela 4 que diminuíram um pouco as ações demissionárias como forma de repressão, mantendo no mesmo nível outras formas de repressão como prisões e feridos, que são eventuais. As mobilizações policiais mantiveram-se na mesma média. Somente os funcionários são terceirizados e podem ser demitidos portanto, podemos concluir que estes são mais vulneráveis às repressões das reitorias. Houve uma exceção na greve de 1994 em que o Prof. José Vitório Zago foi demitido pelo reitor José Martins Filho, porém posteriormente foi readmitido.

TABELA 5 - AÇÕES COLETIVAS DOS GREVISTAS

	1978-1984	1985 -1989	1990 - 1994	1995 -2000
ASSEMBLÉIAS	14	13	16	12
PASSEATAS	08	11	11	11
CONCENTRAÇÃO EM ESPAÇO PÚBLICO	07	10	11	10
OCUPAÇÃO DE LOCAIS DE TRABALHO	02	01	-	-
DISTRIBUIÇÃO DE FOLHETOS	-	-	02	01
MANIFESTOS NA MÍDIA	03	02	01	01
SEM MENCIONAR	04	05	03	04

Fonte: Boletins ASSUC/STU e ADUNICAMP.

Com respeito às formas de ações coletivas usadas nas mobilizações, observamos uma variação importante ao longo dos anos. Conforme os dados da Tabela 5, vemos que piquetes e ocupação de locais de trabalho deixaram de ser formas usuais de ações coletivas, sendo substituídas por ações de distribuição de folhetos. No resto as mobilizações continuam a depender de assembleias, passeatas, concentrações em espaço público e manifestos na mídia como formas mais comuns de mobilização coletiva. As assembleias, passeatas e concentrações em espaços públicos dão visibilidade aos movimentos. Em todos os períodos, de 1978 a 2000, os funcionários e docentes expuseram-se em praça pública quando da realização dos movimentos.

TABELA 6 - TIPOS DE MOBILIZAÇÃO POLICIAL*

	1978 -1984	1985 -1989	1990 -1994	1995 -2000
AMEAÇA DE REPRESSÃO	04	03	04	03
DESLOCAMENTO TROPAS NO LOCAL DE TRABALHO	02	02	01	02
BLOQUEIOS DE VIAS PÚBLICAS	01	01	-	01
INTERVENÇÃO CONTRA PASSEATAS	02	02	02	02
OCUPAÇÃO DE LOCAIS DE TRABALHO	02	01	01	01
SEM MENCIONAR	16	17	17	14

Fonte: Boletins ASSUC/STU e ADUNICAMP.

*Estes dados são subestimados pois não constavam na maioria dos documentos pesquisados.

Paradoxalmente o fator interferência policial nas mobilizações não mudou significativamente ao longo dos 22 anos sob análise. Apesar da mudança dos governos da ditadura militar aos governos democratas, as interferências policiais nas suas diversas modalidades permaneceram aproximadamente iguais, segundo os dados na Tabela 6.

TABELA 7 - REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS NA UNICAMP

	1978 – 1984	1985 - 1989	1990 - 1994	1995-2000
REAJUSTE SALARIAL	08	13	11	14
CAMPANHA				
SALARIAL	03	04	03	02
AUTONOMIA UNIV.	04	02	-	-
DEMOCRACIA				
INTERNA	05	02	01	-
REVOGAÇÃO				
PUNIÇÕES	01	01	02	02
CONTRA A POLÍTICA.				
ECON. DO PAÍS	01	03	02	03
CONTRA A POLÍTICA				
DO GOVERNO	01	04	01	02
OUTROS*	04	13	05	03
SEM MENCIONAR	05	04	06	-

Fonte: Boletins ASSUC/ STU e ADUNICAMP.

*Inclui-se carreira, gatilho, URP, contra o corte e aumento dos fretados, revogação da portaria 176/90, pelo fim cota orçamentária, não à privatização, seguro desemprego, defesa da Universidade pública e gratuita, creche, melhores condições de trabalho.

Conforme Tabela 7 podemos observar que vem aumentando e predominando as questões salariais e a defesa do ensino público e gratuito e caindo em importância questões como assuntos universitários (autonomia, democracia interna) e assuntos de política de governo. Os períodos mais políticos (referente à questões universitárias) dos movimentos foram entre 1978-1984 e 1985-1989, depois desses períodos os movimentos ficaram economicistas (reivindicações basicamente salariais, porém sempre acompanhadas da defesa da Universidade pública e gratuita). Porém permanecem as questões de enfrentamento dos problemas políticos do país e do Estado.

TABELA 8 - NÚMERO DE GREVES E PARALISAÇÕES NA UNICAMP ANO A ANO

ANO	DOCENTES		FUNCIONÁRIOS	
	PARAL.	GREVE	PARAL.	GREVE
1978	01	-	-	-
1979	-	01	-	01
1980	01	-	-	-
1981	06	01	04	03
1982	-	01	-	01
1983	02	-	03	-
1984*	-	01	01	01
1985*	01	-	01	-
1986*	-	-	-	-
1987	03	02	06	03
1988	04	02	06	02
1989	02	-	02	01
1990	02	01	04	01
1991	04	01	02	01
1992	02	01	01	01
1993	01	-	01	-
1994	02	01	02	01
1995	01	01	03	01
1996	03	01	05	01
1997	01	-	01	-
1998	03	-	03	-
1999	02	-	02	-
2000	-	01	-	01
TOTAL	41	15	47	19

Fonte: Boletins ASSUC/STU e ADUNICAMP.

*Os boletins do STU referentes aos anos de 1984, 1985 e 1986 foram em quase sua totalidade perdidos devido à uma inundação ocorrida no Centro de Convenções, local onde o material estava provisoriamente guardado.

De acordo com a Tabela 8 podemos verificar que nos anos de 1997, 1998 e 1999 não houve espaço para greves, uma vez que ocorreu um aperto orçamentário na Universidade, onde foram impostas restrições a toda a comunidade universitária. Esse refluxo do movimento grevista em comparação com períodos anteriores ocorre devido aos impactos na Universidade da implantação do neoliberalismo acarretando a precarização das relações

trabalhistas, privatizações, desemprego, etc. Houve um maior número de paralisações de docentes em 1981 e dos funcionários em 1987 e 1988. Comparando as duas categorias, vemos que os funcionários realizaram um maior número de greves e paralisações do que os docentes.

TABELA 9 – NÚMERO DE GREVES POR REITORIAS *

	FUNCIONÁRIOS		DOCENTES	
	PARAL.	GREVE	PARAL.	GREVE
1978 - 1982 - Plínio Alves Morais	04	05	08	03
1982 - 1986 – José Aristodemo Pinotti	05	01	03	01
1986 – 1990 – Paulo Renato da Costa Souza	14	06	09	04
1990 – 1994 – Carlos Alberto Vogt	09	03	09	03
1994 – 1998 – José Martins Filho	11	03	08	03
1998 – 2002 – Hermano de Medeiros Tavares	05	01	05	01

Fonte: Boletins ASSUC/ STU e ADUNICAMP.

(*) As gestões dos reitores sempre terminam no mês de abril a cada 04 (quatro) anos, com exceção de Zeferino Vaz, em cuja gestão (1966-1978) não há registro de paralisações e greves.

Conforme a Tabela 9, podemos observar que vem diminuindo o número de paralisações e greves ao longo dos anos. O período de maior ocorrência de movimentos foi entre 1986-1990, o qual apresentou quatorze paralisações e seis greves (funcionários) e em segundo lugar o período entre 1994 e 1998 com onze paralisações e três greves (funcionários). Como já mencionado anteriormente, a categoria dos funcionários realizou um maior número de paralisações e greves, ao longo dos anos, do que a categoria docente. De acordo com os entrevistados podemos dizer que as reitorias mais autoritárias administraram a Universidade entre o período de 1990 a 1998; foram os reitores Carlos Alberto Vogt e José Martins Filho.

2- A TRAJETÓRIA DAS GREVES NA UNICAMP.

Desde sua fundação em 1966 até o ano da última grande greve, ou seja 2000, a Universidade Estadual de Campinas vivenciou mais de setenta movimentos de funcionários e docentes, entre os quais paralisações curtas (um a cinco dias) até greves longas (53 e 70 dias).

Fantinatti analisou as lutas salariais da ADUNICAMP dividida em três fases: 1- de 1977 até 1984, onde denominou como fase da institucionalização da UNICAMP e contra ditadura militar; 2- de 1985 até 1989, fase da Nova República e da conquista da Autonomia Universitária; 3- de 1990 em diante com negociações salariais através do CRUESP, sendo que *"a luta salarial dos professores da Unicamp, desde então, está marcada por uma disputa pelo poder dentro da instituição, no que se refere a diferentes concepções e projetos de universidade"* (FANTINATTI, 1998, p.129).

Em nossa pesquisa descreveremos nesta seção sobre a evolução das greves na UNICAMP buscando realizar um mapeamento com dados pormenorizados, inclusive das paralisações ocorridas, através de documentos e análise das entrevistas. Achamos interessante agrupar os dados dispersos segundo períodos políticos e características próprias de cada período, ou seja, de 1978 a 1984: fase ainda da ditadura militar com a luta pela redemocratização; de 1985 a 1989: fase da Nova República com o aumento das greves principalmente no setor público e período que as Universidades Estaduais Paulistas alcançam a autonomia universitária; de 1990 a 1994: fase do início do neoliberalismo de Collor com a retração do movimento sindical devido ao desemprego e à recessão; de 1995 a 2000: continuidade do neoliberalismo com Fernando H. Cardoso, muitas privatizações no setor público, recessão, desemprego, deterioração do serviço público, etc.

No primeiro período que compreende de 1978 a 1984, o país iniciou a retomada dos movimentos sociais e ansiava pelo final da ditadura militar. Foi nesse período que teve início as lutas na UNICAMP, incentivadas pelas greves do ABC e numa mobilização em conjunto com toda a sociedade pelo fim da ditadura. Durante esta década ocorreu o aprofundamento da crise do "milagre" com queda da atividade econômica, quadro recessivo e arrocho salarial. O início dos movimentos na UNICAMP ocorreu com a primeira paralisação de docentes em maio de 1978 por reajuste salarial, sendo que até essa

data as greves e paralisações foram inviabilizadas devido a repressão praticada na época da ditadura militar. Sendo assim, durante a gestão pioneira de Zeferino Vaz, de 1966 a 1977, não ocorreram paralisações ou greves na UNICAMP. “*Mil novecentos e setenta e oito é o marco da retomada do movimento sindical no Brasil, ocorrido com os movimentos dos sindicalistas da região do ABC paulista*” (NORONHA, 1991, p.28). As greves do ABC impulsionaram os movimentos no setor público em geral. Neste período, ou seja, entre 1978 e 1984 ocorreram na UNICAMP oito paralisações salariais, três paralisações convocadas pela CONCLAT e duas paralisações de protesto contra demissões, democracia interna. Não foi possível detectar o número de grevistas em cada movimento, uma vez que esse dado não apareceu nos documentos pesquisados.

Ainda na Unicamp, a luta de docentes e funcionários por melhores condições de trabalho, ensino e pesquisa teve um acirramento em 1977, acarretando a primeira greve em 17/04/1979 e abrangendo também todo o funcionalismo público estadual. Esta greve teve como característica a longa duração (aproximadamente 35 dias) e grande dificuldade em termos de negociação, em virtude do não reconhecimento das associações dos servidores públicos (ADUNICAMP, 1980). Nesta época o governador era Paulo Maluf e a reivindicação era 70% mais \$2.000,00. Segundo os entrevistados, esta greve ocorreu por iniciativa do Grupo dos 13¹⁷ juntamente com todo o funcionalismo público estadual, tendo ocorrido muita repressão ao movimento por parte do governo estadual, com funcionários e docentes sendo levados ao DOPS. Nesta época os militantes (docentes e funcionários) realizavam “arrastão”¹⁸ nas unidades e salas de aula, tendo este método perdurado por algum tempo e posteriormente foi abolido. Durante essa greve quem estava na reitoria era o Prof. Plínio Alves Moraes e quem mandava na Universidade durante a mobilização era um comando de greve formado por alunos, docentes e funcionários, tendo essa greve uma adesão de quase a totalidade de docentes e funcionários da UNICAMP. Consta que a vanguarda dessa greve foram os professores representados pela APEOESP e os docentes das universidades. Nesta época a ASSUC era contrária à greve, pois não tinha um perfil de entidade de luta reivindicatória. Havia na Universidade um grupo de funcionários que

¹⁷ Grupo dos 13 era um grupo que reunia as lideranças dos principais segmentos do funcionalismo público Estadual

¹⁸ Esse método de mobilização consistia em entrar nos locais de trabalho e levar as pessoas para junto do movimento.

juntaram-se à ADUNICAMP para construir a greve e esse grupo formou uma chapa que ganhou a direção da ASSUC no mesmo ano. Os depoimentos abaixo ilustram o exposto:

“Em 79 a ASSUC era contra o movimento, era uma entidade absolutamente pelêga... as pessoas de expressão era o Zago, que era docente mas que dirigia também funcionário, tinha o Reginaldo, o Clóvis... tinha uns setores pilares de paralisação, o restaurante...” (João Batista de Moraes Moreira, dirigente STU).

“Em 79 a gente começa a fazer campanha dos 70% mais \$ 2.000 contra o governo Maluf; a gente soube pelos jornais que o pessoal da USP tava fazendo, nós começamos a articular pessoas... foi uma greve importante, foi quando a gente começou todos os contatos à nível estadual e tivemos êxito relativo; pros funcionários foi uma vitória, pros professores foi uma derrota... é a primeira vez que o funcionalismo desafia o governo da ditadura e nesse momento todas as categorias se organizam.” (Reginaldo Bispo Pereira, ex-dirigente ASSUC).

Sobre a abrangência da greve de 79, no depoimento abaixo podemos concluir que a grande maioria de docentes e funcionários aderiram à greve: *“A Universidade paralisou mesmo de todos participarem; só não participou a cúpula da reitoria, mas o resto, todo mundo participou”* (Jurivaldo Folegatti, ex/dirigente ASSUC).

Conforme noticiado: *“A greve do funcionalismo público, deflagrada em abril deste ano, conseguiu a adesão de mais de quatrocentos mil servidores do Estado...”* (Correio Popular, 29/07/79).

Posteriormente a ASSUC ainda esteve por dois períodos de diretorias atreladas com os interesses da reitoria: de 1985 a 1990.



Assembléia durante a greve de 1979
Acervo Projeto Memória/STU.

Em maio de 1981 as Universidades Estaduais Paulistas juntamente com o funcionalismo público estadual realizam uma greve de aproximadamente 30 dias, por salários dignos, autonomia universitária e democracia interna (IFCH, bol.1981).¹⁹

“Era uma luta por recuperação das perdas salariais, período inflacionário intenso; as greves a partir de então durante toda a década de 80, elas se pautavam principalmente na luta pela reposição das perdas salariais causadas pelo processo inflacionário” (Elói José da Silva Lima, ex-dirigente ASSUC/STU).

Os funcionários do HC UNICAMP realizaram uma greve a partir de 03/10/1981 de 15 dias devido salários atrasados tendo uma parcela dos demais funcionários da Universidade também aderido à greve em solidariedade (Folha de São Paulo, 13, 18 e 21/10/1981).

¹⁹ Não foi encontrado referência a esta greve em nenhum outro documento, mas a entrevista de Reginaldo Bispo Pereira confirmou esse movimento.

“Nós estávamos totalmente isolados, éramos nós contra o mundo, a imprensa não dava uma nota, a gente tava totalmente isolado; o fim da assembleia foi terrível, os funcionários vinham de monte e abraçavam a gente chorando... nós fomos pra assembleia propondo retorno ao trabalho porque a gente entendia que estávamos derrotados, não tinha uma nota na imprensa, os professores eram contra e os alunos eram contra... isso foi numa sexta-feira, no sábado chegou a notícia da intervenção” (Reginaldo Bispo Pereira, ex-dirigente ASSUC).



Assembleia durante greve em 1981.
Acervo Projeto Memória/STU.

Como já mencionado anteriormente, em 17 de outubro de 1981 o governador Paulo Maluf decreta uma intervenção na UNICAMP com repercussão internacional. Foram exonerados oito diretores de Institutos e demitidos quatorze funcionários. Durante a intervenção, de acordo com documentação da época e entrevistas que realizamos com militantes durante essa pesquisa, os docentes, funcionários e alunos “ocuparam” todo o campus para impedir a invasão da universidade pelos militares e para impedir a entrada dos

interventores nomeados por Maluf. Foi uma mobilização que abrangeu toda a comunidade universitária, ou seja, docentes, funcionários e alunos.

“Mas não bastava apenas repudiar, quase que festivamente, os interventores. Era preciso organizar a resistência. Declarar greve? Contra esta posição dos funcionários e estudantes, a ADUNICAMP propôs, e ganhou, o “estado de mobilização permanente”, para prosseguir normalmente as atividades. Mutirões foram organizados para manter em funcionamento os setores infra-estruturais: restaurante, administração, etc. Os esforços concentraram-se basicamente nos trabalhos da resistência, coordenada pela Comissão de Defesa da Universidade (CDU)” (ADUNICAMP, 1991, p.58).

Durante essa mobilização reivindicavam a volta dos diretores exonerados, readmissão dos funcionários demitidos e a saída dos interventores.

“Na intervenção a Universidade foi gerida pela comunidade; não tinha reitor, não tinha diretor, não tinha nada; eram três categorias: alunos, professores e funcionários, quem falava éramos nós, era o comando de greve” (Reginaldo Bispo Pereira, ex-dirigente ASSUC).

“... Estava no fim do regime militar em que o Maluf representava o regime militar no estado de São Paulo; a democratização estava cada vez ganhando mais fôlego, Maluf intervém na Universidade, a Universidade cria um movimento interno muito forte que consegue ter a simpatia da mídia impressa, mídia televisiva, mídia de rádio, quer dizer, então foi um movimento que teve repercussão nacional ... e como a Unicamp era reconhecida nacionalmente a intervenção, ela mexe com a cabeça das pessoas” (Renato Afílio Jorge, ex-dirigente ADUNICAMP).

Esse “estado de mobilização permanente” conhecido pela “greve da intervenção” rachou a ADUNICAMP na época e durou cerca de seis meses, ou seja, até a posse do reitor José Aristodemo Pinotti²⁰, em março/abril de 1982, conforme depoimentos a seguir:

²⁰ José Aristodemo Pinotti era um dos últimos colocados na consulta à comunidade para escolha do reitor.

“o que houve foi esta “solução Pinotti”, que foi feita às costas, foi negociada às costas da categoria: não foi uma decisão, não foi levada a público, debatida, assembleias com posições pró e contras” (ZAGO apud ADUNICAMP, 1991, p.77).

“O Prof. Pinotti chegou à reitoria através de uma manobra muito astuta dos grupos internos... a intervenção foi uma tentativa de manter a direção da Universidade nas mãos de grupos bastante conservadores, de direita mesmo, ligados ao Maluf e o nome Pinotti surgiu como uma saída conciliatória.” (Elói José da Silva Lima, ex dirigente ASSUC/STU).

Sobre essa questão do “acordo” feito na época da intervenção, percebe-se que a categoria docente repudia essa negociação até hoje, tendo esse fato sido referido algumas vezes durante as entrevistas com estes, conforme segue:

“...essa mediação virou fruto prá muita gente, as pessoas esquecem; é importante retomar quem foi intermediário nos acordos naquela época, o que estão fazendo hoje...quem são os beneficiários desse momento em que havia um conflito e o acordo foi feito em nome da Universidade, sem que a Universidade estivesse disposta exatamente àquele tipo de acordo, houve um acordo de bastidores e existem beneficiários nesse acordo; era importante que as pessoas soubessem quem são e onde estão hoje aqui na Universidade. Ninguém te falou disso? (risos) Coloque como oitava pergunta...” (Roberto Teixeira Mendes, ex-dirigente ADUNICAMP).

“Na sequência desse movimento de intervenção assumiu o Prof. Pinotti que foi uma saída negociada de alguns setores, de alguns docentes, alguns grupos docentes da Universidade” (Renato Atílio Jorge, ex-dirigente ADUNICAMP).

“...Houve uma solução de compromisso que não agradou a todo mundo, mas em algum momento, alguns grupos da Universidade fizeram algum acordo com o Maluf, houve a proposta da solução Pinotti e o Pinotti entrou e de alguma forma ele negociou com o resto da Universidade algumas coisas.” (Raul Vinhas Ribeiro, ex-dirigente ADUNICAMP).

"Nós concebíamos (o movimento anti-intervenção) como defesa da existência da Universidade como uma instituição livre e autônoma. Nós interpretamos, creio que corretamente, a intervenção malufista como tendente a implantar uma ditadura de alguns professores titulares ligados ao governo sobre a Universidade" (Eliézer Rizzo de Oliveira, ex dirigente ADUNICAMP).



Ato durante a intervenção Maluf - 29/10/1981.
Acervo Proieto Memória/STU.

Conforme depoimento das lideranças do STU, a partir de 1981 foi criado informalmente um trabalho de organização de base com Conselho de Representantes nas diversas unidades da Universidade, propiciando a entrada na segunda metade da década de 80 com um movimento sindical extremamente vigoroso. Conforme Fantinatti:

"No contexto da ditadura militar, é preciso destacar em particular, no Estado de São Paulo, o "malufismo" como fato político que teria impulsionado setores do funcionalismo público estadual a mobilizarem-se na luta democrática travada por demais assalariados e pelas melhorias salariais" (FANTINATTI, 1998, p.124).

Em 17/03/1982 novamente as universidades Estaduais Paulistas realizaram outra greve, agora de 09 dias, juntamente com o funcionalismo público estadual. Funcionários e docentes reivindicavam reajuste salarial e cancelamento de demissões (Jornal Diário do Povo, 17/03/82 e outros).

No dia 14 abril de 1984 as Universidades Estaduais Paulistas com a categoria de docentes e funcionários, juntamente com o funcionalismo público estadual, realizaram uma greve de 25 dias reivindicando reajuste salarial, reposição das perdas, diretas para reitor e presidente e pelo fim das repressões na Unicamp (ASSUC bol.23 a 27/04/1984 e outros). Na época o governador do Estado era Franco Montoro.

“Eu me lembro de um movimento de 84 que a diretoria da ASSUC não queria a greve de jeito nenhum e nós que estávamos fora, eu, Clóvis, Reginaldo, Zago entre outros, a gente se uniu nesse movimento e conseguimos impor a greve numa assembléia geral, era abril de 84; nós impomos e a diretoria da ASSUC teve que assumir a greve... mesmo nesses períodos em que essas diretorias eram atreladas à reitoria, houve respeito às instâncias dos funcionários, ou seja, as assembléias”. (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente ASSUC).

No segundo período, ou seja, de 1985 a 1989 foi a época da redemocratização da sociedade, sendo que a partir de 1989 as negociações das greves passam a ocorrer entre o Fórum das Seis Entidades e o CRUESP devido a conquista da autonomia universitária, sendo que até então as negociações ocorriam entre o governo estadual e as universidades em conjunto com o funcionalismo público estadual. Neste período ocorreram na UNICAMP doze paralisações salariais e três paralisações convocadas pela CGT e CUT com as seguintes reivindicações: contra Plano Bresser, não pagamento da dívida externa, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, eleições diretas, gatilho salarial.²¹

Em 06 de maio de 1987²², após a posse de Orestes Quércia no governo, ocorreu outra importante greve de aproximadamente 16 dias, a chamada “greve do gatilho” das três Universidades Estaduais Paulistas também em conjunto com o funcionalismo público estadual. A reivindicação era o retorno do pagamento do gatilho salarial que Quércia havia

²¹ Quando a inflação atingisse 40% automaticamente dispararia o gatilho, isto é, o reajuste salarial.

suspendido e 44% de reajuste salarial. Com o movimento, conseguiu-se derrubar o projeto de Quércia e obteve-se o reajuste reivindicado. (ASSUC, bol. 07/05/87 e outros).

“... Na famosa greve do gatilho a gente conquistou 44% de reajuste, foi um índice muito importante, foi uma luta guerrida porque exatamente nós da UNICAMP lideramos a greve do funcionalismo estadual” (Elói José da Silva Lima, ex-dirigente ASSUC/STU).

Em 11/06/1987 os funcionários da UNICAMP e o funcionalismo público estadual permaneceram em greve por oito dias, sendo que a reivindicação era o pagamento de quatro gatilhos e o piso de três salários mínimos (ASSUC, bol. 11 e 16/06/87).

Ainda no ano de 1987, em 18/11/87 funcionários e docentes das três Universidades Estaduais Paulistas e o funcionalismo público estadual permaneceram em greve por sete dias reivindicando um reajuste de 86,44%. As conquistas do movimento foram: um abono de 20% a partir de 01/11/87, abono de 30% a partir de 01/12/87, reajuste trimestral a partir de 01/01/88 e a continuidade de negociação com o Grupo dos 19²³ (ASSUC, bol.17 e 26/11/87 e outros).

Em 22/02/1988 funcionários e docentes juntamente com o funcionalismo público estadual realizaram novamente uma greve de sete dias reivindicando 144% de reajuste salarial. Os resultados do movimento foram: 44,93% sobre os 38% a partir de 01/01/88 e nenhum desconto dos dias parados. Consta que houve repressão por parte de autoridades públicas (ASSUC, bol. 23/02/88 e outros).

No mês de outubro de 1988 foi lançada pelas três Universidades Estaduais Paulistas a campanha “SOS Universidade”, com o objetivo de garantir a autonomia universitária e obter reajuste salarial. Essa campanha “SOS Universidade” ocorreu durante a famosa “greve da autonomia”, iniciada em 14/09/1988 (que se reivindicava reajuste salarial e a URP) com duração de aproximadamente 70 dias e foi a greve mais longa da história da UNICAMP, conforme citação a seguir: No final da greve obteve-se as seguintes conquistas: 80% de reajuste salarial mais 20% em novembro, mais 20% em dezembro e posteriormente em 1989 conquistou-se a autonomia universitária, que proporcionou a autonomia financeira

²² O período entre 1984 e 1986 praticamente não registra greves, pois a documentação da ASSUC referente a esse período foi perdida e os entrevistados não mencionaram ter havido greves nesse período.

para as Universidades Estaduais Paulistas que atualmente corresponde a 9,54% do ICMS do estado. Durante manifestações ocorridas em São Paulo o governo Quéricia praticou uma repressão violenta com agressão a funcionários e docentes (ADUNICAMP, 1997). Essa violência praticada em 27/10/1988 pelo governo foi uma agressão com cavalos e bombas deixando um funcionário da USP em coma e ferindo outros²⁴.

“... uma greve que, nos seus 80 dias, conseguiu mobilizar a opinião pública não apenas do estado de São Paulo, mas de todo o país, em defesa de Universidades que concentram, no seu interior, 70% da pesquisa desenvolvida atualmente no Brasil. A USP, a UNICAMP e a UNESP, através de atos públicos denominados SOS Universidade, articulados por suas entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes, conseguiram articular um amplo movimento envolvendo diferentes segmentos da sociedade civil, na defesa de um patrimônio construído historicamente e ameaçado pela insensibilidade e clientelismo de um governo estadual descomprometido com a educação e o ensino públicos” (FREITAS, 1991, p.36).

“Na greve de 88 a liderança do movimento estadual de paralisação era dividida em professor universitário e professor de segundo grau, era ADUNICAMP, ADUSP, ADUNESP e APEOESP e a consequência disso é de não aumento salarial, mas a consequência institucional foi a autonomia universitária”. (Renato Atílio Jorge, ex-dirigente ADUNICAMP).

Um fator negativo da autonomia foi também mencionado durante a pesquisa, como demonstram os depoimentos abaixo:

“A questão da autonomia foi uma vitória do movimento, mas teve esse outro lado que era uma maneira de evitar que as Universidades levassem uma capacidade de politização muito grande e politizava todo mundo; então eles tentaram separar esse setor” (João Batista de Moraes Moreira, dirigente STU).

²³ O Grupo dos 19 era formado por diversas categorias do funcionalismo público estadual.

²⁴ Para maiores informações sobre essa greve ver boletins ASSUC n. 70 à 106 e de 26/09/88, 28/10/88, 16/11/88 e Jornal ASSUC dezembro/88.

“A questão da autonomia tem que ser vista de outro lado também, é que dividiu, teve essas duas coisas, a autonomia foi uma forma de quebrar o movimento; do ponto de vista do que aconteceu, enfraqueceu muito o funcionalismo porque acabou fazendo categorias especiais dentro do funcionalismo” (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

Freitas menciona a situação de contradição criada pela autonomia universitária:

“Anteriormente havia maior mobilidade nas negociações com a possibilidade de repasse de verbas. Agora, com a vinculação da verba ao ICMS, o Estado se desobriga em relação às demandas das universidades” (FREITAS, 1997, p.18)

A questão da autonomia significou também um distanciamento e um descompromisso do governo para com as Universidades, ocasionando um relacionamento difícil entre docentes e funcionários com o CRUESP.



Em 04/01/1989 ocorreu uma greve de seis dias dos funcionários das obras da UNICAMP (ESTEC) reivindicando a não reposição e descontos dos dias parados durante a última greve. Não foi mencionado nos documentos pesquisados os resultados do movimento.

No terceiro período que compreende de 1990 a 1994, é implantado no país o neoliberalismo de Collor. Neste período ocorreu na UNICAMP onze paralisações por reajuste salarial e três paralisações juntamente com o funcionalismo público e operariado convocadas pela CUT e CGT com as seguintes pautas de reivindicação: estabilidade no emprego, seguro desemprego, não à privatização, reforma agrária, não pagamento da dívida externa, recuperação dos salários arrojados.

Em 08/11/1990 docentes e funcionários das três Universidades Estaduais Paulistas permaneceram em greve por dezesseis dias reivindicando reajuste salarial. Não consta nos documentos pesquisados se houve conquistas no movimento.

Em 15/03/1991, novamente as Universidades Estaduais Paulistas (funcionários e docentes), professores de primeiro e segundo graus, operariado, municipais e o funcionalismo público estadual permaneceram cerca de quinze dias em greve devido ao arrocho salarial, sendo que a Polícia Militar adentrou no campus da UNICAMP. Nos documentos pesquisados não consta se o movimento obteve conquistas.

Em 1991 as Universidades brasileiras, através dos movimentos sindicais, contribuíram para que a sociedade se reorganizasse politicamente para a democratização (COELHO, 1996).

No dia 04/06/1992 funcionários e docentes das três Estaduais Paulistas entraram em greve por sete dias por reajuste salarial. Não constou outras informações sobre essa greve nos documentos pesquisados.

Durante o mês de junho de 1994 ocorreu outro ato público intitulado "SOS Universidade" durante a greve de quarenta dias ocorrida nas três Universidades, ou seja, USP, UNESP e UNICAMP com a adesão de funcionários e docentes. Essa greve teve início em 11/05/1994 tendo sido em conjunto com os professores da rede estadual de ensino e foi considerada também uma das mais longas da história das Universidades Estaduais Paulistas. As categorias reivindicavam um reajuste de 37% e como conquista do movimento obtiveram um abono de 18%; houve ameaça de repressão pelas autoridades

públicas. Nesse período o reitor era o Prof. José Martins Filho que, durante essa greve, numa ocupação do restaurante do Hospital de Clínicas, praticou diversas demissões de funcionários e de um docente, os quais foram posteriormente readmitidos. Ainda sobre essa greve:

“Durante o movimento, a posição dos reitores foi bastante dura, o que se pode comprovar pelo encerramento das negociações, recusas em marcar novas reuniões mesmo frente à insistência dos representantes das categorias, solicitação das listas de grevistas e orientação para que os diretores imputassem faltas aos servidores em greve, determinação de suspensões e até de demissões.” A reivindicação era de 37% de reajuste salarial e obteve-se como conquista um abono de 18%. (GUTIERREZ e DAL RI, p. 88, 1995).

“ Em 94 foi uma greve que teve-se pouco ganho, mas foi uma greve que teve muita perseguição, ela teve muita pressão, os trabalhadores do hospital foram ameaçados; quando você tava com a greve construída a pressão foi muito grande, foi o Martins...” (Elizabete de Jesus Reimão, dirigente STU).

Pelos depoimentos acima nota-se que o movimento foi extensivamente reprimido pela administração central e CRUESP e com o encerramento da negociação por parte dos reitores concomitante com as punições, a greve se encerrou.



No quarto período, ou seja, de 1995 a 2000 o processo de neoliberalização da sociedade continua e cada vez mais ocorre a terceirização na Universidade. Neste período ocorreram onze paralisações de caráter salarial e três paralisações convocadas pela CUT e CGT, as quais apresentavam as seguintes reivindicações: contra o Projeto da Previdência, contra medidas do governo FHC e por reajuste salarial para todos os trabalhadores.

Em 24/05/1995 docentes e funcionários da UNICAMP entraram em greve por sete dias reivindicando reajuste salarial. Não consta nos documentos pesquisados se as categorias obtiveram alguma conquista.

Ainda na gestão Martins, em 27 de maio de 1996 ocorreu outra greve de funcionários e docentes de 23 dias que também ocasionou a demissão de vários funcionários militantes que depois de algum tempo foram readmitidos. Essa greve também foi em conjunto com a USP e UNESP. A reivindicação era de 56% de reajuste salarial e obteve-se apenas 7,63%.

Durante toda a greve (1996) o CRUESP propôs o dia 10/07/96 como uma data para a negociação salarial, sendo que nesta data o Fórum dirigiu-se para a sede do CRUESP e não encontrou lá reitor algum, apenas representantes da administração das três universidades sem nenhuma proposta para a negociação salarial (ADUSP, 1996).



Essa greve teve o seu desenvolvimento arrastado devido a morosidade das negociações por parte do CRUESP e o índice de reajuste salarial conquistado foi muito baixo; de acordo com Siqueira Neto:

“Algumas greves – apesar até mesmo de seu relativo sucesso – tem-se constituído em verdadeiro martírio para os trabalhadores e direções envolvidas que, invariavelmente, ficam imobilizados com a inoperância governamental que joga ostensivamente no desgaste do movimento com o passar do tempo. Concretamente, existem situações em que os trabalhadores não estão causando nenhum prejuízo de qualquer natureza aos governantes que, para piorar a situação, conseguem vender a imagem dos servidores públicos como “marajás” da República” (SIQUEIRA NETO, 1991, p.67).

Em 1997, 1998 e 1999 os salários nas Universidades Estaduais Paulistas estavam muito baixos, o governo usou a falência do Plano Real pra dizer que não havia dinheiro e também devido ao aperto orçamentário nas universidades não houve ocorrência de greve, apenas paralisações. Em 1997 o reitor, José Martins Filho, concedeu um reajuste

diferenciado durante paralisação pela campanha salarial; a reivindicação das categorias de docentes e funcionários era de 30% e foi dado um reajuste de 8% para os funcionários e 10% para os docentes. A isonomia salarial não era quebrada desde 1990 (STU, 21/05/1997).

“A década de 90 foi marcada por um ataque muito forte ao serviço público, uma política de desmonte do serviço público que começou com o Collor e que foi aprofundada no governo Fernando Henrique; então de forma direta também atingiu as universidades e é uma tentativa de ataque aos direitos dos trabalhadores, precarização das relações de trabalho; essa coisa veio com força pra Universidade; hoje você tem um processo de terceirização extremamente forte, é um processo que vem sendo construído por toda a década de 90” (João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU).

Durante a campanha salarial, em abril de 2000 o CRUESP ofereceu apenas 7% de reajuste salarial, sendo que a pauta de reivindicação do Fórum das Seis era de um reajuste de 25%. Em 26/04/2000 inicia-se a greve na UNICAMP pelo reajuste citado e em defesa da Universidade pública e gratuita. O reitor era Hermano Tavares e como a greve foi longa (53 dias), houve personalidades da comunidade científica, parlamentares e várias entidades mediando o conflito. Durante essa greve foram utilizados pelos três seguimentos envolvidos na greve: funcionários, docentes e alunos, todos os tipos de ações coletivas, ou seja, assembléias, piquetes, passeatas, manifestações e concentrações em locais públicos, ocupação de locais de trabalho, distribuição de folhetos e manifestos na mídia. Houve registros de violência policial em documentos e depoimentos (STU, 27/04/2000 à 16/06/2000).

“Numa greve dessa aparece o papel repressivo do Estado que manda punir. É uma coisa normal que você, às vezes, tem que fazer uma manifestação, você ocupa a rua, a rua é do povo; na avenida Paulista os caras mandaram a tropa de choque, jogaram bomba nos professores, deixaram um cara cego lá. Essa nossa greve realmente foi uma greve junto com a dos professores e outros setores, foi forte...” (José Vitório Zago, dirigente ADUNICAMP).

O recente movimento grevista de 2000 das Universidades Estaduais Paulistas por melhores salários e em defesa da Universidade pública foi o mais fortalecido desde 1988, haja visto que os salários de funcionários e docentes destas instituições estavam tão defasados que a qualidade do ensino e da pesquisa poderia ficar prejudicada. As lutas propiciaram a recomposição parcial dos salários, bem como uma parceria entre docentes, funcionários e alunos em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Na avaliação das lideranças do movimento essa greve foi considerada vitoriosa, segundo eles:

“O ano de 2000 se encerra com um saldo extremamente positivo para as Universidades Estaduais Paulistas. A nossa persistência e resistência demonstraram a seriedade e responsabilidade de nossas reivindicações e consolidaram nossa credibilidade” (ADUNICAMP, bol. 19/12/2000, p.01).

“A greve de 2000 foi uma vanguarda clara, foi a primeira vez que teve um comando unificado de docentes e funcionários, você entendeu? Prá dirigir uma greve no HC, em 2000 (risos)” (João Batista de Moraes Moreira, dirigente STU).

“Fizemos uma greve e aí conseguimos 25 e conseguimos com muita luta mesmo esses 25, depois de os reitores não quererem, porque foi um sufoco prá conseguir isso também; queriam um salário diferenciado prá cada Universidade, foi uma outra proposta.” (Helena Costa Lopes de Freitas, ex-dirigente ADUNICAMP).

Através dos depoimentos acima percebe-se que o êxito alcançado nesta greve deveu-se a união de toda a comunidade universitária, ou seja, docentes, funcionários e alunos.



Passeata durante a greve de 2000.
Acervo Projeto Memória/STU.

“Foi uma greve que deu certo num momento difícil para o movimento sindical em São Paulo, no Brasil e no mundo inteiro. É uma greve de dar orgulho a quem com ela se envolveu e que deve ser lembrada como referência – não apenas por nós, das universidades estaduais paulistas, mas por todo o movimento sindical brasileiro” (AGUIAR, 2001, p.7).

3- A DINÂMICA DAS LUTAS POR DETRÁS DOS NÚMEROS.

Analisaremos as entrevistas de funcionários e docentes da UNICAMP tabulando os dados colhidos e efetuando uma análise de conteúdo das mesmas referente a sete temas: inserção no movimento sindical; iniciativa do movimento; dificuldades para a mobilização da categoria; principais reivindicações dos movimentos; qual foi o movimento mais importante na opinião dos entrevistados; qual o elemento mais importante para a

mobilização da categoria e sobre a relação entre a reitoria de Hermano Tavares e as Entidades de docentes e de funcionários e essa relação durante as gestões passadas.

As entrevistas sondaram os meandros das mobilizações denunciando o nível de relacionamento entre as Entidades de docentes e funcionários e as reitorias e, portanto, foi notório perceber que em vários períodos analisados houve momentos de cooptação por parte das Entidades, principalmente a de funcionários.

Ao analisarmos o aspecto do poder da administração central da Universidade sobre as Entidades, no sentido de proibir ou acabar com as mobilizações, veremos que houve reitorias que usaram de todos os mecanismos para coibir e punir os funcionários que entrassem em greve, tais como: desconto de dias parados, demissões, suspensões, etc.

3.1- INSERÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL

De acordo com a Tabela 10 em relação aos funcionários há um número muito maior de docentes que iniciaram sua militância no movimento estudantil. A inserção no movimento sindical pelos funcionários ocorreu, na maioria dos entrevistados, através de movimentos populares, movimento negro e movimentos de outras categorias profissionais. Apenas quatro funcionários relataram movimento estudantil. O período de militância superior a vinte anos é semelhante para as duas categorias, como também o período de 01 a 10 anos, que corresponde aos quatro entrevistados que militavam no início da ASSUC e da ADUNICAMP.

TABELA 10 - INSERÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL

	FUNCIONÁRIOS	DOCENTES
Militou de 01 a 10 anos	02	02
Mais de 20 anos	10	10
Militância estudantil	04	06
Movimentos religiosos	01	01
Outros movimentos*	07	01

Fonte: Entrevistas com ex/dirigentes da ASSUC/STU e ADUNICAMP.

*Movimento negro, popular, de bairro, operário, bancário, comerciário.

Analisando primeiramente as entrevistas dos docentes, veremos que a maioria destes tiveram a vivência política do movimento estudantil de repressão à ditadura militar, conforme os depoimentos abaixo:

“... é, vem desde a época de estudante...eu sempre tive uma militância política porque eu sou militante de partido...não tinha havido o golpe ainda...” (Helena Costa Lopes de Freitas, ex-dirigente ADUNICAMP).

“...sou militante dos movimentos em geral, movimentos políticos, desde a graduação” (Roberto Teixeira Mendes, ex-dirigente ADUNICAMP).

“...quando estudante fiz parte do Centro Acadêmico, Associação Acadêmica, já tive portanto, uma história de uma certa militância estudantil...” (Raul Vinhas Ribeiro, ex-dirigente ADUNICAMP).

“Prá falar da minha inserção no movimento sindical eu tenho que lembrar que eu fiz militância estudantil, participei ativamente dos movimentos de 68...” (Tânia Alkimin, dirigente ADUNICAMP).

“...é uma atividade que culturalmente se originou da época de combate ao regime militar...então já participava enquanto estudante

universitário...era movimento estudantil de resistência à ditadura...” (Renato Atilio Jorge, ex-dirigente ADUNICAMP).

Ridenti (1995) também se referiu em seu estudo ao fato de que os primeiros docentes dirigentes do ANDES-SN eram quase todos vinculados ao Movimento Estudantil nos anos 60 e 70 e aponta para as características em comum do movimento docente com o movimento estudantil. Para o autor o movimento docente herdou como característica do movimento estudantil a união entre o conjunto das reivindicações da categoria com a luta política.

Quanto a questão de haverem sido motivados por alguém, alguns não responderam e outros disseram não haver alguém que os tivesse motivado inicialmente à participação em movimentos, apenas que a situação de repressão vivenciada na época da ditadura contribuiu para essa experiência.

A maioria dos funcionários militantes entrevistados referiu que a inserção nos movimentos sindicais teve origem nos movimentos populares em geral, sendo eles: movimentos de bairro, movimentos do operariado, movimentos de comerciários e bancários, movimentos religiosos e movimento negro. Apenas dois funcionários disseram ter iniciado a militância em movimento estudantil. Segue abaixo alguns trechos de depoimentos dos militantes funcionários:

“... eu sempre fui militante...fui militante na região do ABC... eu participava de movimento popular, não era uma coisa muito comum as organizações de movimento popular e eu me organizei no movimento de integração dos hansenianos” (Elisabete de Jesus Reimão, dirigente STU).

“Participo no movimento sindical desde quando eu era bancário...a atuação foi nas greves do início da década de 80, a principal delas foi a greve de 85, que foi a maior greve que teve no Brasil até hoje, foi uma base de 500.000 bancários” (José Luis Pio Romera, ex-dirigente STU).

“Eu iniciei minha militância no movimento sindical não só pela questão sindical em si, mas é que antes eu já militava primeiramente no movimento estudantil, depois no movimento negro e depois no movimento sindical”... (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

“...a minha inserção política se dá por uma questão evangélica, por uma questão de amor à Cristo... Eu comecei a militar no movimento popular, movimento de bairro, começamos a organizar no bairro um grupo de trabalhadores, associação de desempregados que, na década de 80, acabou se tornando um movimento muito grande em Campinas de desempregados.” (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente STU.)

“Eu comecei a militar no movimento operário, eu entrei pra uma organização chamada Liga Operária, que fazia reuniões clandestinas por causa da repressão, da ditadura; depois a gente lançou o movimento do Partido Socialista e lançamos um movimento chamado Convergência Socialista.” (João Batista de Moraes Moreira, dirigente STU.)

“...comecei a participar do movimento sindical atuando na oposição comerciária, comerciários na época; tinha uma diretoria extremamente pelêga, os comerciários tem ainda até hoje e nós fizemos uma tentativa de montar uma oposição lá” (João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU).

Conforme Oliveira, *“... as greves nascidas nas fábricas se fundiram ao universo dos movimentos sociais, que proliferavam pelos bairros, como as comunidades eclesiais de base e o movimento contra a carestia” (OLIVEIRA, 1994, p.508).*

Alguns militantes funcionários responderam que a motivação inicial para participarem de movimentos sociais ocorreu pela influência dos movimentos religiosos, movimento negro, movimento do operariado e demais categorias e pela necessidade de lutar por melhores condições de vida em seu bairro de origem. Esses movimentos do final da década de 70 e 80 serviram de aprendizagem para essas lideranças que hoje atuam na Universidade. Os movimentos internos extrapolam os muros das universidades para, em vários momentos da história, alcançar a vida política nacional, como por exemplo na resistência à ditadura, pela Constituinte, campanha das Diretas, movimento pelo *impeachment* de Collor, etc.

3.2- INICIATIVA DOS MOVIMENTOS

Podemos notar que a maioria dos entrevistados, tanto os docentes quanto os funcionários disseram que a iniciativa de propor as greves sempre partiu das diretorias das Entidades, conforme a Tabela 11. No caso dos funcionários parece que essa decisão é mais articulada com a base; em relação aos docentes a decisão é mais articulada com o Fórum das Seis e Conselho de Representantes.

TABELA 11 – INICIATIVA DE PROPOSIÇÃO DOS MOVIMENTOS

	FUNCIONÁRIOS	DOCENTES
Diretoria da entidade	08	08
Base (militantes)	06	02
Fórum das Seis	01	05
Conselho de representantes	02	04
Assembléias	02	03

Fonte: Entrevistas com ex/dirigentes da ASSUC/STU e ADUNICAMP.

No caso dos docentes, estes também mencionam o Fórum das Seis Entidades e o Conselho de Representantes de Unidades. Compreendo que existe uma sequência de fatos para que o movimento se inicie. Primeiramente a diretoria da Entidade, articulada com o Conselho de Representantes, convoca os docentes para assembléia e, se a categoria estiver mobilizada, a greve ou paralisação pode ocorrer.

“...O que a diretoria faz é tentar construir uma mobilização na categoria, chamar prá assembléia esclarecendo os pontos da pauta, divulgando e debatendo com a categoria” (José Roberto Zan, dirigente ADUNICAMP).

“... Esse processo é discutido de uma forma dialética, entre a direção do movimento, as bases e também através do órgão que representa as associações e sindicatos das Universidades que é o chamado Fórum das Seis, então eu diria que esse é um processo conjunto” (Luis Carlos Guedes Pinto, ex-dirigente ADUNICAMP).

“O que funcionava na ADUNICAMP era o coletivo do Conselho de Representantes. A diretoria funcionava como um animador dessa instância de decisão da Associação que é o Conselho de Representantes das Unidades” (Roberto Teixeira Mendes, ex-dirigente ADUNICAMP).

“A iniciativa de chamar os docentes era sempre da diretoria, sempre foi da diretoria da Entidade e Conselho de Representantes” (Helena Costa Lopes de Freitas, ex-dirigente ADUNICAMP).

Em relação aos funcionários ocorre de forma semelhante, porém os funcionários colocam um peso maior de decisão na base, ou seja, na categoria. Esse fato provavelmente decorre em virtude da Entidade de funcionários ter sido cooptada pela reitoria em diversos períodos.

“A direção sindical, ela chamava as lutas ou a própria base em vários momentos passou por cima da direção sindical, então forçava a direção sindical a chamar assembléias; na assembléia é discutido a condução do movimento” (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

“Enquanto eu atuo no sindicato sempre foram da diretoria; diretoria sempre propôs e passou essa iniciativa de entrar em greve ou não entrar. Em gestões anteriores eu participei de assembléias que as disposições da diretoria foram derrotadas e aprovou-se greve que a diretoria tava contra”(João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU).

“...Era da Entidade mesmo, a ASSUC chamava as reuniões...tinham também as organizações locais que também propunham, levavam em assembléias, em reuniões e acabavam acontecendo os movimentos” (José Luis Pio Romera, dirigente STU).

Através dos depoimentos abaixo percebe-se ainda mais o “peleguismo” que ocorreu na Entidade de funcionários no passado.

“... A ASSUC era muito complicada do ponto de vista de não ter certa independência política em relação ao comando central da Universidade; muitos dos movimentos ocorreram por imposição do conjunto dos funcionários e das lideranças que não estavam na ASSUC na época...” (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente STU).

“Aqui na Universidade muitas vezes as direções sindicais foram derrotadas em suas propostas e a base, em princípio, passava por cima inclusive chamando greve em vários momentos” (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

“Em 79 a ASSUC era contra o movimento, era uma entidade absolutamente pelêga, havia um comando, um grupo que viria a ganhar a ASSUC dos pelêgos” (João Batista de Moraes Moreira, dirigente STU).

Conforme Guedes:

“nos sindicatos em geral, fora do setor público, a existência de diretorias não identificadas com uma postura mais mobilizadora teve como resposta as oposições sindicais e a criação de comandos de mobilização e de greve que, na prática, funcionavam como estruturas paralelas” (GUEDES, 1994, p. 410).

Essa pesquisa demonstrou que esse fato também ocorreu na Universidade, como ficou demonstrado nos depoimentos anteriores, ou seja, em vários momentos a categoria articulou as mobilizações “de fora” dos sindicatos.

3.3- DIFICULDADES PARA A MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA

A tabela seguinte sintetiza as várias dificuldades que os entrevistados levantaram com respeito à mobilização das categorias. Conforme a Tabela 12 podemos ver que

ocorrem muitas diferenças de uma categoria para outra. Na categoria de funcionários aparecem como dificuldades um maior número de respostas de falta de consciência política e a terceirização²⁵, sendo esta de forte impacto no movimento sindical. A pressão realizada pela reitoria aparece em segundo lugar. Na categoria docente surgiu primeiramente: especificidades da profissão, seguido de falta de consciência política, não se reconhecer como trabalhador assalariado, sindicato desatrelado com a base e recursos externos; que seria uma complementação salarial que diversos docentes possuem (outro emprego, verba de convênios, etc).

TABELA 12 - DIFICULDADES PARA A MOBILIZAÇÃO DAS CATEGORIAS

	FUNCIONÁRIOS	DOCENTES
Falta de consciência política	07	04
Crise do mov. Sindical	03	01
Sindicato desatrelado c/ base	03	03
Especificidades da profissão	02	07
Pressão da Administração	04	01
Terceirização	07	-
Recursos externos	-	03
Não se reconhece como trabalhador assalariado	-	03

Fonte: Entrevistas com ex/dirigentes da ASSUC/STU e ADUNICAMP.

Em relação aos docentes, as entrevistas demonstraram que a maior dificuldade seria devido às especificidades da profissão. De acordo com Fantinatti:

"... a situação de trabalho docente está marcada predominantemente pela pesquisa, isto é, as atividades de pesquisa sobrepõem-se às demais, em termos de

²⁵ Na UNICAMP os setores em que há funcionários terceirizados são: limpeza, segurança, portarias, enfermagem, manutenção, obras, lavanderia, etc.

importância relativa. Nesse sentido, merece atenção o fato de, ao decretarem uma greve, os docentes paralisarem apenas as atividades de ensino; como se, implicitamente, considerassem que a pesquisa não pode parar" (FANTINATTI, 1998, p.155).

Conforme os depoimentos abaixo apreende-se que, devido as especificidades das funções docentes referente às implicações de interrupção das pesquisas, isto é, cumprimento de prazos, recebimento de verbas e bolsas, etc; torna-se muito complicado interromper as pesquisas acadêmicas.

"A greve dos docentes não é uma greve qualquer, ela é uma greve de uma categoria que tem três níveis, três áreas de atividade: essa categoria dá aula, essa categoria pesquisa, essa categoria oferece cursos em nível de extensão. A greve, de uma maneira geral, atinge as aulas e as outras atividades não" (Eliézer Rizzo de Oliveira, ex-dirigente ADUNICAMP).

"...achar que tem que parar sua aula, sua pesquisa, convênio...passa por aí um pouco a dificuldade de mobilização, de parar o nosso trabalho, é uma coisa esquisita; que que é parar de dar aula? Ou parar de orientar uma dissertação? ...eu não oriento, eu puno meu aluno? Ele tem bolsa e a bolsa vai acabar e como é que fica? São condições de trabalho diferentes" (Tânia Alkimin, dirigente ADUNICAMP).

"Existe uma compreensão sindical docente de não identificar a especificidade da ação docente como algo a nortear a ação sindical do movimento docente; na medida em que você abre mão dessa especificidade você perde identidade e se confunde com qualquer outra instância sindical " (Lino Castellani Filho, ex-dirigente ADUNICAMP).

Outra dificuldade para a mobilização seria também a negação da condição de trabalhador assalariado pela categoria docente. Conforme Fantinatti:

"... a situação de trabalho do docente dilui a figura do empregador, propicia o sentimento de autonomia no processo de trabalho e a sensação de isolamento em relação aos demais, reforçando o comportamento individualista e o meritocratismo de carreira, levando, num primeiro momento, a uma resistência à

ação sindical, que implica em atividade coletiva. Sua situação de trabalho específica reforça nesses profissionais a ilusão segundo a qual suas relações de trabalho são apenas relações entre indivíduos, não se percebendo enquanto integrantes de um coletivo de trabalhadores assalariados” (FANTINATTI, 1998, p.72).

Os depoimentos abaixo confirmaram essa afirmação, conforme segue:

“A categoria docente tem algumas características e uma delas, em geral os docentes não se reconhecem muito como trabalhadores; trabalhador no sentido produtivo, são intelectuais...isso é um complicador; então quando a categoria docente entra em greve é porque a situação tá muito complicada...”
(José Roberto Zan, dirigente ADUNICAMP).

“...É o fato de como o docente se vê como uma categoria diferente das outras...eu acho que tem consequência na questão da mobilização, quer dizer, a nossa relação com o trabalho, a gente não se diferencia muito da instituição, de quem a gente reivindica salário, direitos...eu acho que tem que ver com o modo como o docente universitário se sente como categoria de trabalhador, demora um pouco prá mobilizar”
(Tânia Alkimin, dirigente ADUNICAMP)

“... Eu tenho a impressão que o professor universitário é um bicho um pouco diferente das outras categorias, ele não tem muita disciplina...acha que sabe muito, que sabe tudo e à respeito de tudo, dá opinião à respeito de tudo, da sua área de competência e de outras; então você tem uma dificuldade muito grande prá homogeneizar um pouco os debates políticos...”
(Raul Vinhas Ribeiro, ex-dirigente ADUNICAMP).

Quanto a categoria de funcionários, a falta de consciência política e a terceirização foram relatadas como as principais dificuldades para a mobilização, inclusive essa questão não afeta os docentes, pois não há na Universidade docentes terceirizados. A terceirização tem um forte impacto no movimento sindical.

“... A terceirização é um dos problemas maiores que a gente tem, a terceirização foi colocada para dividir os trabalhadores, a burguesia

colocou isso com muita clareza, a terceirização não vem só prá desregular os direitos trabalhistas...” (Elisabete de Jesus Reimão, dirigente STU).

“Eu acho que a maior (dificuldade) é a falta de consciência política e o individualismo, o egoísmo; são coisas da natureza do capitalismo...não há um caráter de consciência geral, as pessoas conseguem ver muito mais a vantagem pessoal, então falta a consciência política. A ausência de uma consciência política de classe é a maior dificuldade que o movimento enfrenta prá fazer lutas” (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente STU).

“Hoje cada vez menos a classe trabalhadora se organiza em torno de seu sindicato e esse fenômeno acontece na UNICAMP também, a falta de consciência política, o individualismo...” (Elói José da Silva Lima, ex-dirigente STU).

“... Não existe consciência do funcionário enquanto categoria, ele é tratado como um ser inferior, a própria instituição produz essa ideologia...” (João Batista de Moraes Moreira, dirigente STU).

“...É a questão da formação da conscientização dos trabalhadores, é uma questão muito premente ainda no movimento sindical...a gente não tem uma formação consolidada no Brasil do ponto de vista do trabalhador mesmo, da importância do sindicato...outra questão é que nós temos vários regimes jurídicos diferentes...tem o pessoal que é via FUNCAMP, o pessoal terceirizado, então são várias dificuldades...” (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

Outros fatores de dificuldade que foram identificados nas entrevistas de funcionários foram: as pressões da administração da Universidade, que ocorre muito mais acirradamente sobre a categoria dos funcionários; a crise do movimento sindical e o desatrelamento da Entidade com a base. Por exemplo, a questão da “pressão” sobre os funcionários fica muito visível nos depoimentos a seguir:

“... É a questão da pressão que o trabalhador sofre, ele sofre uma pressão muito grande, ele é ameaçado o tempo todo com descontos, com várias coisas...” (Elisabete de Jesus Reimão, dirigente STU).

“...Foi a greve de maio de 94, essa greve, ela foi uma greve que eu diria uma das mais difíceis já ocorridas na UNICAMP em razão da pressão ocorrida...nós tivemos também greve em 91 também que houveram pressões muito fortes pelo Vogt...tiveram várias situações de punições na gestão Vogt e gestão Martins...” (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente STU).

3.4- PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS NA UNICAMP

Quanto a pauta de reivindicações, a questão salarial continua motivando o movimento grevista, provavelmente na tentativa de reverter as grandes perdas salariais que ocorreram ao longo dos anos. Conforme a Tabela 13 podemos verificar que o fator reajuste salarial foi a reivindicação mais mencionada, tanto pelos docentes quanto pelos funcionários nos diversos períodos, ou seja, de 1978 a 2000. Os docentes dão um pouco mais de peso nas questões de democracia interna e defesa da Universidade pública e gratuita. Os funcionários também reivindicam melhores condições de trabalho, revogação de punições e outras questões que não se aplicam aos docentes. Houve portanto um maior elenco de reivindicações pela categoria dos funcionários.

TABELA 13 - PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS

	FUNCIONÁRIOS	DOCENTES
Reajuste salarial	09	10
Democracia interna	01	02
Defesa da Universidade pública e gratuita	03	05
Carreira	03	02
Condições de trabalho	02	02
Outras reivindicações*	05	-

Fonte: Entrevistas com ex/dirigentes da ASSUC/ STU e ADUNICAMP.

*Creche, readmissão de funcionários, revogação de punições, transporte, alimentação, etc.

Os depoimentos a seguir ilustram os dados visíveis na Tabela 13:

"... Após a intervenção foram movimentos que tinham por base reivindicações salariais" (Raul Vinhas Ribeiro, ex-dirigente ADUNICAMP).

"Acho que sempre tem o componente salarial forte, quase todas as greves tinham um componente salarial forte..." (Tânia Alkimin, dirigente ADUNICAMP).

"De um modo geral salário e tirando a greve que foi feita em defesa da vida autônoma da Universidade contra o malufismo, as greves eram por salários e elas continuam sendo por salários" (Eliézer Rizzo de Oliveira, ex-dirigente ADUNICAMP).

Sandoval referiu em seu estudo que:

"... em geral, os trabalhadores entraram em greve devido a problemas econômicos reais, como os baixos salários, as más condições de trabalho e a elevação do custo de vida, mas as flutuações na frequência das greves e em outras dimensões delas dependem mais das condições políticas existentes" (SANDOVAL, 1994, p.200).

Apesar dessa ser uma visão das lutas do operariado achamos que pode ser utilizada na interpretação das lutas dos funcionários públicos. De acordo com Guedes:

“... ao longo dos anos 80, as frequentes mudanças na política salarial, a recessão e os planos econômicos – com a possível exceção do Plano Cruzado – tiveram um efeito depressivo sobre os níveis salariais. Esta tendência foi muito mais acentuada para os salários do serviço público, principalmente em função da crise das finanças públicas e da elevação dos níveis de inflação. Neste contexto, o salário do funcionalismo público tornou-se uma variável de ajuste na política econômica levada a cabo nos últimos anos” (GUEDES, 1994, p. 411).

Analisando as entrevistas dos funcionários também poderemos encontrar o fator reajuste salarial como a principal reivindicação dos movimentos:

“A questão salarial é uma das questões principais onde as greves principalmente, elas ocorriam em função da negociação não ser desenvolvida a contento” (José Luis Pio Romera, dirigente STU).

“Os movimentos de greve, eles centralmente tinham a questão econômica, a questão econômica é o carro chefe; o resto são instrumento de mobilização dos trabalhadores, mas a questão econômica, a questão salarial, ela sempre foi primordial, ela sempre foi principal” (Elisabete de Jesus Reimão, dirigente STU).

Ainda de acordo com Antunes:

“... mesmo motivadas por causas econômicas – e essa é a força motriz das greves – elas tiveram um claro caráter de confronto com os monopólios e a política econômica do regime. Se houve algum avanço decisivo de 1964 para cá na luta da classe trabalhadora, na luta pela efetiva democratização da sociedade, essa luta foi desencadeada a partir de 1978, com o movimento grevista dos metalúrgicos do ABC” (ANTUNES, 1991, P.69).

No caso dos docentes, eles sempre vinculam com maior ênfase, as lutas salariais pela defesa da Universidade pública e gratuita e outras questões de ordem política. Sobre isso Fantinatti refere em seu estudo que:

"... uma marca característica das reivindicações salariais dos docentes é aparecerem, quase sempre, coladas a campanhas em defesa e pela valorização da educação e da Universidade pública. Deixado de lado o aspecto positivo dessa atitude - a importância de fazer-se essa defesa da universidade pública - ela pode ser interpretada como uma forma envergonhada de reivindicar; como um temor ao rebaixamento social levando-os a uma incapacidade de assumir que fazem greve simplesmente motivados por um fato muito concreto: pela melhoria salarial." (FANTINATTI, 1998, p.144/145).

A respeito dessa questão, nossa pesquisa apontou que a categoria docente vincula a reivindicação salarial à valorização do ensino e da universidade pública por compreender o quanto é fundamental as ações das políticas universitárias, o papel social da universidade e a qualidade dessa universidade; é um movimento de defesa do emprego público e, ao mesmo tempo, uma forma de pressão associando a luta reivindicatória de caráter econômico à uma luta política mais ampla; enfim, é mais do que um mero interesse por reajuste salarial, conforme apreende-se nos depoimentos abaixo:

"No movimento docente a questão salarial, ela tá sempre vinculada a uma luta maior que é a luta em defesa da Universidade pública...lutar por salários na universidade pública significa lutar também pela sobrevivência da universidade pública; então é uma luta que tá sempre combinada, são duas faces de uma mesma luta"... (José Roberto Zan, dirigente ADUNICAMP).

"Eu me lembro que a gente tinha muitas outras bandeiras além do que...não são lutas exclusivamente salariais...tinha também a questão da democratização da Universidade, uma composição interna..." (Helena Costa Lopes de Freitas, ex-dirigente ADUNICAMP).

"Teve o movimento pela autonomia, tem vários movimentos que as Entidades levavam: pela democratização do país, pelas Diretas...a

Associação (de docentes) sempre foi liderança prás outras lideranças, prá movimentos outros, pela sua capacidade de análise; movimentos nacionais, de massa, sempre esteve na frente, propositiva...” (Roberto Teixeira Mendes, ex-dirigente ADUNICAMP).

“Se olharmos as pautas históricas das nossas reivindicações vai muito mais além, a luta de vagas na escola pública, defesa da Universidade pública...os docentes mobilizados na questão de caráter político, interdição na Universidade, uma coisa nunca vista na história nossa e os docentes mobilizados na questão política... acho que o movimento docente se mobiliza por outras questões que não são só salariais...” (Tânia Alkimin, dirigente ADUNICAMP).

Conforme Loureiro, a respeito da greve de 2000 sobre vincular a questão salarial à defesa da universidade pública:

“... a reivindicação salarial não se separou em momento algum da luta contra o desmantelamento da universidade pública. Este se revela não só nos salários ridículos, mas também na falta de condições de trabalho, na imposição de avaliações quantitativas mercantilistas, na transformação dos professores em captadores de recursos financeiros, na privatização branca por meio das fundações, na progressiva cobrança de mensalidades e taxas, na valorização de um produtivismo vazio visando somente melhorar as estatísticas para satisfazer organismos financeiros internacionais” (LOUREIRO, 2001, p.7).

3.5- MOVIMENTO MAIS IMPORTANTE OCORRIDO NA UNICAMP

Conforme a Tabela 14, de acordo com a opinião dos entrevistados, as greves consideradas de maior vulto, tanto para funcionários como para os docentes foram: a de 1988 que conquistou a Autonomia Universitária e a de 1981 em decorrência da Intervenção do Governo Maluf; sendo que a maioria dos entrevistados referiram sempre os dois movimentos, não definindo entre os dois o mais importante. Na opinião das lideranças dos docentes o fator político assume maior importância, pois os docentes referiram em maior número a greve da Autonomia Universitária (1988) e a greve da intervenção Maluf (1981).

TABELA 14 - MOVIMENTO MAIS IMPORTANTE OCORRIDO NA UNICAMP*

	FUNCIÓNÁRIOS	DOCENTES
Greve de 1.979	02	01
Greve de 1.981 (intervenção)	03	06
Greve de 1.988 (autonomia)	06	07
Greve de 1.994	01	-
Greve de 1.996	-	-
Greve de 2.000	04	03

Fonte: Entrevistas com ex/dirigentes da ASSUC/STU e ADUNICAMP.

*Segundo a visão dos entrevistados.

A opinião dos docentes sobre o movimento mais importante ocorrido até hoje na UNICAMP segue em alguns depoimentos: *“Eu acho que, sem dúvida alguma, foi o do final da década de 80 que acabou gestando, fazendo parte do contexto da Autonomia Universitária”* (Lino Castellani Filho, ex-dirigente ADUNICAMP).

“ Foi o movimento anti-intervenção, considero o mais forte o da intervenção... o Maluf representava o regime militar no Estado de São Paulo, a democratização estava cada vez ganhando mais fôlego, Maluf intervém na Universidade, a Universidade cria um movimento interno muito forte que consegue ter a simpatia da mídia...foi o movimento que teve repercussão nacional...a intervenção política, ela mexe com a cabeça das pessoas...” (Renato Atílio Jorge, ex-dirigente ADUNICAMP).

“Olha, eu acho que o movimento mais forte foi a intervenção, foi uma reação da Universidade contra, uma reação quase que saída de dentro de cada professor, de cada aluno, de cada funcionário, foi uma reação prá resguardar a Universidade “ (Raul Vinhas Ribeiro, ex-dirigente ADUNICAMP).

Fica explicitado nos depoimentos dos docentes que em menor grau de referência ficaram a greve de 2000 e a greve de 1979, tendo esta última ocorrido juntamente com o

funcionalismo público estadual. As demais greves e paralisações não foram mencionadas pelos docentes a esse respeito.

“Essa de 2000 foi uma greve bastante forte e a primeira vez a grande greve vitoriosa do ponto de vista econômico...nunca se chegou tão perto em termos reivindicatórios quanto dessa greve” (Tânia Alkimin, dirigente ADUNICAMP).

“Teve um movimento muito grande em 79, estimulado inclusive pelo movimento do ABC, surgimento do PT, do movimento dos metalúrgicos, por recomposição salarial e isso impulsionou as greves no setor público em geral, também foi contra o governo Mahf...” (Eliézer Rizzo de Oliveira, ex-dirigente ADUNICAMP).

É interessante ressaltar que o docente acima mencionou as greves do ABC como tendo estimulado o surgimento dos movimentos do final da década de 70 do setor público.

“Bom, eu acho que não dá prá dizer um só, teve a greve de 79, a de 88 e a de 2000 que se referem a campanhas salariais; e o movimento contra a intervenção em 81, acho que esses são os picos de mobilização que a Universidade e os sindicatos e a ADUNICAMP enfrentaram; são na realidade quatro grandes mobilizações” (José Vitório Zago, dirigente ADUNICAMP).

A maioria significativa dos funcionários referiu o movimento mais importante como sendo, em primeiro lugar, o movimento que culminou com a Autonomia Universitária (1988) e, em segundo lugar, a última greve ocorrida nas Universidades Estaduais Paulistas (2000), conforme os depoimentos abaixo:

“Eu vivi o movimento sindical da UNICAMP desde 87; teve dois momentos marcantes nessa trajetória que foi a greve de 88, essa foi a maior greve da Universidade, que foi a greve que conseguiu a Autonomia, além de conseguir impor uma derrota ao governo do Estado...então essa greve tem um marco histórico importante e a greve de 2000 do ano passado, que foi a primeira greve mais forte depois da autonomia...que conseguiu colocar a bandeira salarial, mas junto com a bandeira salarial colocou muito forte essa proposta de

defesa da universidade pública” (João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU).

“Olha, na minha opinião foram as greves de 88 e de 2000. A de 88 tinha a questão salarial no centro, mas como era uma greve conjunta do funcionalismo...e a universidade acabou ficando sózinha na greve, a centralidade acabou, virou a questão da autonomia e do SOS Universidade; então essa é uma greve importante na minha opinião” (José Luis Pio Romera, dirigente STU).

“Foram muitos movimentos fortes, acho que a greve passada, por exemplo, a de 2000, ela é muito forte e ela é muito considerável porque ela se dá também pós período autonomia financeira...e a greve de 88, ela é um marco na história da UNICAMP, é uma das mais longas, acho que foi mais ou menos igual à de 2000, poucos dias de diferença...ela conquistou algo que foi a autonomia financeira para a UNICAMP, para a USP e UNESP e de lá prá cá a nossa situação salarial, é inegável, teve melhorias” (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente STU).

O fato da greve da intervenção Maluf ter sido citada apenas por três funcionários pode sugerir que estes estão muito mais preocupados com a questão salarial, dando menor importância ao fator político/institucional. Mesmo assim, vale conferir o depoimento de um dos funcionários entrevistados:

“O mais forte foi o da intervenção, em termos de amplitude, amplitude, a capacidade de repercussão, a greve da intervenção foi muito forte...não dá prá você contar a história da UNICAMP sem contar o processo da intervenção... foi uma rebelião, uma revolução localizada; o país todo tava em refluxo e a UNICAMP tava fervendo” (João Batista de Moraes Moreira, dirigente STU).

3.6- ELEMENTO MAIS IMPORTANTE PARA A MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA

De acordo com a Tabela 15, ocorrem muitas diferenças entre as categorias analisadas quanto ao elemento vital para que ocorra a mobilização. Os depoimentos apontam que a unidade do movimento, isto é, a união das três categorias: docentes, funcionários e alunos e a união entre a própria diretoria da Entidade com a base é muito importante para os funcionários, bem como a organização na base, a direção política, a atuação das lideranças. Para a categoria docente, os fatores importantes no processo de mobilização são: primeiramente os salários estarem muito defasados, em segundo lugar a reivindicação ser justa e factível. Alguns docentes mencionaram que além de reajuste salarial é importante mostrar para a categoria que é fundamental a defesa de uma concepção de gestão universitária e de política universitária. De acordo com as entrevistas, podemos apreender que a relação que as Entidades de funcionários e de docentes assume com a base da categoria é muito importante para o surgimento da mobilização e para a manutenção de um movimento, mesmo que os docentes não tenham mencionado esse elemento como importante.

TABELA 15 - ELEMENTO MAIS IMPORTANTE PARA A MOBILIZAÇÃO

	FUNCIONÁRIOS	DOCENTES
Reivindicação justa	03	04
Consciência política	02	02
Unidade do movimento	03	-
Organização da base	05	-
Reivindicação factível	01	04
Defesa da Universidade	02	02
Baixos salários	03	05

Fonte: Entrevistas com ex/dirigentes da ASSUC/STU e ADUNICAMP.

De um modo geral todos os dirigentes (docentes e funcionários) referiram como importantes a questão salarial e a justiça da reivindicação. Fica explicitado através da fala da maioria dos funcionários que para eles um elemento fundamental para a mobilização é a organização de base, sendo que na fala dos docentes isso só apareceu uma vez. Surgiram algumas respostas também sobre o nível de consciência ser um elemento para a mobilização, conforme os depoimentos a seguir:

“O elemento que deveria ser mais importante, deveria ser a consciência, a conscientização das pessoas pela necessidade de fazer movimento, a necessidade de estar lutando prá que o salário não fosse muito achatado...as pessoas esperam chegar lá no fundo do poço, quando vê mesmo que o salário não tá dando prá pagar as contas, aí dá uma consciência e começa a mobilização” (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

“...tem que haver a consciência de que a categoria tá no prejuízo...é a justiça das reivindicações, ele tem que estar no prejuízo...mobilização não acontece sem organização e prá isso tem que Ter uma direção comprometida” (Reginaldo Bispo Pereira, ex-dirigente ASSUC).

“...Se você tiver uma organização na base da categoria...se tiver uma pauta onde o trabalhador entenda o que tá sendo reivindicado e enxergue a possibilidade daquilo ser conquistado, com certeza ele vai partir prá briga...” (João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU).

“É a questão da liderança, a reivindicação ser justa, ela ser correta, bem colocada...um comando de greve sério, responsável...” (Elisabete de Jesus Reimão, dirigente STU).

“...O principal fator de qualquer movimento grevista é a organização de base...que implica basicamente criar mecanismos de comunicação entre lideranças e a categoria organizada nos diversos setores de trabalho com representantes...” (Elói José da Silva Lima, ex-dirigente ASSUC).

“... É ter organização, então se você não tem organização, você pode ter um motivo excelente e a greve não sair...” (João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU)

Sobre isso Noronha refere que:

“... o fato de uma greve “ser justa”, “ter bons motivos”, não significa que ela ocorra. É preciso que a liderança acredite que a greve será proveitosa de alguma forma, e é preciso que a base sindical também acredite nisso” (NORONHA, 1994, p. 347).

“...as pessoas se mobilizam para uma greve quando elas estão convencidas do que o que se está reivindicando é factível e que se entrarem na luta elas podem conseguir...as pessoas tem que acreditar na reivindicação...” (João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU).

Outra questão apontada pelos dirigentes funcionários é a necessidade de haver unidade na Entidade e entre as categorias de docentes e funcionários para que a greve ocorra. Porém, essa união das categorias de docentes e funcionários não ocorre sempre.

“...prá mobilizar eu acho que o fator prioritário é ter unidade, unidade na Entidade e unidade entre os setores... se os funcionários tiverem disposição prá fazer greve e os docentes não, fica mais difícil mobilizar... o cara vai prá assemblêia, tem uma ala da diretoria com uma posição, a outra ala... tem que ter unidade nas Entidades...” (João Batista de Moraes Moreira , dirigente STU).

“... obviamente a categoria docente trata os funcionários com uma certa discriminação, sempre os docentes acharam melhor tratar de seus interesses de forma isolada, enquanto que as principais lideranças dos funcionários sempre defendiam o movimento sindical unificado, não só com a categoria docente da UNICAMP, mas com todo o funcionalismo público estadual.” (Elói José da Silva Lima, ex-dirigente ASSUC/STU).

No depoimento do dirigente acima aparece o corporativismo profissional da categoria docente para demonstrar que a união das categorias numa mobilização é muito importante para a construção e sustentação do movimento.

A discussão com os docentes sobre o elemento mais importante para a mobilização se ateve principalmente à questão salarial e justiça da reivindicação, como podemos observar nos depoimentos a seguir:

“Acho que é a tomada de consciência de que o salário tá defasado, as greves tem sido salariais...” (Luis Carlos Guedes Pinto, ex-dirigente ADUNICAMP).

“Olha, é a questão salarial que...em determinados momentos vai incomodando mais a categoria” (José Roberto Zan, dirigente ADUNICAMP).

“...a convicção da dificuldade salarial da família dos professores, a convicção de que a greve não foi proposta precipitadamente...” (Eliézer Rizzo de Oliveira, ex-dirigente ADUNICAMP).

“...o único fator que mobiliza a Universidade é salário abaixo de seu nível mínimo” (Renato Atilio Jorge, ex-dirigente ADUNICAMP).

“É a justiça da reivindicação, ela tendo sentido...é a clareza de qual é a reivindicação e a informação sobre ela; eu acho que a experiência tem mostrado que a categoria se mobiliza quando tá bem informada e quando há o debate” (Tânia Alkimin, dirigente ADUNICAMP).

“...é primeiro, você objetivamente estar com salário baixo e segundo, a perspectiva de que há dinheiro...” (Raul, ex-dirigente ADUNICAMP).

“...se você conseguir construir um sentido de justiça, se você conseguir revestir uma reivindicação desse sentido de justiça, de justiça de habilidades, as pessoas vão aderir a ele...” (Roberto Teixeira Mendes, ex-dirigente ADUNICAMP).

Além dessas questões que foram mencionadas pela maioria dos entrevistados, fica explicitado também através dos depoimentos que se seguem, a questão da tomada de

consciência dos docentes no sentido da necessidade de estarem reivindicando algo mais que meramente o reajuste salarial.

“... é mostrar o quanto é fundamental a defesa de uma concepção de gestão universitária, de política universitária, de pós-graduação, de pesquisa” (Lino Castellani Filho, ex-dirigente ADUNICAMP).

“...eu acho que tem um nível de consciência também...até que ponto as pessoas conseguem superar um nível de consciência mais imediato que é a questão econômica e perceberem enquanto sujeitos trabalhadores, seres políticos, enfim que não estão só brigando pelas condições de vida...poder participar de uma luta política maior, de mudança da sociedade, enfim, eu acho que esse é um elemento que faz a gente se movimentar...”(Helena Costa Lopes de Freitas, ex dirigente ADUNICAMP).

“...à medida que o nível de consciência dele vai...a luta vai fazendo isso tudo; e o debate, a organização mesmo da classe vai fazendo com que melhore, então o nível de consciência vai ficando cada vez mais abrangente; ele pode fazer greves políticas, uma greve prá derrubar um governo, prá conseguir Diretas...” (José Vítório Zago, dirigente ADUNICAMP).

De fato, as perdas salariais do conjunto do funcionalismo no decorrer das últimas décadas foram muito acentuadas, conforme referiu Romano:

“Os planos Cruzado, Bresser, Collor e, agora o Real, reúnem uma soma impressionante de roubos e sequestros da economia popular, corrigidos apenas em parte pelos tribunais. Se não existisse a autonomia, os prejuízos para a ordem do direito democrático seriam ainda maiores” (ROMANO,1999,p.23).

Isso justifica o fato da quase totalidade dos entrevistados docentes e funcionários mencionarem o fator “reajuste salarial” como o principal elemento para que ocorra a mobilização para as greves nas Universidades, objetivando assim conquistar a reposição das perdas ocorridas em períodos passados e que não foram repostas.

3.7- RELACIONAMENTO ENTRE AS ENTIDADES DE FUNCIONÁRIOS E DE DOCENTES COM A REITORIA HERMANO TAVARES.

A seguir buscamos sondar o relacionamento entre STU e ADUNICAMP com a gestão de Hermano Tavares, na tentativa de encontrar elementos que ilustrem o panorama real, bem como as expectativas e frustrações dessa gestão; uma vez que essa é a primeira gestão de oposição a um grupo político que estava no poder desde a época do reitor Prof. José Aristodemo Pinotti.

Na Tabela 16 observa-se que o item destacado é relacionamento conflituoso. Dois ex-dirigentes, ASSUC/STU compararam a atual administração como igual às anteriores e também uma relação sem respeito por parte da administração no trato com a entidade de funcionários. Quatro docentes dos quais três ocupando cargo na administração central mencionaram que a ADUNICAMP mantém uma postura inadequada em relação à reitoria, de muito desrespeito e agressividade. Os docentes não vêem a gestão Hermano Tavares como igual às anteriores. Logo no início da gestão Hermano instalou-se uma crise entre a reitoria e a ADUNICAMP, esta permaneceu com uma postura ostensiva e crítica frente a reitoria por toda a gestão.

TABELA 16 - RELACIONAMENTO ENTRE AS ENTIDADES E REITORIA HERMANO TAVARES

	FUNCIONÁRIOS	DOCENTES
Bom (com diálogo)	04	01
Ruím (sem diálogo)	03	02
Postura inadequada da Entidade	-	04
Conflituosa, tensa	07	07
Igual as anteriores	02	-
Sem respeito com entidade	02	-

Fonte: Entrevistas com ex/dirigentes da ASSUC/STU e ADUNICAMP.

3.7.1- RELACIONAMENTO ENTRE O STU E A REITORIA HERMANO TAVARES

A avaliação do relacionamento entre a reitoria de Hermano Tavares e a Entidade Sindical dos funcionários, segundo os ex-dirigentes e dirigentes entrevistados é de que a maioria acha que essa reitoria é diferente das anteriores, pois estas eram de um mesmo grupo político que estava no poder desde a época do Prof. Pinotti e as respostas giraram em torno dessa questão, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

"...essa reitoria é muito diferente das demais...tem diferenças de algumas ações do ponto de vista de construção...a reitoria não é um grupo monolítico, é uma diversidade também de pensamentos e de forças que tensionam a reitoria" (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

"...eu acho que o Hermano cumpriu um papel político interessante na Universidade; ele quebrou um pouco essa história do monopólio, da ação entre amigos...em algumas coisas nessa reitoria avançou...eu acho que essa reitoria não é igual às outras, acho que é diferente, tem muita diferença...eu acho que é uma reitoria inexperiente, que cometeu uma série de equívocos do ponto de vista por nunca terem estado no poder, acho que não sabiam o que iam amargar pela frente...as outras tinham a característica de uma linhagem que tinha outro projeto político pra Universidade..." (Elisabete de Jesus Reimão, dirigente STU).

"...quando o sindicato apoiou (a candidatura Hermano), apoiou também lutando contra forças que estavam no poder há muito tempo e que romper com aquelas forças significava ter um avanço político na Universidade, a manutenção daquelas forças que até então estavam no poder, era um retrocesso" (João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU).

"...essa gestão é uma gestão bastante heterogênea, ela juntou pessoas que se contrapunham à gestão anterior e que entre essas pessoas existem grupos políticos que tem uma visão progressista da sociedade...só por isso ela já tem uma diferenciação porque ela não vai na mesma intensidade da outra gestão, fortalecer outras políticas conservadoras fora daqui, que na verdade são

as forças que vão exatamente fazer a política de destruição do serviço público e da Universidade” (José Luis Pio Romera, dirigente STU).

Houve alguns funcionários que mencionaram o não cumprimento do programa de gestão como exemplificado abaixo:

“A não aplicação do programa é que leva às concessões, eles tem concessões individuais próximas da esquerda, mas o programa que eles estão aplicando não é um programa que foi escrito lá atrás, apesar de defender a universidade pública e gratuita e outras questões...” (João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU).

Diversos dirigentes fizeram questão de afirmar o caráter de independência entre o STU e a reitoria atual; no entanto a relação continua tensa, conflituosa, difícil; mas pontuam especificidades dessa relação e o lado positivo do conflito.

“...sempre vai ter conflito, tanto a ASSUC quanto o sindicato tem uma política mais geral de não só atuar nas questões econômicas, mas também nas questões políticas” (João Batista de Moraes Moreira, dirigente STU).

“...a relação do Sindicato com as reitorias é a relação de patrão e sindicato; seja ela qual for a reitoria, o sindicato sempre manteve uma independência...a relação com todas as reitorias sempre foi muito difícil...eu acho que pode entrar uma reitoria de extrema esquerda, pode botar o Reis lá; vai ser o mesmo pau” (Elisabete de Jesus Reimão, dirigente STU).

“ Do ponto de vista das relações internas a gente sempre faz opção pelo combate porque o combate é melhorar salários, melhorar condições de trabalho, melhorar condições democráticas...é um combate que parte na direção de evoluir...a gente tem uma atuação que é de confronto mesmo com a reitoria prá que a Universidade invista recursos nas condições de trabalho...eu acho que a questão do conflito eu não coloco como uma coisa totalmente ruim, é uma necessidade prá que a gente possa estar construindo coisas novas e esse conflito aqui na Universidade, ele tem um fator positivo, de mobilização, de

impulsionar, evitar que a Universidade fique passiva..." (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

A partir do quadro tecido pelos depoimentos acima conclui-se que, independente de ser uma gestão de esquerda ou de direita, os sindicatos sempre farão oposição, mantendo-se numa postura combativa.

Através da fala dos dirigentes funcionários nota-se que estes perceberam que ocorreu um avanço na Universidade com a gestão Hermano Tavares; o que foi explicitado nos depoimentos abaixo, bem como em outros já citados.

"...um grande avanço dessa gestão Hermano é o rompimento com as punições...uma mudança visível foi o jornal da Unicamp, ficou mais popular, tem a questão da pobreza, questão dos negros; ele coloca em destaque pesquisadores que estão discutindo soluções para os problemas sociais, ele se abriu mais pra comunidade..." (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente STU).

"... os dirigentes não estão preparados; eles deveriam tratar mais democraticamente com os movimentos sociais organizados existentes dentro da Universidade e fora. Houve avanço no sentido de relações com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra... mas são pontuais" (José Luis Pio Romera, dirigente STU)

"A questão do relacionamento... depende muito o momento e o que está sendo colocado; se for um relacionamento pra discutir por exemplo, uma proposta junto à determinados setores da reitoria eu diria que é bom, com outros setores muito ruim...essa gestão com todos os problemas, ela é melhor do que as demais" (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

Uma pequena parcela dos dirigentes funcionários comparou a reitoria de Hermano Tavares como igual às anteriores e o relacionamento com a Entidade de funcionários sendo ruim:

"Acho que faltou muito pra essa administração implantar o seu programa...tinha que estar sendo mais aberta, ter reformado os estatutos

democraticamente...por isso que pode ser considerada igual às outras” (José Luís Pio Romera, dirigente STU).

”A gestão Hermano não respondeu dentro da expectativa que nós imaginávamos, que era de abrir as contas da Universidade...do ponto de vista econômico tem sido desastroso...o relacionamento tá horrível porque não há um respeito...” (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente STU).

”A minha esperança, ela se realizaria com a atual reitoria, no entanto a frustração não é só minha como de todos, foi total, ou seja permaneceu o mesmo padrão de relacionamento...hoje é uma relação totalmente apartada, totalmente distante em que a gente só se comunica através dos boletins, boletins do STU e da Adunicamp desqualificando essa reitoria tal como ela merece” (Elói José da Silva Lima, ex-dirigente ASSUC/STU).

Vale ressaltar um aspecto colocado pelos dirigentes funcionários que é a questão da união entre essa reitoria e o STU em apoiar assuntos externos à Universidade, como podemos notar nos depoimentos à seguir:

”... acho que as forças que estão hoje nessa reitoria, apesar de serem heterogêneas, você tem um campo progressista dentro dela de centro-esquerda, que tende a ter uma visão um pouco mais progressista...que ajuda de uma certa forma a dar o combate à política neoliberal de Fernando Henrique” (João Raimundo Mendonça de Souza, dirigente STU).

”A Universidade enquanto instituição, muitas vezes, ela tem uma relação muito boa com o Sindicato nos assuntos externos...a atual reitoria é mais avançada politicamente do que as outras do ponto de vista externo...foi contra a privatização da SANASA, tem uma relação muito forte com o Conselho de Defesa da pessoa humana, a questão da segurança, fazer políticas públicas externas...os projetos do Sindicato com a Pró-reitoria de Extensão...” (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

A sensação de muita frustração com a atual gestão, ou seja, a gestão Hermano, aparece na fala de alguns ex/dirigentes do STU, pois o Sindicato, pela primeira vez na história, apoiou formalmente a candidatura do atual reitor.

"Na gestão Hermano a decepção é maior; não dá prá deixar de dizer que a decepção é maior, porque essa gestão, ela foi eleita com todo o acúmulo político, seja das lideranças de esquerda da Adunicamp, seja das lideranças de esquerda do movimento dos funcionários...a gestão Hermano não respondeu dentro da expectativa que nós imaginávamos que era de abrir as contas da Universidade..." (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente ASSUC/STU).

"Eu considero que não tem grupo de esquerda hoje dentro da Universidade porque o último grupo, o último dos moicanos que é essa reitoria aí, mostrou que não é de esquerda, é de direita portanto, o nosso (risos) castelo de areia desmoronou" (Elói José da Silva Lima, ex-dirigente ASSUC/STU).

Conforme Marchese, quando a gestão dos reitores não atende as reivindicações das categorias, ou não há o cumprimento dos programas eleitorais, ocorre uma incapacidade das lideranças mudarem a situação, surgindo o descrédito e a insatisfação com as gestões de reitores que foram eleitos democraticamente (MARCHESE, 1999).

3.7.2 - RELACIONAMENTO ENTRE A ADUNICAMP E A REITORIA DE HERMANO TAVARES

O Movimento Docente da Unicamp apoiou maciçamente, ainda que de modo informal, a candidatura do reitor Hermano Tavares, que era de oposição às gestões anteriores. Ao analisar as entrevistas dos ex-dirigentes e dirigentes da ADUNICAMP observa-se um misto de questões que vão desde à crítica acentuada em relação a atual reitoria, até sua defesa em virtude dessa mesma crítica; alertando para o fato de que nas próximas eleições poderá eleger-se um candidato de centro-direita, em virtude do "estrago" produzido por esse posicionamento agressivo da Entidade de docentes.

"... Talvez essa postura...no meu entender, tenhamos construído um caminho prá que a próxima administração tenha um perfil mais à direita do que a atual, porque nós desqualificamos a atual administração naquele movimento por uma postura política equivocada...identificar aquilo

como um grupo homogêneo...não identificando possíveis aliados, não buscando compreender e apreender as correlações de forças presentes no grupo da própria administração e ao traduzir tudo como algo monolítico assumiu-se uma posição automaticamente contrária, que não favorece a construção de uma Universidade nos moldes que nós desejamos e que se contrapõe ao que o governo federal quer, a gente acaba reforçando o setor que quer uma aproximação maior com o governo federal, porque não deixamos alternativas; nós empurramos um grupo...o movimento da Universidade não soube sinalizar no sentido de mostrar que há determinadas ações que mereceriam, no mínimo, respeito em serem analisadas..." (Lino Castellani Filho, ex-dirigente ADUNICAMP).

É interessante notar que a previsão do docente acima cumpriu-se na íntegra, ou seja, em 2002 elegeu-se uma reitoria pertencente ao mesmo grupo político-ideológico das gestões que ocuparam a reitoria no passado. O depoimento abaixo também confirma o anterior.

"... se tem uma reitoria também frágil em vários pontos, inexperiente, então essas coisas casaram e deu uma combinação fatal...agora, do meu ponto de vista, vai matar toda a esquerda aqui dentro...foi o que eu coloquei...nós vamos bater tanto nessa reitoria que a gente vai reforçar o quórum talvez...você não pode deixar de fazer a crítica, mas acho que tem maneira de fazer crítica...o boletim é muito mais agressivo em termos pessoais, nomina muito mais o reitor" (Helena Costa Lopes de Freitas, ex-dirigente ADUNICAMP).

Os dois depoimentos a seguir são de ex-dirigentes da Entidade de docentes que na época da entrevista estavam ocupando cargo na administração central:

"...a reitoria anterior tinha deixado esse prédio vazio; não tinha funcionário, não tinha papel, não tinha computador, não tinha nada. Nós chegamos, tava aquele... a reitoria vazia, o caixa ruim, a situação econômica difícil, não sabíamos se pagaria o décimo terceiro e uma semana depois que a gente tinha tomado posse, houve uma reunião nossa com o pessoal que tinha nos dado apoio; nós levamos um cassete... a gente ficou parado assim..." (Raul Vinhas Ribeiro, ex-dirigente ADUNICAMP).

Quando indagamos para o entrevistado o porque de não ser divulgado para a comunidade universitária o fato acima mencionado, foi respondido: “*eu acho que não é interessante você sair denunciando o passado dentro da Universidade porque aqui nós somos todos colegas*” (Raul Vinhas, ex-dirigente ADUNICAMP).

“Por incrível que pareça essa oposição mais recente (da ADUNICAMP), ela foi muito mais radical, foi muito mais dura, o diálogo foi muito mais difícil...se você analisar o boletim você vê; eu nunca vi um boletim se referir a colegas de uma maneira muito mais desrespeitosa, que nunca se fez no passado...deveria ter dado oportunidade às pessoas se manifestarem antes de fazer determinadas acusações...ultrapassava alguns limites do que no passado não se fazia” (Luis Carlos Guedes Pinto, ex-dirigente ADUNICAMP).

Sobre o depoimento acima, é importante ressaltar que tanto os docentes que estavam ocupando cargo na administração, como os que não estavam ocupando, mencionaram que a ADUNICAMP teve uma postura inadequada, de muita agressividade com a gestão Hermano Tavares. Os demais docentes pesquisados na época, eram da diretoria atual da ADUNICAMP em sua maioria.

Ridenti fala dessa situação vivenciada por ex-dirigentes do Movimento Docente que passam a ocupar cargos de reitores e pró-reitores nas universidades e que elegeram-se apoiados pela comunidade acadêmica e indaga se o reitor deve acatar as decisões do Movimento Docente ou ignorá-las, passando a agir de acordo com as atividades de praxe que o cargo institucional exige, recebendo como consequência o rótulo de traidores por parte da comunidade acadêmica (RIDENTI, 1995). Essa situação pode acarretar o surgimento de um conflito entre a comunidade universitária e a reitoria, como ocorreu na UNICAMP.

Assim como ficou explicitado na fala dos dirigentes funcionários, os docentes também ressaltaram a questão da independência da ADUNICAMP em relação à administração central (reitoria):

“Nós estamos de lados diferentes, administração é administração, independência total, não temos a ver nada com o que a reitoria

ache, pense, queira; nós temos autonomia em todos os sentidos da administração... total independência" (Tânia Alkimin, dirigente ADUNICAMP).

"Há um princípio que nem sempre é seguido por diretorias, que orienta a luta sindical que é de independência da categoria, da Entidade com relação aos patrões, ao Estado...nenhuma negociação deve ocorrer sem que a categoria esteja sabendo que tá ocorrendo a negociação...é um princípio do movimento sindical a preservação dessa independência em relação à administração central..." (José Roberto Zan, dirigente ADUNICAMP).

A questão do conflito apareceu em diversas falas como sendo natural, próprio da instituição, pois a tendência das associações é fazer oposição. Quanto a esse fato ressaltamos novamente a postura das Entidades sindicais em fazer oposição a todo custo, visto essa oposição e enfrentamento como função.

"...à medida em que se foi aumentando os espaços democráticos dentro da Universidade...isso ampliou de alguma forma essa fronteira de disputa, de conflito..." (Roberto Teixeira Mendes, ex-dirigente ADUNICAMP).

"...essas relações nunca são muito fáceis porque a tendência das associações é fazer oposição, então essa relação nunca foi muito fácil" (Luis Carlos Guedes Pinto, ex-dirigente ADUNICAMP).

"...não é essa ou aquela reitoria, isso me parece que é resultado dessa natureza conflituosa da instituição universitária, são docentes que estão ocupando posições antagônicas dentro da instituição" (José Roberto Zan, dirigente ADUNICAMP).

A importância do aspecto de luta política do Movimento Docente é apontado nestes depoimentos:

"...a Universidade não é de graça, é gratuita, esse gratuita tem que entender ...(risos) porque na verdade todo mundo paga muito imposto prá

não cobrar de novo o ensino na universidade. Eu acho que essa feição do Movimento Docente...ser um movimento social que tem, que une, que obriga você a pensar na questão salarial como apenas uma parte da garantia do ensino público e de qualidade...a gente tá brigando por uma coisa, um patrimônio da sociedade” (Tânia Alkimin, dirigente ADUNICAMP).

“... se não fosse o Movimento Docente organizado nacionalmente, as universidades públicas já estariam numa situação muito pior de desmonte, privatização, contenção de gastos, orçamentos cada vez menores, já provavelmente com cobrança de mensalidades” (José Roberto Zan, dirigente ADUNICAMP).

3.8- RELACIONAMENTO ENTRE ENTIDADES E REITORIA NAS GESTÕES ANTERIORES

A partir dessa questão novamente polêmica, buscaremos apreender as diferenças que possam surgir nos depoimentos dos dirigentes sindicais da ADUNICAMP e STU referente às gestões anteriores em comparação com a gestão de Hermano Tavares.

TABELA 17 - RELACIONAMENTO ENTRE ENTIDADES E REITORIA NAS GESTÕES ANTERIORES

	FUNCIONÁRIOS	DOCENTES
Bom (com diálogo)	02	03
Ruim (sem diálogo)	03	02
Autoritária	03	01
Sem respeito com entidade	02	-
Em algumas gestões		
conflituosas	04	07
Peleguismo	09	04

Fonte: Entrevistas com ex/dirigentes da ASSUC/STU e ADUNICAMP

O fator conflito apareceu também muito na Tabela 17 e outros dois itens que surgiram foram: relação autoritária e peleguismo nas respostas das duas categorias. O autoritarismo por parte das reitorias é muito mais sentido pelos funcionários e o peleguismo é mais mencionado também nesta categoria, talvez por ter se tornado mais visível. De acordo com os ex-dirigentes o peleguismo se deu no início da ASSUC e perdurou durante algumas gestões; na ADUNICAMP ocorreu em duas gestões.

3.8.1- RELACIONAMENTO ENTRE AS ENTIDADES DE FUNCIONÁRIOS ASSUC/STU COM AS REITORIAS ANTERIORES

Fica explicitado na fala da maioria de ex/dirigentes que no início da época da ASSUC , o relacionamento entre esta e a administração central da Universidade era harmonioso, caracterizado pelo peleguismo, pois a ASSUC surgiu pela iniciativa de altos funcionários da Universidade e tinha um caráter puramente assistencial e não de organização da categoria para reivindicação de direitos.

"A Associação tinha um papel muito tímido, papel social, não tinha nenhuma conotação sindical nem reivindicatória... ela fez concurso de miss (risos), fez o primeiro convênio aqui com o Eldorado...criava o prêmio "Professor do Ano", "Funcionário do Ano"
(Arly de Lara Romeo, ex-membro da ASSUC).

"A Associação era um braço da reitoria, sempre a associação foi ligada à reitoria, os altos funcionários é que criaram a ASSUC, eram todos diretores, sócio não podia participar da diretoria...na gestão do Edson Lins ela foi, de certo modo, gestada dentro da reitoria"
(Reginaldo Bispo Pereira, ex-dirigente ASSUC).

"Quando eu me lembro da ASSUC antiga eu só me lembro da festa de Natal que ela fazia, porque era uma festa que todo mundo às vezes se associava só prá esperar a festa de Natal porque davam presentes, tinha churrasco o dia inteiro...e alguns empréstimos que ela fazia prá funcionário"
(Jurivaldo Folegatti, ex-membro ASSUC).

Um relacionamento como sendo autoritário nas gestões anteriores foi citado por vários dos entrevistados funcionários, como podemos apreender nos trechos abaixo:

"Na gestão Vogt foi caracterizada concretamente pelo autoritarismo, pelo não recebimento das diretorias para discussões e pelo tratamento desrespeitoso, autoritário, por ignorar a direção da Entidade e por tentar destruir inclusive a organização dos funcionários" (Miguel Leonel dos Santos, ex-dirigente ASSUC/STU).

"Em relação às anteriores nós temos uma dificuldade muito grande de avaliar porque todas as reitorias são reitorias muito autoritárias: Vogt, Martins, Pinotti, Paulo Renato, então todas as reitorias foram muito autoritárias, não saberia dizer qual foi a melhor, qual foi a pior" (Celso Ribeiro de Almeida, dirigente STU).

3.8.2- RELACIONAMENTO DA ADUNICAMP COM AS REITORIAS ANTERIORES

De um modo geral nas entrevistas dos dirigentes docentes surgiu o aspecto do conflito e da dificuldade no relacionamento entre as reitorias anteriores e a ADUNICAMP:

"...o reitor era o Paulo Renato e eu me lembro que sempre foram muito conflituosas, desde ligar prá secretária da Entidade: "o que é isso no boletim rrrrr" até não querer receber a diretoria se o Zago estivesse presente...dele perder a paciência, dar murro na parede quando a gente falava alguma coisa...eu acho que as reitorias posteriores também foram muito duras com a Adunicamp e com todas as Entidades" (Helena Costa Lopes de Freitas, ex-dirigente ADUNICAMP).

"Basicamente a gestão do Vogt foi uma gestão muito dura, principalmente em relação ao Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, a do Martins, apesar do populismo dele, ele também tentou...foi na gestão dele que doze ou treze pessoas foram..." (José Vitório Zago, dirigente ADUNICAMP).

"Não dá prá dizer que nas outras épocas nós tínhamos uma relação harmoniosa com as reitorias e agora não tem, ou agora a relação é mais harmoniosa e tranquila do que outras reitorias...o Prof. Martins, eu lembro que na greve de 94 ele chegou a demitir o Zago...não dá prá avaliar qual que é mais ou menos truculenta" (José Roberto Zan, dirigente ADUNICAMP).

É visível nos depoimentos acima, a forma autoritária de gerir a Universidade durante as gestões anteriores, sendo que esse fato foi também apontado nas entrevistas dos funcionários. Podemos concluir, portanto, que os reitores também estabeleceram um relacionamento autoritário com a ADUNICAMP, mesmo sendo "colegas" , ou seja, pertencentes a uma mesma categoria profissional.

Ainda sobre os depoimentos citados, torna-se clara a polêmica sobre diversos aspectos inerentes ao movimento sindical na UNICAMP, o papel desempenhado pelas reitorias, qual o projeto de Universidade que a comunidade universitária almeja, qual será o futuro do sindicalismo na UNICAMP visto a crescente terceirização e destituição de direitos que vem sendo implementada; sendo que tentaremos delinear nas considerações finais tudo que a pesquisa indicou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou elucidar e refletir sobre a história e memória das lutas de funcionários e docentes da UNICAMP, proporcionando uma visão dos movimentos através do debruçar sobre a documentação das Associações e Sindicatos. Foi mostrado também o panorama do movimento sindical do operariado e do funcionalismo público no período de 1966 a 2000.

Procuramos também analisar o relacionamento entre as Entidades de funcionários e de docentes da UNICAMP com a administração central da Universidade (reitoria) no momento atual, bem como com as reitorias anteriores, através do rico conteúdo das entrevistas de funcionários e docentes, que mapearam o período estudado, ou seja, do surgimento da UNICAMP em 1966 que nasceu e logo gestou as primeiras lutas, ao último grande movimento de 2000.

Quando da realização das entrevistas, pude recolher amplos e significativos depoimentos que contribuíram para que se percebesse o significado histórico, a relevância política, os alcances e limites das lutas no campo sindical inerente às Universidades. A greve é um momento em que o funcionário ou o docente se conscientiza sobre sua própria individualidade e do poder que a ação coletiva alcança nesse processo; ele então, sente-se parte de uma categoria.

A elaboração desta dissertação foi motivada por essa vontade em promover o entendimento do mecanismo dos movimentos de docentes e funcionários como ferramenta para obter melhores condições de vida e, para tanto, a luta por salários mais justos e por melhores condições de trabalho se faz imprescindível.

Durante a trajetória das lutas o sindicalismo das Universidades Estaduais Paulistas vai redefinindo suas relações de poder com o Estado até alcançar a autonomia universitária em 1989. A Associação de funcionários transforma-se em sindicato em 1991 e, a partir de então, aparentemente mantém sua independência em relação à administração central da universidade.

Pudemos observar que as greves no interior da UNICAMP desenvolvem-se com maior independência e democracia do que as lutas do operariado. Após o decreto da autonomia universitária em 1989, os movimentos passaram a ser, quase sempre, em

conjunto com a USP e UNESP e não mais com os demais setores do funcionalismo, sendo que as entidades da UNICAMP participam de paralisações em conjunto com outras categorias (funcionalismo e operariado) apenas quando convocadas pelo Fórum das Seis ou CUT (geralmente campanhas nacionais).

No decorrer da trajetória do movimento sindical dos funcionários, há que se destacar os avanços obtidos, tais como a transformação da ASSUC para sindicato e este com diretoria colegiada, o que proporciona uma maior politização na atuação sindical da entidade.

Em relação à comprovação das hipóteses, vimos que as greves de docentes e funcionários da UNICAMP não se assemelham com as lutas do operariado, pois trata-se de categorias de trabalhadores diferenciadas. O sindicalismo docente é caracterizado pelo corporativismo profissional e isso o diferencia do sindicalismo dos demais trabalhadores, tanto do setor público como do setor privado. A Entidade de docentes tem um caráter sindical, embora não seja um sindicato e sim uma associação por opção dos próprios docentes, por não se reconhecerem como trabalhadores assalariados.

Sobre a outra hipótese, ou seja, que os movimentos populares, os movimentos do ABC e o combate à ditadura possam ter influenciado o surgimento dos movimentos na Universidade; vimos que essa hipótese contém comprovação, tanto pelo conteúdo encontrado na bibliografia, quanto nos dados empíricos. Houve uma aprendizagem do movimento sindical das Universidades através dos movimentos populares e do ABC, com um caráter de luta política, numa postura de confronto com o Estado. Em relação ao sindicalismo do setor público, ele se constrói no bojo da reorganização sindical do final dos anos 70, com a criação de diversas associações e a reorganização das que já existiam, no sentido de deixarem de ter uma postura assistencialista para assumirem seu papel de defesa dos interesses das categorias. Aqui na Universidade, nessa época, os líderes sindicais tomando a ASSUC que havia sido fundada por iniciativa da reitoria.

Uma característica da maioria dos movimentos na Universidade é que são por reajuste salarial, tendo havido a ocorrência de algumas greves de ordem política. A análise sobre o grau de conquista dos movimentos, isto é, se obteve-se conquistas das reivindicações nas diversas greves e paralisações; de acordo com informações dos boletins das Entidades as conquistas à nível salarial, em geral foram parciais, mas na época de alta

inflação foi conquistado o reajuste mensal de salários. A greve que teve maior nível de conquista salarial foi a do ano 2000 em que quase obteve-se o índice salarial reivindicado, ou seja, 25%. Por outro lado, no aspecto político destacamos algumas conquistas importantes: a vitória sobre a intervenção Maluf, a conquista da autonomia universitária, a elevação do índice de dotação orçamentária de 8,4% para 9,57% do ICMS do Estado, entre outros.

Esta pesquisa demonstrou que os funcionários vêm na figura do reitor o patrão, sendo que os reitores não se vêem como patrões. Já os docentes vêm na figura do reitor um colega que talvez até já tenha ocupado anteriormente a diretoria da ADUNICAMP. Quanto a união das categorias de docentes e funcionários, a pesquisa sugere que no processo de mobilização elas conseguem se unir na luta, inclusive com pautas unificadas; porém não vai além disso, pois são categorias diferenciadas. Permanece a contradição docente/funcionário e patrão/empregado. Embora não tenha ficado visível os conflitos internos das Entidades sindicais, presume-se que em ambas exista um jogo de poder permeado por diversidades políticas. O movimento interno na UNICAMP é um movimento fortemente partidarizado, é um sindicalismo vinculado aos partidos de esquerda. O que estava em discussão em cada momento das greves era a defesa da Universidade pública e, conseqüentemente, de cada funcionário público, seja ele docente ou não. Até a redemocratização do país (1985) o que estava em discussão também era o combate ao Malufismo e à ditadura. O sindicalismo dos anos 80 é na realidade um movimento de resistência a destituição de direitos.

Há questões cruciais nesta pesquisa, tais como as diferenciações entre as categorias de docentes e funcionários, sendo que estas apontam a necessidade de um estudo mais aprofundado das bases sócio-políticas sobre as quais assenta-se a mobilização diferenciada de cada categoria.

O produto final deste estudo aparece como uma contribuição essencialmente histórica no campo sindical. O resgate da história e memória dos movimentos de docentes e funcionários da UNICAMP realizados nessa pesquisa, contribuiu para a construção da identidade de classe dessas categorias de funcionários e de docentes, que são categorias diferenciadas, promovendo a compreensão de que no universo do movimento sindical da

Universidade, cada greve apresenta características muito particulares, quer seja de greves salariais ou de greves políticas.

As dificuldades que o movimento sindical interno às universidades vivenciam tem uma inter-relação com a crise que assombra o sindicalismo externo, ou seja, o sindicalismo do funcionalismo público e do operariado; marcado pela crescente desregulamentação das relações de trabalho, pela crescente exclusão social, terceirizações, pelo desemprego, privatizações, etc.

É necessário que a categoria de funcionários e docentes quando se utilizam do mecanismo dos movimentos, realize uma discussão permanente com a população usuária dos serviços, buscando dar esclarecimento quanto aos motivos e objetivos do movimento, na tentativa de obter a aquiescência da população contra o Estado pelo não cumprimento de seus compromissos básicos. Isso contribui para que o movimento não fique desgastado com o passar do tempo e, pelo contrário, transforma a luta de classes numa luta em conjunto com os demais seguimentos da sociedade (alunos, usuários em geral, pacientes, etc).

A greve no setor público pode ser interpretada como a defesa dos serviços que compreendem a educação, a saúde, etc, sendo uma luta contra a destruição dos serviços públicos, contra a privatização, a desregulamentação, a terceirização e, sendo assim, a greve no setor público assume um papel importantíssimo num país como o Brasil.

A duração das greves tem uma relação direta com a capacidade de negociação entre as partes, ou seja, CRUESP e Fórum das Seis Entidades. Normalmente no setor público as greves tendem a ser mais longas do que no operariado devido a morosidade nas negociações por parte do governo e, no caso das Universidades Estaduais Paulistas, do governo e CRUESP.

O movimento sindical mais amplo está em crise desde a implementação das práticas neoliberais, as quais vem acompanhadas da destituição dos direitos, precarização do trabalho, etc; mas o movimento sindical nas universidades ressurgiu e mostrou-se forte e unificado como ocorreu na greve de 2000 das Universidades Estaduais Paulistas, ou nas últimas greves das Universidades Federais e, sem dúvida, diante desse fato suscitam novas pesquisas e estudos neste vasto terreno sindical em que se constituem as universidades públicas.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade – Greve metalúrgica e subjetividade operária.** São Paulo: ed. Unicamp, 1999.

ADUNICAMP. **ADUNICAMP em defesa da Universidade.** Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1991.

AGUIAR, F. A greve de 2000, lembranças emocionadas e um balanço crítico. **Revista ADUSP**, n.22, p. 6-14, março 2001.

ALMEIDA, M. H. T. “Novas demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década”. **Revista de Ciências Sociais**, RJ, 1983.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980.** São Paulo: ed. Unicamp, 1988.

_____. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil.** 1980. Dissertação (mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Crise e poder.** São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **O novo sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Pontes, 1995.

_____. **Adeus ao trabalho? (As metamorfoses no mundo do trabalho e dimensões da crise do sindicalismo).** Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH), Campinas, 1994.

_____. **O que é o sindicalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARAÚJO, B. J. de (org.) **A crise da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **Informação e documentação**. Rio de Janeiro: Copyright, 2000.

BALDIJÃO, C. E. M. Os desafios do Movimento Docente nos dez anos de lutas da ANDES-Sindicato Nacional In: **ANDES-SN Revista Universidade e Sociedade**, n.1, p. 7-11, fev. 1991.

BEZERRA, A. P. **ANDES-SN Revista Universidade e Sociedade**. n. 11, junho 1996.

BOITO Jr., A. "Reforma e resistência da estrutura sindical" in: Boito Jr., A. (org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1988.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

_____. "Classe Média e Sindicalismo: uma nota teórica" in: **Brasil e a Nova Ordem Internacional**. Anais do IX Congresso Nacional dos Sociólogos. São Paulo: SINSESP, 1994, p. 207-213.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: LTC Editora S. A. , 1987.

CALDEIRA, C. Sindicalização e direito de greve dos servidores públicos In: ROMITA, Arion (org.) **Sindicalismo**. São Paulo: LTr, 1986.

CHARLE, C. e VERGER, J. **História das Universidades**. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

CHAUÍ, M. **Ideologia neoliberal e universidade**. São Carlos: UFSCAR, 1997.

_____. A Universidade operacional. **Revista ADUNICAMP**, vol. 1, número 1, Campinas, junho/1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo : Cortez, 1998.

COELHO, P. R. **Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente**. Santa Maria: SEDUFMS, 1996.

CURIEL, F. H. F. **Estruturas interdisciplinares no ensino superior brasileiro: a experiência dos núcleos e centros da Universidade Estadual de Campinas**, Dissertação de mestrado, Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas, 1997.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1991.

FANTINATTI, M. M. C. M. **Sindicalismo de classe média e meritocracia: o Movimento Docente na Universidade Pública**. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1998.

FERNANDES, F. **Nova República ?** Rio de Janeiro: Zahar , 1986.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução ?** São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FRANÇA, B. H. **O Barnabé: consciência política do pequeno funcionário público**. São Paulo: Cortez,, 1993.

FREITAS, H. C. L. A autonomia das Universidades Públicas Paulistas. **Revista Universidade e Sociedade ANDES-SN**, n.2, p. 36-38, nov. 1991.

_____. Autonomia Universitária. **Revista ADUNICAMP**. Campinas-SP, 1997.

FUNDAP- Fundação do Desenvolvimento Administrativo. **O servidor público, categoria profissional, base territorial e representação de classe**, São Paulo: FUNDAP, seminário (mimeo), dez 1991.

_____. **O servidor público e o direito de sindicalização**. São Paulo: FUNDAP, seminário (mimeo), dez 1991.

_____. **O servidor público e as centrais sindicais**. São Paulo: FUNDAP, seminário (mimeo), dez 1991.

_____. **Sindicalismo no setor público paulista**. São Paulo: FUNDAP, 1993.

GALVÃO, M. N. **Sindicalismo e Universidade**, Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1995.

GIANOTTI, J. A. **A universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRACIOLLI, E. J. **Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988**. Uberlândia: EDUFU, 1997.

GUEDES, C. "Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas (Análise do período pós-1978)" In: OLIVEIRA, C. A. (org.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**, São Paulo: Scritta/Mtb/PNUD/CESIT, 1994. P.403-424.

GUTIERREZ, G. L. e DAL RI, N. M. "A greve de 94 nas Universidades Estaduais Paulistas". **Revista Universidade e Sociedade ANDES-SN**, n.9, p.87-91, out. 1995..

HIRATA, H. In: Coletivo Edgar Leuenroth. **Movimento operário brasileiro – 1900/1979**. Belo Horizonte: Veja, 1980.

HOBBSAWM, E. J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Os trabalhadores – estudo sobre a história do operariado**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

JUNQUEIRA, H. e outras. **A política do bem-estar social do Brasil no contexto do desenvolvimento**, na década de 70, mimeo, 1980.

KAUCHAKJE, S. **Movimentos sociais populares urbanos, no Brasil de 1983 a 1990**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1992.

_____. **Movimentos sociais na academia; um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na Unicamp e USP entre 1970-1995**. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1997.

LAMOUNIER, M. L. **Da escravidão ao trabalho livre**. São Paulo: Papyrus, 1988.

LEITE, M. de P. **O movimento grevista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. "Três anos de greves em São Paulo, 1983-1985". **Revista São Paulo em perspectiva**, jul-set. 1987.

_____. **O trabalho em movimento**. São Paulo: Papyrus, 1997.

LIMA, El. J. S. **A criação da Unicamp. Administração e Relações de Poder em uma perspectiva histórica.** Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1989.

LOBO, E. S. **A classe tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência,** São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOUREIRO, I. M. e OLIVEIRA, M. B. “Uma greve memorável”. **Jornal ADUNICAMP.** Campinas-SP, maio/2001.

MARCHESE, O. de O. “Movimento docente: análise e perspectivas”. **Revista ADUNICAMP.** Ano 1, n. 1 p. 28-33, junho 1999.

MARONI, A. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 1978.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, N. e outros (org.) **UNICAMP 35 anos – Ciência e Tecnologia na Imprensa.** Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 2001.

MARTINS F., J. **Em defesa das Universidades.** Brasília: Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), 1997.

_____. **A experiência vivida: a universidade no país do real.** São Paulo: Pontes, 1998.

MATTOSO, J. E. L. **Trabalho e desigualdade social no final do século XX.** Tese de doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1993.

MATTOSO, J. E. e OLIVEIRA, M. A. “Desenvolvimento excludente, crise econômica e desafios do sindicalismo brasileiro”, **Cadernos CESIT,** Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MENEGHEL, S. M. **Zeferino Vaz e a Unicamp – Uma trajetória e um modelo de Universidade**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.

MIRAGLIA, F. “Universidade, greve e luta política”. **Revista ADUSP**, n.7, p. 24-25, agosto 1996.

MOORE Jr., B. **Injustiça: as bases sociais da obediência e revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NAVARRO, I. P. **Intelectuais e sindicalismo no Brasil: história e memória**. Tese doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1999.

NEVES, C. E. B. e CORREA, M. B. (org.). **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Cadernos de Sociologia núm. 9, 1998.

NODARI, E. S. e outros. **Luta e resistência: APUFSC 20 anos**. Santa Catarina: editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1996.

NOGUEIRA, A. J. F. M. **Trabalho e sindicalismo no Estado brasileiro: experiências e desafios**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, Campinas, 1996.

_____. “Perfil das Entidades do funcionalismo público do Estado de São Paulo. A Emergência do sindicalismo no setor público”. In: Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP. **Sindicalismo no setor público paulista**. FUNDAP, p. 13-82, 1993.

_____. **A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978 – 1983)**. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, Campinas, 1990.

NORONHA, E. G. **Greves na transição brasileira**. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, Campinas, 1992.

_____. Greves e estratégias sindicais no Brasil In: OLIVEIRA, C. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta/Mtb/PNUD/CESIT, 1994. p. 323-357.

_____. In: “O servidor público, categoria profissional, base territorial e representação de classe”. **FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo**, Seminário mimeo, p.26-31, 1991.

_____. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR, A. (org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 105.

NEPP- Núcleo de Estudos e Políticas Públicas. **Relatórios sobre a situação social do país**, Universidade Estadual de Campinas, Relatórios 1985, 1986, 1987 e 1989.

OLIVEIRA, C. A. B. ; MATTOSO, J. E. L. (org.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

OLIVEIRA, C. A. B. (org.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta/Mtb/PNUD/Cesit, 1994.

_____. **Política de ajuste econômico e sindicatos no Brasil**, Cadernos do CESIT, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

PENTEADO, S. A. T. **Participação na Universidade: retrato em preto e branco**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1991.

PEREIRA, L. C. B. “A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle”. **Lua Nova Revista de cultura e política**. N. 45, 1998.

PINHEIRO, L. U. (org). **Crises e dilemas da Universidade Pública no Brasil**. Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

POCHMANN, M. **O trabalho sob o fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. “Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente”. In: OLIVEIRA, C.A. B.; MATTOSO, J. E. L. (org.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

POULANTZAS, N. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

RIDENTI, M. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1995.

RODRIGUES, I. J. **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

RODRIGUES, L. M. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ROMANO, R. “Alguns pressupostos da autonomia universitária”. **Revista ADUNICAMP**. Ano 1, n. 2, p. 22-26, nov. 1999.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, E. (org.) **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.

SADER, E. S. **A transição no Brasil. Da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1991.

SAES, D. “Classe média e política de classe – uma nota teórica”. **Contraponto**, Rio de Janeiro, n.2, dez. 1977.

SANDOVAL, S. A. M. **Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil: 1945 – 1990.** São Paulo: Ática, 1994.

SANDRONI, P. (org.) **Novíssimo dicionário de Economia.** São Paulo: ed. Best Seller, 1999.

SEGNINI, L. R. P. **A liturgia do poder, trabalho e disciplina.** São Paulo: Educ, 1988.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade.** São Paulo: Cortez, 1980.

SIMÃO, A. . **Sindicato e Estado no Brasil.** São Paulo: Ática, 1981.

SINGER, P. e BRANT, V. C. (org.) **O povo em movimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

SINGER, P. **O milagre brasileiro: causas e consequências.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **A crise do “milagre”.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SIQUEIRA NETO, J. F. Flexibilização, desregulamentação e o direito do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B.; MATTOSO, J. E. L.. (org.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996, p. 327-344.

SOUZA, A. N. de. **Sou professor, sim senhor! Representações sobre o trabalho docente tecidas na politização do espaço escolar.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1993.

_____. Movimento Sindical Docente: a difícil trajetória. In: LEITE, M. P. (org.) **O trabalho em movimento.** São Paulo: Papyrus, 1997.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1985.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Anuário estatístico da UNICAMP 2001.**

VON SIMSON, O. R. M. (org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil).** São Paulo: Vértice, 1988.

PERIÓDICOS E DOCUMENTOS

ADUNICAMP **Editorial**, 1979.

ADUNICAMP. Direito dos docentes e autonomia universitária. **Revista ADUNICAMP.** Caderno especial, junho 1999.

_____. Desafios da Universidade Pública. **Revista ADUNICAMP**. Ano 1, n.1, junho 1999.

_____. A ADUNICAMP diante das reformas constitucionais. **Revista ADUNICAMP**. Caderno especial, maio de 1998.

_____. 20 anos de lutas, vitórias e resistência. **Revista ADUNICAMP**. Edição especial, dezembro 1997.

_____. O desmonte da Constituição. **Revista ADUNICAMP**. Ano 1, n.2, nov. 1999.

_____. Expansão de vagas, qualidade de ensino e autonomia universitária. **Revista ADUNICAMP**. Ano 3, n.1, nov. 2001.

_____. **Boletins da ADUNICAMP**- Associação dos docentes da Universidade Estadual de Campinas, boletins período 1979-2000.

_____. **Jornal ADUNICAMP**, maio 2000.

ADUSP – Associação de Docentes da Universidade de São Paulo. **Revistas ADUSP**, n. 7, p. 25-30, ag. 1996; jun. 1997; julho e set. 1998; março 2001.

ANDES-SN. **Cadernos ANDES-SN**, número 02, julho 1996; 2001.

_____. **Revistas Universidade e Sociedade**: fev. 1991; nov. 1991; nov. 1992; out. 1995; jun. 1996; maio/ag. 1999.

ASSUC- **Boletins da ASSUC**- Associação dos servidores da Universidade Estadual de Campinas, período 1979-1991.

CEAS- **Centro de estudos e ação social**, cadernos, BA, número 50, 1977.

_____. Cadernos, BA, número 53, 1978.

CESIT- Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Boletins julho e novembro 1997 e março 1998.

_____. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Cadernos n. 01, 09, 10,11,14, 28, 1992.

Correio Popular – Jornais: 29/07/79, 18/10/81.

DESEP- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT.
Suplementos diversos, janeiro/abril 1988, 1990, dez. 1991.

Diário do Povo – Jornais: 24/04/79, 17/05/79, 17/03/82, 23/03/82.

Folha de São Paulo – Jornais: 25/04/79, 30/09/81, 13/10/81, 18/10/81, 20/10/81, 21/10/81, 22/10/81, 29/10/81, 28/04/82, 13/12/88.

Jornal do Brasil – Jornal: 20/10/81.

Jornal de Hoje (Campinas) – Jornais: 18/10/81, 21/10/81.

O Estado de São Paulo –Jornal: 21/10/81.

STU- Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp. Boletins e jornais do período 1991-2000.

_____. Projeto Memória, 2001.

UNICAMP. Jornal da UNICAMP, Ano X, out. 1996, n. 115.

_____. **Um breve guia da UNICAMP/96.**

ANEXO I
PERFIL ECONÔMICO DE FUNCIONÁRIOS E DOCENTES DA UNICAMP

PLANO DE CARREIRA, VENCIMENTOS E SALÁRIOS DE FUNCIONÁRIOS

Referência	20 horas	30 horas	40 horas
1	305,31	457,96	610,61
2	320,57	480,86	641,14
3	336,60	504,90	673,20
4	353,42	530,13	706,84
5	371,10	556,65	742,20
6	389,66	584,49	779,32
7	409,14	613,71	818,28
8	429,60	644,39	859,19
9	451,09	676,64	902,18
10	473,62	710,43	947,24
11	497,31	745,97	994,62
12	522,17	783,25	1.044,33
13	548,30	822,44	1.096,59
14	575,69	863,53	1.151,37
15	604,48	906,71	1.208,95
16	634,70	952,05	1.269,40
17	666,45	999,68	1.332,90
18	699,76	1.049,64	1.399,52
19	734,75	1.102,12	1.469,49
20	771,51	1.157,26	1.543,01
21	810,07	1.215,10	1.620,13
22	850,58	1.275,87	1.701,16
23	893,11	1.339,67	1.786,22
24	937,75	1.406,62	1.875,49
25	984,64	1.476,96	1.969,28
26	1.033,89	1.550,83	2.067,77
27	1.085,58	1.628,36	2.171,15
28	1.139,86	1.709,78	2.279,71
29	1.196,83	1.795,24	2.393,65
30	1.256,67	1.885,00	2.513,33
31	1.319,50	1.979,25	2.639,00
32	1.385,48	2.078,21	2.770,95
33	1.454,75	2.182,13	2.909,50
34	1.527,50	2.291,25	3.055,00
35	1.603,86	2.405,79	3.207,72
36	1.684,06	2.526,09	3.368,12
37	1.768,27	2.652,40	3.536,53

38	1.856,68	2.785,02	3.713,36
39	1.949,53	2.924,29	3.899,05
40	2.047,01	3.070,52	4.094,02
41	2.149,35	3.224,02	4.298,69
42	2.256,82	3.385,22	4.513,63
43	2.369,66	3.554,48	4.739,31
44	2.488,15	3.732,22	4.976,29
45	2.612,56	3.918,83	5.225,11
46	2.743,17	4.114,75	5.486,33
47	2.880,34	4.320,51	5.760,68
48	3.024,35*	4.536,53	6.048,70

*Limite de valor para referência salarial na UNICAMP (MS-6)

Fonte: DGRH/tabelas/maio/2002.

DOCENTES MAGISTÉRIO SUPERIOR

Função	Títulos	RTP	RTC	RDIDP
Instrutor MS-1	-	349,48	887,13	2.016,18
Prof.As. MS-2	título integral	517,18	1.312,82	2.983,64
	sem título	407,23	1.033,72	2.349,32
Prof.Doutor MS-3	título integral	723,37	1.836,21	4.173,14
	70% do título	571,49	1.450,69	3.296,97
	sem título	450,00	1.142,28	2.596,04
Prof. Associado MS-5	título integral	862,43	2.189,21	4.975,41
	70% do título	752,19	1.909,36	4.339,38
	sem título	494,94	1.256,37	2.855,33
Prof. Titular MS-6	título integral	1.039,81	2.639,47	5.998,70
	70% do título	900,21	2.285,11	5.193,34
	sem título	574,48	1.458,27	3.314,20

RDIDP: Regime de dedicação integral à docência e à pesquisa.

RTC: Regime de turno completo.

RTP: Regime de turno parcial.

Fonte: DGRH/tabelas/doc/maio/2002.

ANEXO II

ROTEIRO PARA A COLETA DOS DADOS QUANTITATIVOS

1) Número:

2) Datas; Início ___/___/___ Conclusão ___/___/___

3) Duração do movimento: _____ Dias

4) Categorias ocupacionais envolvidas: _____

5) Tipo de ação coletiva:

Paralisação total Paralisação parcial Greve

6) Tipo de organização iniciando o movimento:

Grupo, Comitê, Comissão de trabalhadores (independentes do sindicato)

Qual: _____

Sindicato: Qual _____

Comando de greve de um conjunto de sindicatos

Uma central sindical: Qual: _____

7) Tipo de organização encerrando o movimento:

Grupo, Comitê, Comissão de trabalhadores (independentes do sindicato)

Qual: _____

Sindicato: Qual: _____

Comando de greve de um conjunto de sindicatos

Uma central Sindical: Qual: _____

8) Central sindical envolvida:

CONCLAT CUT CGT

Sem afiliação a central

Sem mencionar central sindical

9) Objetivos do Movimento:

1- _____

2- _____

3- _____

Resultados do movimento:

1- _____

2- _____

3- _____

10) Violência dos trabalhadores: () Sim () Não () Sem mencionar

11) Ações Coletivas dos grevistas: () Sim () Não () Sem mencionar

12) Tipos de ações coletivas dos trabalhadores:

- () Assembléias
- () Piquetes
- () Danificação de propriedade
- () Bloqueio de vias públicas
- () Outros

13) Mediadores do conflito:

- () Partidos políticos: Quais: _____
- () Políticos específicos: Quem: _____
- () Igreja Católica ou membros do Clero
- () Outros

14) Mobilização Policial: () Sim () Não () Sem mencionar

15) Tipos de mobilização policial:

- () Ameaça de repressão por autoridades públicas
- () Deslocamento de tropas a locais de trabalho ou concentrações
- () Bloqueios de vias públicas
- () Ocupação de locais de trabalho
- () Agressões contra piquetes nos locais de trabalho
- () Intervenção contra passeatas, manifestações ou outras concentrações
- () Intervenção no Sindicato ou locais de comando da greve
- () Outras ações: _____

16) Ações judiciais: () Sim () Não () Sem mencionar

17) Tipos de ações judiciais:

- () Decretar ilegalidade da greve
- () Decretar legalidade da greve
- () Ordens de prisão: Quem: _____
- () Sentenças de julgamentos de acordos
- () Outras ações: _____

18) Número de prisões: _____

19) Número de feridos: _____

20) Número de mortos: _____

21) Número de demissões: _____

22) Número de participantes nos movimentos: _____

23) Extensão geográfica do movimento:

Local Regional Estadual Nacional

24) Fontes:

Título	Data	Página
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

ANEXO III

ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE FUNCIONÁRIOS E DOCENTES

- 1) Fale-me sobre a sua inserção no movimento sindical, desde quando e motivado por quem?
- 2) De quem era a iniciativa de iniciar uma greve ou paralisação?
- 3) Quais são as maiores dificuldades para mobilização de sua categoria.
- 4) Quais eram as principais reivindicações dos movimentos de que participou ou que teve conhecimento na UNICAMP?
- 5) Na sua opinião, qual foi o movimento mais importante ocorrido na UNICAMP desde que você participa no movimento sindical?
- 6) Qual é o elemento mais importante para mobilização de sua categoria?
- 7) Como você vê o relacionamento atualmente entre a reitoria de Hermano Tavares e o Sindicato/Associação e o relacionamento nas gestões anteriores.

ANEXO IV

RELAÇÃO DE DOCENTES ENTREVISTADOS

- 1- ELIÉZER RIZZO DE OLIVEIRA (28/08/2001)
- 2- HELENA COSTA LOPES DE FREITAS – (21/08/2001)
- 3- JOSÉ ROBERTO ZAN – (19/06/2001)
- 4- JOSÉ VITÓRIO ZAGO – (30/03/2001)
- 5- LINO CASTELLANI FILHO – (31/07/2001)
- 6- LUÍS CARLOS GUEDES PINTO – (22/08/2001)
- 7- RAUL VINHAS RIBEIRO – (27/08/2001)
- 8- RENATO ATÍLIO JORGE – (25/09/2001)
- 9- ROBERTO TEIXEIRA MENDES – (12/07/2001)
- 10- TÂNIA ALKIMIN - (19/06/2001)
- 11- LUIZ CARLOS DE ALMEIDA – (26/04/2001)

ANEXO V

RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS ENTREVISTADOS

- 01- ARLY DE LARA ROMÊO – (26/04/2001)
- 02- CELSO RIBEIRO DE ALMEIDA – (22/10/2001)
- 03- ELIZABETE DE JESUS REIMÃO – (18/07/2001)
- 04- ELÓI JOSÉ DA SILVA LIMA – (19/07/2001)
- 05- JOÃO BATISTA DE MORAES MOREIRA – (22/08/2001)
- 06- JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA – (09/08/2001)
- 07- JOSÉ LUIS PIO ROMERA – (06/11/2001)
- 08- JURIVALDO FOLEGATTI – (19/04/2001)
- 09- MIGUEL LEONEL DOS SANTOS – (17/05/2001)
- 10- REGINALDO BISPO PEREIRA – (24/04/2001)
- 11- EDISON CARDOSO LINS – (29/03/2001)
- 12- MARIA DE LOURDES MALTA PRETTI – (15/03/2001)

ANEXO VI

IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

NOME:.....

IDADE:.....

ESTADO CIVIL:.....

GRAU DE INSTRUÇÃO:.....

FUNÇÃO:.....

SINDICALIZADO?.....

DESDE QUANDO?.....

PARTICIPOU NAS GREVES DE:.....

PARTICIPOU COMO:

LIDERANÇA MILITANTE BASE

PARTICIPAÇÃO NA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO/SINDICATO NOS PERÍODOS:

INDICAÇÃO DE EX/DIRIGENTES SINDICAIS PARA ENTREVISTA:

.....

ANEXO VII
DIRETORIAS DA ASSUC/STU
1968 - 2001

Fonte: Atas da Assuc.

02/05/1968 - Diretoria Provisória

Presidente:	Hélio Farina
Vice-Presidente:	Dr. Luís Augusto Magalhães
Tesoureiro:	Nadim Farah Heluany Sobrinho
2º Tesoureiro:	Daniel Vicente de Freitas
Secretária:	Maria do Carmo Biajone
2ª Secretária:	Maria Aparecida Moraes
Diretor Social:	Maria Helena Gagliardi
Diretor Esportivo:	Fernando Garlipp
Conselho Deliberativo:	Alfredo Furlan Carlos Alberto Ferreira Duarte Hilda Domingues Longo Manoel Bernardo da Silva Roldão de Oliveira

31/01/1975 - Chapa Conservadora

Presidente:	Antônio José Romão Neto
Vice-Presidente:	Nelson Jorge Nahas
Tesoureiro:	Maria de Lourdes Malta Pretti
2º Tesoureiro:	Joaquim Camillo Filho
1º Secretário:	Arly de Lara Romeo
2ª Secretário:	José Salomão Fernandes
Diretor Social:	Peterney Neves da Silva
Diretor Esportivo:	Renato Pires da Silva Filho
Diretor Cultural:	Maria Lúcia Vieira Alves Andreotti Tojal

22/06/1978 (1978/1979)

Presidente:	Pérsio Furquim Rebouças
Vice-Presidente:	Arly de Lara Romeo
Tesoureiro Geral:	Maria de Lourdes Malta Pretti
1º Tesoureiro:	Jurivaldo Folegatti
Secretário Geral:	Nelson Antônio Pereira Camacho
1º Secretário:	Geraldo Nonato Telles
Diretor Social e Esportivo:	Claudinei Taranto
Diretor Educação e Cultura:	Mário Junqueira da Silva
Diretor Sede e Patrimônio:	Laerti Alves de Angelis
Conselho Fiscal:	Antônio César Amora Aliandro Aparecida Lúcia da Costa Mansur Maria Cecília Rampazzo
Conselho Deliberativo:	Antônio Carlos Neder Antônio Prince Rodrigues Arlinda Rocha Camargo Arnaldo Oliveira Camargo Pires Décio Marchi Júnior Dino Ferraresi Eduardo Oscar de Campos Chaves Ernesto D'Ottaviano Geraldo Bastos Brito Manildo Fávero Manoel Tosta Berlinok Maria Cristina Malta Pretti Maria Elisa Zini Tatsuo Ohara Zuhair Warwar

28/02/1980 (1980/1981) - Gestão "Luta Sindical"

Chapa Democrática - 331 votos Chapa Luta Sindical - 1.242 votos

Presidente:	Clóvis Antônio Garcia
Vice-Presidente:	Érgio Antônio Moscatini Schetini
Tesoureiro Geral:	Jair de Seta
1º Tesoureiro:	Wagner Pentarotti
Secretário Geral:	Luiz Antônio Teixeira de Vasconcelos
1ª Secretário:	Reginaldo Bispo Pereira
Diretor Social e de Esportes:	Wilson Hiroyuki Kawai
Diretor Sede e Patrimônio:	Alaíde Pedro Franco Corrêa
Diretor Educação e Cultura:	José Walter Martinez
Conselho Fiscal:	Elói José de Souza Lima
	José Antônio Saenz
	João Frederico da Costa Azevedo Meyer
Conselho Deliberativo:	Alcides Ramos
	Cândida Maria Teixeira
	Dagoberto Silva
	Ester Lopes Dias
	Hélio Alves Godoy
	Iraldo Rodrigues Justino
	José Vieira Paz
	José Vitório Zago
	Jurivaldo Folegatti
	Luzia Cândida do Nascimento
	Maria Luiza do Espírito Santo Silva
	Rivaíl Denizarde Farina
	Roberto Jarbas Toledo
	Willian Kalaf
	Wilson Sami Cury

27/06/1983 (1982, 1983, 1984) - Gestão "Resistência"

Chapa Resistência: 740 votos Chapa Democracia e Luta: 373 votos

Chapa Fraternidade: 243 votos Chapa Alicerce: 211 votos

Presidente:	Jair de Seta
Vice-Presidente:	Marilce Baltazar dos Santos
Secretário Geral:	Elói José da Silva Lima
1º Secretário:	José Benedito Anhaia
Tesoureiro Geral:	Alda Maria Spadella Duarte
1º Tesoureiro:	Edison de Souza Barreto
Diretor Social e de Esportes:	José Walter Martinez
Diretor de Sede e Patrimônio:	Walter Beck
Diretor de Educação e Cultura:	Luiz Antônio Teixeira de Vasconcelos
Conselho Fiscal:	Cláudio Gomes Hélio Teixeira Fernandes Jonas Lobo da Silva
Conselho Deliberativo:	Aidil dos Santos Ari Carlos de Aguiar Rehder Aureluce Baltazar dos Santos Pereira Cândida Maria Teixeira Marcos Josué Pereira Geruza de Lima Barbosa Gonçalves Aparecido Plinis Humberto Carlos Olivieri Filho João de Oliveira Ferreira José Luiz Ferro José Newton Cabral Carpinteiro Juarez Pires de Souza Luiz Soares Martha Terezinha Gushikem Paulo Roberto Queiroz

10/11/84 (1985/1986/1987) - Gestão "Resistência"

Chapa resistência: 1.123 votos Chapa A Primavera Será Nossa: 988 votos

Chapa Alternativa: 211 votos

Presidente:	Edison de Souza Barreto
Vice-Presidente:	Geruza Ferreira Lima
Tesoureiro Geral:	Hélio Teixeira Fernandes
1º Tesoureiro:	Moysés José Maria da Silva
Secretário Geral:	Elói José da Silva Lima
1ª Secretária:	Jair de Seta
Diretor Social e de Esportes:	José Luiz Ferro
Diretor de Educação e Cultura:	Marilce Baltazar dos Santos
Diretor de Sede e Patrimônio:	Walter Beck
Conselho Fiscal:	Antônio Alves de Souza Filho José Benedito Anhaia Sueli de Fátima Faria
Conselho Deliberativo:	Alcides Januário dos Santos Amarildo Pires Fonseca Antônio Alcísio de Oliveira Antônio Carlos Gonçalves Benedita de Carvalho Leite Cláudio Gomes Marcos Josué Pereira Delmira Stuginski Élcio Cordeiro da Silva Eude Cândido Azevedo Fernando Alves de Souza José Manoel Martins Juarez Pires de Souza Maria de Lourdes do Amaral Valdir Osmar Pereira

04/05/1988 (1988/1989/1990) - Gestão "Força Nova Combativa"

Chapa Força Nova Combativa: 1.828votos Chapa Avançar Na Luta: 1.255 votos

Presidente: Edison Cardoso Lins

Vice-Presidente:	Márcio Roberto do Carmo
Tesoureiro Geral:	Eduardo de Pinho Lopes
1º Tesoureiro:	Jun Tanaka
Secretário Geral:	Miguel Leonel dos Santos
1ª Secretário:	Geruza Ferreira de Lima
Diretor Social de Esportes:	Aparecido Honório da Silva
Diretor de Sede e Patrimônio:	João Batista de Almeida
Diretor de Educação e Cultura:	Sigefredo Zanoni
Conselho Fiscal:	Manoel Bernardo Silva Domingos Pereira Maria Aparecida Marins
Conselho Deliberativo:	Álvaro Gallette Júnior Benedita das Dores Contesini Celso Ribeiro de Almeida Divaldo Faria de Mello Djalma Aparecido Corsi Edvando Aparecido de Souza Inajara Lopes José Lourival P. de Moraes Laércio Bolgoni Silveira Maria José dos Santos Orlando Carlos Furlan Pedro Cirillo de Brito Rute Siqueira Alves Sueli de Fátima Faria Vanderlei Feriani Tavares

15/01/1991 (1991/1992/1993) - Gestão "É Proibido Proibir"

Chapa É Proibido Proibir: 3.394 votos Chapa A Nossa Chapa: 1.121 votos

Presidente:	Jefferson Lee de Souza Ruiz
Vice-Presidente:	José Luís Pio Romera

Tesoureiro Geral:	João Raimundo Mendonça de Souza
1º Tesoureiro:	José Vitório Zago
Secretário Geral:	Margarida Barbosa
1o Secretário:	Manuel José da Costa Neto
Diretor Social e de Esportes:	Elizabeth Cardozo
Diretor de Sede e Patrimônio:	Maria José da Silva Cunha
Diretor de Educação e Cultura:	Rosângela Maria Galante Martinhago
Conselho Fiscal:	Juarez Cândido
	Maria de Fátima Gonçalves
	Nelson Elias Pereira
Conselho Deliberativo:	Angelo Rafael Barreto
	Antonia dos Santos Pacheco
	Antônio de Pádua Ilanes
	Adriana Silva Carmo
	Francisco Angelo Malattesta
	João Batista de Moraes Moreira
	João Paulo Ribeiro
	José Roberto Mendes
	Luciano Ricardo Fracischetti Dantas
	Luiz Gonzaga de Oliveira
	Márcio José Andrade da Silva
	Orfa Zilá Siqueira
	Roberto Carlos de Souza
	Sandra Marli Scutti
	Vivien Helena de Souza Ruiz Souza

Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp

28/06/1991 (1991/1992/1993) - Gestão "É Proibido Proibir"

Coordenação Geral:	Jefferson Lee de Souza Ruiz
	José Vitório Zago
	Manuel José da Costa Neto

Margarida Barbosa
Maria José da Silva Cunha
Rosângela Maria Galante Martinhago

Coordenação de Secretaria: Elisabeth Cardozo
Manuel José da Costa Neto
Vivien Helena de Souza Ruiz Souza

Coordenação de Finanças: Elisabeth Cardozo
João Raimundo Mendonça de Souza
José Luís Pio Romera

Coordenação de Imprensa e Divulgação:
João Batista de Moraes Moreira
José Vitório Zago
Márcio José Andrade da Silva
Sandra Marli Scutti

Coordenação de Formação Política e Sindical:
Adriana Silva Carmo
Antônio de Pádua Ilanes
Francisco Angelo Malattesta
Jefferson Lee de Souza Ruiz
João Batista de Moraes Moreira
João Raimundo Mendonça de Souza
Luciano Ricardo Francischetti Dantas

Coordenação do Jurídico:
Angelo Rafael Barreto
Elisabeth Cardozo
José Roberto Mendes
Nelson Elias Pereira
Orfa Zilá Siqueira

Coordenação de Cultura e Esportes:
João Paulo Ribeiro
Juarez Cândido

Luciano Ricardo Francischetti Dantas
Luiz Gonzaga de Oliveira
Roberto Carlos de Souza
Sandra Marli Scutti

Coordenação de Políticas e Recursos Humanos:

Antônio de Pádua Ilanes
José Luiz pio Romera
Manuel José da Costa Neto
Maria de Fátima Gonçalves
Vivien Helena de Souza Ruiz Souza

Coordenação de Políticas Sociais:

Adriana Silva Carmo
Antonia dos Santos Pacheco
Francisco Angelo Malatessa
Jefferson Lee de Souza Ruiz
João Paulo Ribeiro
Márcio José Andrade da Silva
Maria José da Silva Cunha
Rosângela Maria Galante Martinhago

17/01/1994 (1994/1995/1996) Gestão "Ainda É Proibido Proibir"

Diretores: Jefferson Lee de Souza Ruiz
João Raimundo Mendonça de Souza
José Vitório Zago

Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp

15/01/1994 (1994/1995/1996) - Gestão "Ainda É Proibido Proibir"

Coordenação Geral: Adriana Silva Carmo
Jefferson Lee de Souza Ruiz
João Raimundo Mendonça da Silva
José Vitório Zago

Coordenação de Secretaria:

Adriana Silva Carmo
Cristóvão Alves da Costa
Francisco Genésio L. de Mesquita
Jefferson Lee de Souza Ruiz
João Raimundo Mendonça de Souza

Coordenação de Finanças:

Cristóvão Alves da Costa
Jefferson Lee de Souza Ruiz
João Raimundo Mendonça de Souza
José Luiz Pio Romeira

Coordenação de Imprensa e Divulgação:

George Bruno de Oliveira
João Paulo Ribeiro
José Vitório Zago
Magdaelei Costa Amorim
Miguel Leonel dos Santos

Coordenação de formação Política e Sindical:

Celso Aparecido Rodrigues
Denise Cristina Nogueira
Jefferson Lee de Souza Ruiz
Magdaelei Costa Amorim
Sandra Marli Scutti

Coordenação Jurídico:

Angelo Rafael Barreto
Celso Ribeiro de Almeida
Cláudia Aparecida Domingos
Miguel Leonel dos Santos
Norma Aparecida Franco Amorim

Coordenação Cultura e Esporte:

Antônio Alves Neto
João Paulo Ribeiro

Joice Jane Sena de Lima
Magdaelei Costa Amorim
Sandra Marli Scutti

Coordenação e Recursos Humanos:

Antônio de Pádua Ilanes
Miguel Leonel dos Santos

Coordenação de Políticas Sociais:

Angelo Rafael Barreto
Antônio Alves Neto
Elisabete de Jesus Reimão
Horácio de Souza Borges
Macedônio Satori
Márcia Aparecida Veríssimo
Rosângela Maria Galante Martinhago

15/09/1996 (1997/1998/1999) - Diretoria Colegiada

Chapa Ousar Lutar, Ousar Vencer!

Com 1564 votos elegeu 14 diretores: Chapa Lutar, Resistir e Vencer

Com 901 votos elegeu 8 diretores: Chapa Fora Martins

Com 240 votos elegeu 2 diretores: Chapa Conquistar Prá Valer

Com 203 votos elegeu 2 diretores: Chapa resistência

Com 161 votos elegeu 1 diretor

Diretores da Assuc: José Reinaldo Braga (Chapa Ousar Lutar, Ousar Vencer!)
Elisabete de Jesus Reimão ()
José Vitorio Zago (Chapa Fora Martins)

14/09/1999 (2000/2001/2002) - Diretoria Colegiada

Chapa Declare Guerra por Uma Universidade Pública dos Trabalhadores

Com 945 votos elegeu 10 diretores: Chapa Alerta Unicamp

Com 987 votos elegeu 10 diretores: Chapa Apesar de Você... Amanhã Vai Ser Outro Dia

Com 500 votos elegeu 5 diretores: Chapa Resistência, Sempre, Alerta

Com 217 votos elegeu 2 diretores:

Diretores da Assuc: Armando Comunnale Júnior
Juarez Cândido
Maria José da Silva Cunha

ANEXO VIII
DIRETORIAS DA ADUNICAMP

Fonte: ADUNICAMP.

1ª. DIRETORIA: 19/05 a 12/10/1977

Presidente:	José Vitório Zago
Primeiro Vice-Presidente:	Maria Antonia M. Galeazzi
Segundo Vice-Presidente:	Hermógenes de Freitas Leitão Filho
Primeiro Secretário:	Eliézer Rizzo de Oliveira
Segundo Secretário:	Júlio Hadler
Primeiro Tesoureiro:	Ulysses Cidade Semeghini
Segundo Tesoureiro:	José Ricardo Figueiredo

2ª. DIRETORIA: 10/1977 a 10/1979

Presidente:	Rubem Alves
Primeiro Vice-Presidente:	José Vitório Zago
Segundo Vice-Presidente:	Armando Turtelli Jr.
Primeiro Secretário:	José Luiz Boldrini
Segundo Secretário:	Roberto Jarbas Toledo
Primeiro Tesoureiro:	Renato Atílio Jorge
Segundo Tesoureiro:	Carlos Rodrigues de Souza

3ª. DIRETORIA: 10/1979 a 11/1981

Presidente:	Paulo Renato Costa Souza
Primeiro Vice-Presidente:	José Tomas Vieira Pereira
Segundo Vice-Presidente:	Angel Pino Sirgado
Primeiro Secretário:	José Benedito Schneider
Segundo Secretário:	Maria Antonia M. Galleazzi
Primeiro Tesoureiro:	Jonas de Araújo Romualdo
Segundo Tesoureiro:	Roberto Jarbas Toledo

4ª. DIRETORIA: 11/1981 a 09/1983

Presidente:	Eliézer Rizzo de Oliveira
Primeiro Vice-Presidente:	Edmundo Fernandes Dias
Segundo Vice-Presidente:	Elza Cotrim Soares
Primeiro Secretário:	José Benedito Schneider
Segundo Secretário:	Raul Vinhas Ribeiro
Primeiro Tesoureiro:	Renato Atílio Jorge
Segundo Tesoureiro:	Antonio Carlos Bannwart

5ª. DIRETORIA: 09/1983 a 09/1985

Presidente:	Renato Atílio Jorge
Primeiro Vice-Presidente:	Gastão Wagner de Souza Campos
Segundo Vice-Presidente:	Carlos Henrique de Brito Cruz
Primeiro Secretário:	Oséas Valente de Avilez Filho
Segundo Secretário:	Kikyo Yamamoto
Primeiro Tesoureiro:	Mário Ferreira Presser
Segundo Tesoureiro:	Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues

6ª. DIRETORIA: 09/1985 a 09/1987

Presidente:	Hermano de Medeiros Ferreira Tavares (saída do Hermano: abril/87 entra Teixeira)
Primeiro Vice-Presidente:	Roberto Teixeira Mendes
Segundo Vice-Presidente:	José Sátiro de Oliveira
Primeiro Secretário:	Silvio de Alencastro Pregnoatto
Segundo Secretário:	Alfonso Schrank
Primeiro Tesoureiro:	Aderbal Farias Magalhães
Segundo Tesoureiro:	José Suassuna Filho

7ª. DIRETORIA: 09/1987 a 04/1989

Presidente:	Helena Costa Lopes de Freitas
Primeiro Vice-Presidente:	José Suassuna Filho

Segundo Vice-Presidente:	Newton Muller Pereira
Primeiro Secretário:	José Vitório Zago
Segundo Secretário:	Luís Carlos Guedes Pinto
Primeiro Tesoureiro:	Francisco Hideo Aoki
Segundo Tesoureiro:	Luiz Carlos de Almeida
Diretor Cultural:	Fernando de Almeida França
Diretor de Imprensa:	Carlos Rodrigues de Souza
Diretor Administrativo:	Francisco Benedito Teixeira Pessine

8ª. DIRETORIA: 04/1989 a 09/1990

Presidente:	Helena Costa Lopes de Freitas
Primeiro Vice-Presidente:	Francisco Hideo Aoki
Segundo Vice-Presidente:	João Frederico Costa Azevedo Meyer
Primeiro Secretário:	Tania Maria Alkimim
Segundo Secretário:	Maria Alice Garcia
Primeiro Tesoureiro:	Luiz Carlos de Almeida
Segundo Tesoureiro:	Wilson de Figueiredo Jardim
Diretor Cultural:	Rachel Negrão Cavalcante
Diretor de Imprensa:	Luiz Fernando Milanez
Diretor Administrativo:	Antonio Carlos Salles Algarte

9ª. DIRETORIA: 10/1990 a 04/1992

Presidente:	Sérgio Silva
Primeiro Vice-Presidente:	Jurandir Fernando Ribeiro Fernandes
Segundo Vice-Presidente:	Roberto Teixeira Mendes
Primeiro Tesoureiro:	Silvio de Alencastro Pregnolato
Segundo Tesoureiro:	Celso Ulysses Davanzo
Diretor Cultural:	Rachel Negrão Cavalcante
Diretor de Imprensa:	Luiz Fernando Milanez
Diretor Administrativo:	Elias Humberto Alves

10ª. DIRETORIA: 04/1992 a 10/1993

Presidente:	Adolpho Hengeltraub
Primeiro Vice-Presidente:	Rafael Santos Mendes
Segundo Vice-Presidente:	Eduardo Joaquim de Souza Vichi
Primeiro Secretário:	Ramón Leonardo Hinojosa Gutiérrez
Segundo Secretário:	Valério José Arantes
Primeiro Tesoureiro:	Miguel Arcanjo Areas
Segundo Tesoureiro:	Denise Bértoli Braga
Diretor Cultural:	Antônio Gomes Trigueiros
Diretor de Imprensa:	Hélio Lemos Solha
Diretor Administrativo:	Emilia Rutkowiski

11ª. DIRETORIA: 11/93 a 04/95

Presidente:	José Ricardo Figueiredo
Primeiro Vice-Presidente:	Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano
Segundo Vice-Presidente:	João Wanderley Geraldi
Primeiro Secretário:	Michel Sadalla Filho
Segundo Secretário:	Reinaldo Camargo Rigitano
Primeiro Tesoureiro:	Nora Marcela Haun Quirós
Segundo Tesoureiro:	Elias Basile Tambourgi
Diretor Cultural:	Helena Jank
Diretor de Imprensa:	Helena Costa Lopes de Freitas
Diretor Administrativo:	Carlos Fernando S. de Andrade

12ª. DIRETORIA: 05/1995 a 11/1996

Presidente:	Luís Carlos Guedes Pinto
Primeiro Vice-Presidente:	Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano
Segundo Vice-Presidente:	José Luiz Antunes de Oliveira Souza
Primeiro Secretário:	Lúcia Pereira da Silva
Segundo Secretário:	Sílvia Azucena Nebra de Pérez
Primeiro Tesoureiro:	Nora Marcela Haun Quirós

Segundo Tesoureiro:	Marlene Rita de Queiroz
Diretor Cultural:	José Ricardo Figueiredo
Diretor de Imprensa:	Helena Costa Lopes de Freitas
Diretor Administrativo:	Lino Castellani Filho

13ª. DIRETORIA: 11/1996 a 05/1998

Presidente:	Lino Castellani Filho
Primeiro Vice-Presidente:	Nelson Rodrigues dos Santos
Segundo Vice-Presidente:	Osmar de Oliveira Marchese
Primeiro Secretário:	Wilmar da Rocha D'Angelis
Segundo Secretário:	Maria Elisabete Silva Tocchini
Primeiro Tesoureiro:	Alba Regina Monteiro S. Brito
Segundo Tesoureiro:	José Luiz Antunes de O. e Souza
Diretor Administrativo:	Regina Maria de Souza
Diretor de Imprensa:	Carlos Rodrigues de Souza
Diretor Cultural:	José Roberto Zan

14ª. DIRETORIA: 06/1998 a 11/1999

Presidente:	José Roberto Zan
Primeiro Vice-Presidente:	Adolpho Hengeltraub
Segundo Vice-Presidente:	Tânia Maria Alkmin
Primeiro Secretário:	Valério José Arantes
Segundo Secretário:	Maria Ângela Fagnani
Primeiro Tesoureiro:	Alba Regina Monteiro S. Brito
Segundo Tesoureiro:	Antonio Trigueiros
Diretor Administrativo:	Nelson Rodrigues dos Santos
Diretor de Imprensa:	Clémence Marie Jouet-Pastre
Diretor Cultural:	Maria Cristina de C. Cunha

15ª. DIRETORIA: 12/1999 a 05/2001

Presidente:	Francisco de Assis Machado Reis
-------------	---------------------------------

Primeiro Vice-Presidente:	Itamar Ferreira
Segundo Vice-Presidente:	Marcos Nobre
Primeiro Secretário:	Tânia Maria Alkmim
Segundo Secretário:	José Vitório Zago
Primeiro Tesoureiro:	Adolpho Hengeltraub
Segundo Tesoureiro:	Maria Aparecida Affonso Moysés
Diretor Administrativo:	Nelson Rodrigues dos Santos
Diretor de Imprensa:	Eleonora C. Albano
Diretor Cultural:	Valério José Arantes

16ª. DIRETORIA: 06/2001 A 11/2002

Presidente:	José Roberto Zan
1º Vice-Presidente:	Maria Aparecida Moysés
2º Vice-Presidente:	Elias Basile Tambourgi
1º Secretário:	José Vitório Zago
2º Secretário:	Maria Cristina B. Wutke
1º Tesoureiro:	Nelson Prado Alves Pinto
2º Tesoureiro:	Luiz Antônio Viotto
Diretor Administrativo:	Adolpho Hengeltraub
Diretor de Imprensa:	Tânia Maria Alkmim
Diretor Cultural:	Márcia Regina Nozawa

ANEXO IX

TABELAS

TABELA 18- MÉDIA DE DIAS PARADOS NA UNICAMP, 1978-2000.

ANO	DOCENTES		FUNCIONÁRIOS	
	PARAL.	GREVE	PARAL.	GREVE
1978	01	-	-	-
1979	-	30	-	30
1980	02	-	-	-
1981	02	- *	1,5	15
1982	-	09	-	09
1983	2,5	-	01	-
1984	-	25	01	-
1985	01	-	01	-
1986	-	-	-	-
1987	01	11,5	01	10,5
1988	01	38,5	01	38,5
1989	1,5	-	1,5	6
1990	1,5	16	1,5	16
1991	1,5	15	1,5	15
1992	01	6	01	7
1993	01	-	01	-
1994	01	40	01	40
1995	01	7	01	7
1996	01	24	01	24
1997	01	-	01	-
1998	01	-	01	-
1999	01	-	01	-
2000	-	53	-	51
TOTAL	23	275	19	269

Fonte: Boletins ASSUC/ STU e ADUNICAMP.

(*) No caso dos docentes, durante a intervenção Maluf (1.981) não foi considerado greve com dias parados, apenas greve de mobilização.

TABELA 19- NÚMERO DE GREVES POR GRANDES SETORES**Brasil, região urbana. 1978 – 1997.**

ANO	PÚBLICO		PRIVADO		AMBOS/SI		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1978	8	6,8	108	91,5	2	1,7	118	100,0
1979	38	15,4	184	74,8	24	9,8	246	100,0
1980	33	22,9	94	65,3	17	11,8	144	100,0
1981	40	26,7	87	58,0	23	15,3	150	100,0
1982	40	27,8	97	67,4	7	4,9	144	100,0
1983	114	29,0	274	69,7	5	1,3	393	100,0
1984	142	23,0	467	75,6	9	1,5	618	100,0
1985	289	31,2	622	67,1	16	1,7	927	100,0
1986	403	24,2	1197	71,9	65	3,9	1665	100,0
1987	838	38,3	1344	61,4	6	0,3	2188	100,0
1988	1116	52,2	947	44,3	74	3,5	2137	100,0
1989	1298	32,9	2540	64,4	105	2,7	3943	100,0
1990	826	35,0	1460	61,9	71	3,0	2357	100,0
1991	649	46,4	733	52,4	17	1,2	1399	100,0
1992	364	54,2	286	42,6	21	3,1	671	100,0
1993	378	45,8	404	49,0	43	5,2	825	100,0
1994	287	29,1	690	70,1	8	0,8	985	100,0
1995	745	71,0	303	28,9	1	0,1	1049	100,0
1996	407	38,8	939	89,5	3	0,3	1049	100,0
1997	175	25,8	499	73,5	5	0,7	679	100,0
1998	191	28,1	384	56,6	1	0,1	576	100,0

Fonte: CESIT/UNICAMP

TABELA 20- MÉDIA DE DIAS PARADOS POR GRANDES SETORES**Brasil, região urbana. 1978 – 1998.**

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
1978	5,9	6,5	6,5
1979	8,5	5,7	6,8
1980	11,0	5,8	7,4
1981	10,1	8,2	8,8
1982	6,8	5,5	5,9
1983	4,1	3,2	3,4
1984	5,4	3,1	3,6
1985	8,5	5,1	6,4
1986	6,4	5,7	5,8
1987	10,7	6,7	8,2
1988	11,2	7,3	9,2
1989	14,3	8,6	10,4
1990	13,2	8,5	10,0
1991	11,5	7,2	9,2
1992	10,0	5,0	8,0
1993	13,3	6,8	9,9
1994	5,0	4,4	5,1
1995	6,2	6,5	6,4
1996	12,3	4,5	6,8
1997	16,2	8,2	5,1
1998	13,2	3,6	6,2

Fonte: CESIT/ UNICAMP.

TABELA 21- MÉDIA DE GREVISTAS POR GRANDES SETORES**Brasil, região urbana. 1978 – 1998.**

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
1978	4.468	1.645	1.868
1979	8.695	8.529	9.730
1980	10.502	9.044	9.012
1981	14.398	2.686	6.107
1982	10.484	1.641	4.934
1983	10.510	1.672	3.239
1984	10.380	1.020	2.706
1985	12.454	4.350	7.617
1986	9.854	1.505	3.821
1987	6.930	1.858	4.123
1988	5.721	1.763	3.846
1989	8.754	1.377	4.661
1990	17.262	3.143	8.611
1991	14.082	6.842	11.938
1992	10.853	3.371	7.630
1993	6.590	660	3.651
1994	7.777	3.190	4.160
1995	921	289	2.298
1996	4.876	756	1.998
1997	6.384	835	1.818
1998	10.680	2.590	5.355

Fonte: CESIT/UNICAMP.

TABELA 22- MÉDIA ANUAL DE GREVES NO BRASIL POR PERÍODOS POLÍTICO-ECONÔMICOS.

	Média anual	Total greves
1888-1900 Abolição – fim do século (a)	1,8	24
1901-1914 Pré-guerra (a)	8,5	119
1915-1929 Da guerra à crise de 29 (a)	7,7	116
1930-1936 Vargas – Primeira fase (a)	12,1	85
1937-1944 Estado Novo (a)	1,3	5
1945-1964 Democracia (populismo) (b)	43,0	817
1965-1968 Militares (Castelo – Costa e Silva) (b)	13,0	52
1969-1977 Militares (‘duros’) (c)	0,0	0
1978-1984 Militares (abertura) (d)	259,0	1813
1985-1992 Democracia (d)	1898,0	15184

Fontes:

(a) Simão, Azis. Sindicato e Estado, op.cit. Dados referem-se apenas ao Estado de São Paulo.

(b) Sandoval, S.. Social Changes and Labour Unrest in Brasil since 1945, op. cit..

(c) Não há informações coletadas para esse período.

(d) NEPP/UNICAMP. Pesquisa: Acompanhamento de Greves no Brasil.